
RESISTÊNCIA À ESPIRAL DA DISTOPIA E DO ÓDIO

Desde a sua primeira edição, em 2003, a *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo* se propôs a ser um veículo de discussão sobre as relações entre a produção cultural – em especial a literária – e os diversos contextos que possibilitam esses diálogos em busca de uma compreensão crítica. O período que marcou o início dessa publicação coincide com uma certa estabilidade política no cenário brasileiro, considerando a aceitação e prevalência da Constituição Cidadã, datada de 1988. Apesar de haver um reconhecimento de que a sociedade brasileira se constituiu e se amparou – situação cada vez mais visível no atual contexto – com base em um autoritarismo e em um modelo conservador que se sustenta na noção de ordem prevalecendo sobre as próprias leis, também estava presente um espaço de crítica estabelecido e um reconhecimento à pluralidade de opiniões, fazendo com que a publicação evidenciasse um olhar atento para que a opressão não se cristalizasse de forma desejada e desejável como alternativa a conflitos políticos e sociais.

As diversas edições que se seguiram nesse significativo espaço de tempo apresentaram análises e reflexões voltadas para a produção literária, artística e cultural em relação com os períodos históricos, suas contradições e idiosincrasias, revelando problemas e situando os leitores em uma perspectiva que pretendia deslocar o olhar dessas análises para as interpretações consistentes realizadas por diversos pesquisadores e pesquisadoras, tanto em âmbito nacional quanto internacional. A produção, portanto, desses trabalhos procurava manter esse espaço produtivo de discussão e problematização, situando as obras a partir do que possibilitavam aos seus leitores acessarem e também ampliar reflexões sobre os problemas sociais e históricos, considerando as condições de produção e recepção de cada época.

Esses artigos, em sua grande parte, utilizavam uma voz argumentativa – mesmo que engajada em razão da escolha das obras, da base teórica para sua abordagem e da crítica presente ao trazer suas temáticas – com uma certa impessoalidade da análise (como todo trabalho científico preza), deixando nas entrelinhas, em dados momentos, e buscando justificativas consistentes para enfatizar questões de cunho ideológico que são incontornáveis, especialmente quando decorrentes da autonomia do pensamento dos nomes que assinam todo esse material publicado.

Na condição de editores e organizadores desta publicação desde seus primeiros números, percebemos uma certa mudança na postura e na indicação dos artigos que publicamos de alguns números anteriores até o atual: trata-se de colocar os autores e autoras no centro dessa discussão, destacando o papel da crítica como partícipe responsável desse processo. O atual cenário que corrobora o clima de tensão entre a democracia e o autoritarismo – que, em vários momentos, até convivem entre negação e invisibilidade dentro da desigualdade social, especialmente a brasileira – tem exigido esse protagonismo da parte de quem escreve, ou seja, que a voz da análise não se ouça somente por meio da interpretação, mas que as escolhas e os temas sejam destacados como parte desse processo pelo qual a sociedade está passando na segunda década do século XXI.

Como Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018, p. 17) argumentam: “É assim que as democracias morrem agora. A ditadura ostensiva – sob a forma de fascismo, comunismo ou domínio militar – desapareceu em grande parte do mundo. Golpes militares e outras tomadas violentas do poder são raros. A maioria dos países realiza eleições regulares. Democracias ainda morrem, mas por meios diferentes. Desde o final da Guerra Fria, a maior parte dos colapsos democráticos não foi causada por generais e soldados, mas pelos próprios governos eleitos”. E essa constatação, por vezes intuitiva, justifica em parte a referência aos textos como argumento crítico. Ao escolhermos determinado tema é possível identificarmos uma latência e uma potência que reorganiza o sentido da resistência na direção da análise literária e da percepção de que algo não está operando dentro do espaço democrático em que o pensamento crítico pode transitar e dialogar em várias esferas.

Uma espiral autoritária se faz presente e há, infelizmente, uma pequena resistência enquanto observamos retrocessos em âmbito local e mundial. O mundo hiperconectado e globalizado não está imune ao trânsito do autoritarismo, se utilizando dos próprios mecanismos da liberdade para corroer as estruturas democráticas, se apropriando das demandas por igualdade para justificar políticas de ódio e segregação. Resistir é cada vez mais necessário, mas começando por resistir exatamente ao que Theodor Adorno definiu como a roda-viva que teima em mirar o peito dos homens, que busca exatamente a contradição para manter a espiral de violência como única lógica possível para a ideia de civilização que foi construída.

Dessa forma, os artigos que integram esta edição foram organizados de acordo com essa discussão que aproxima a escrita do compromisso assumido por parte da crítica, não apenas dialogando com essas produções, mas pensando que a discussão transcende as obras como um “processo de forja da memória de um período [que] torna-se ainda mais complicado quando trabalhamos com o período da ditadura civil-militar brasileira”, como afirma César Alessandro Sagrillo Figueiredo em **AS MARCAS DA RESISTÊNCIA NA LITERATURA DE TESTEMUNHO EM FERNANDO GABEIRA E ALFREDO SIRKIS**.

A literatura de testemunho também é a escolha do trabalho de Jessica Sabrina de Oliveira Menezes. Em **NOTAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE FICÇÃO E HISTÓRIA EM K. RELATO DE UMA BUSCA**, Menezes enfatiza que não “é difícil perceber na tessitura do romance, ainda que no plano da similaridade, diversos acontecimentos históricos relacionados à ditadura civil-militar no Brasil”. Podemos observar que os problemas não resolvidos da história recente brasileira com o seu passado autoritário, especialmente no que diz respeito ao período ditatorial, ainda é algo que clama por discussão e que atravessa – incluindo o viés de valorização desse passado – a percepção da construção da cidadania.

Luan Piauhy e Cristiano Augusto da Silva abordam as obras *Inventário de cicatrizes* (1978) e *Camarim de prisioneiro* (1980), de Alex Polari de Alverga, pela perspectiva da literatura de testemunho, o que evidencia essa situação de retomada e de preocupação da crítica com essas questões como também um processo de afirmação e de necessidade de colocar em evidência a história marcada pela subjetividade. **A LÍRICA ENCARCERADA – A POESIA TESTEMUNHAL DE ALEX POLARI** discorre sobre o testemunho que “se constrói como possibilidade de dizer no presente àqueles que não foram permitidos falar no passado.”

Voltando-se ao contexto da Espanha, o artigo intitulado **INTERPRETACIÓN DE LA TEORÍA “LA ESPIRAL DEL SILENCIO” DE NOELLE-NEUMANN EN LA OBRA EL SATORIO DE NURIA AMAT**, de Wisem Mahi, intenta “mostrar como reagem os calados, a maioria silenciosa contrária ao independentismo catalão face às pessoas que detêm o poder, neste caso os separatistas catalães”, buscando analisar, ainda, o papel que desempenham “os meios de comunicação social na gestão da opinião pública” no país europeu.

Em **MANIFESTAÇÕES DE SUBVERSÃO AO PODER EM LAVOURA ARCAICA, DE RADUAN NASSAR, A PARTIR DOS ESTUDOS DE MICHEL FOUCAULT**, Ananda Maisa Coelho Souza e Andrei Santos de Moraes procuram destacar que a subversão “pode ocorrer no interior dos discursos das personagens, bem como na sexualidade” e que esta “se apresenta como mecanismo de subversão ao poder no romance”. Em diálogo com os estudos do filósofo Michel Foucault, em *História da Sexualidade*, os articulistas concluem que “a subversão é uma extensão do poder, que, por sua vez, caminha ao lado da sexualidade, mantendo um jogo sutil de recusas e autorizações”.

Além da literatura de testemunho, esta edição publica análises a partir de obras que *testemunham o futuro*, ou seja, a perspectiva das distopias e as angústias em relação ao contexto histórico da modernidade, modernidade tardia, pós-modernidade ou, ainda, apenas o nosso momento histórico singular em que afirmamos, juntamente com Fredric Jameson, a necessidade de “combinar a missão proundiana de identificar as tendências utópicas com uma geografia benjaminiana de suas forças, com uma avaliação da sua pressão sobre o que constituem agora múltiplos níveis do mar”. Ao trazer as distopias como elemento central de análises, encontramos situações prementes e urgentes sobre os problemas não resolvidos do presente.

Aislan Camargo Maciera, Luciana Massi e Carlos Sérgio Leonardo Júnior contribuem para este número da revista com o artigo **A FICÇÃO CIENTÍFICA DISTÓPICA DE PRIMO LEVI E O NOVO CORONAVÍRUS: O VÍCIO DE FORMA DA TECNOLOGIA** e discutem, a partir do conto “Proteção” da obra *Vício de forma*, a percepção de ciência de Primo Levi. Os articulistas estabelecem “um paralelo com nosso contexto abordando a tecnologia como cerceamento da liberdade e da verdade e como ampliação que limita a vida humana”.

Em **COMO AS DISTOPIAS NASCEM? LITERATURA DISTÓPICA CONTEMPORÂNEA E A POLÍTICA BRASILEIRA**, Maíra Soalheiro Grade e Antonio Rediver Guizzo propõem “um breve passeio por um pequeno excerto da literatura distópica contemporânea” que inclui obras como *Cadáver Exquisito* (2017) de Agustina Bazterrica, *Nación Vacuna* (2017) de Fernanda Garcia Lao, *The Handmaid’s Tale* (1985) de Margaret Atwood e *Soumission* (2015) de Michel Houellebecq. A partir desse passeio, estabelecem “pontos de contato entre o contexto político atual, em que repetidamente presenciamos a assunção ao poder de candidatos de extrema direita ou extrema esquerda que, semelhantemente, legitimam diferentes formas de violência contra opositores e posicionamentos ideológicos divergentes, no que tange às crises democráticas, ao recrudescimento do capitalismo liberal e à exceção como técnica de governo”.

O artigo de Marina Silveira de Deus e Marcelo Lachat, **A LINGUAGEM COMO (DES) CONTRUÇÃO DO SUJEITO: UMA ANÁLISE SOBRE INTOLERÂNCIA E REPRESENTAÇÃO NOS CONTOS TERÇA-FEIRA GORDA E AQUELES DOIS, DE CAIO FERNANDO**

ABREU, “discute a temática da intolerância e da repressão, no que concerne à sexualidade e à subjetividade”. Com base nos estudos de Michel Foucault (1988, 2010), Judith Butler (2003), Stuart Hall (2006), Sara Salih (2013), Heloísa Buarque de Holanda (1982) e Bruno Souza Leal (2002), o artigo questiona “em que medida a linguagem, enquanto um mecanismo de (des)construção, contribui para a estrutura de repressão sexual e subjetiva, sendo capaz de (des)construir o próprio sujeito”.

Os últimos artigos que integram esta edição discutem temas mais amplos, como o ódio na literatura e também o resgate de um importante texto de Theodor Adorno. Seguindo o título adotado para esta edição, *RESISTÊNCIA À ESPIRAL DA DISTOPIA E DO ÓDIO*, esses textos destacam os problemas alicerçados no ódio e no preconceito como formas de união em torno de ideias e ideologias opressoras e segregadoras. Dionei Mathias em *O ÓDIO E SUAS REVERBERAÇÕES: UM QUESTIONAMENTO PARA OS ESTUDOS LITERÁRIOS* salienta que a literatura “reverbera essas dinâmicas afetivas no plano ficcional, ao engendrar formas de interação na realidade diegética, mas sobretudo também ao oferecer um direcionamento da percepção, incitando o leitor a adotar uma lente de acesso ao mundo ou também desautomatizando seu crivo de apropriação de realidade, de modo a aprender a enxergar de outras formas.”

EDUCAÇÃO PÓS-AUSCHWITZ: IMPLICAÇÕES DE UM TEXTO CLÁSSICO, de José D’Assunção Barros, reveste de atualidade a leitura desse texto clássico de Theodor Adorno, demonstrando a atualidade dessa discussão que, para alguns, parece muito datada, o que não raras vezes é decorrente de uma compreensão limitada e restrita das diversas situações culturais e históricas que atravessam o viés crítico do pensador frankfurtiano. “Educação Pós-Auschwitz é um destes textos que se mostram particularmente atuais de tempos em tempos, pois, ao discorrer sobre problemas relacionados à sua própria época e a seu lugar sociopolítico de produção, também abordam questões recorrentes em outros momentos e espacialidades”, talvez muito do atual contexto em que nos encontramos.

Agradecemos a contribuição inegável dos articulistas para que a revista continue com sua política de publicação voltada para a crítica histórica e sustentada em uma resistência à opressão, e esperamos que possamos voltar a um certo distanciamento desse autoritarismo com uma transformação nas nossas realidades, substituindo a proximidade da distopia por um horizonte de uma utopia realista.

REFERÊNCIAS

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt – Como as democracias morrem. Tradução: Renato Aguiar. São Paulo: Zahar, 2018.

Fredric Jameson – **Modernidade singular**. Tradução: Roberto Franco Valente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (p. 250).

João Luis Pereira Ourique
Lizandro Carlos Calegari
Rosani Úrsula Ketzner Umbach (Orgs.)

AS MARCAS DA RESISTÊNCIA NA LITERATURA DE TESTEMUNHO EM FERNANDO GABEIRA E ALFREDO SIRKIS

César Alessandro Sagrillo Figueiredo¹

Resumo: O período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) gerou severos traumas à cultura política do país, mas após a Anistia, em 1979, começaram a abundar na seara literária diversos livros que tratavam sobre o período da luta armada (1968-1975), sobretudo através da escrita de ex-guerrilheiros, transformando-se em campeões de vendagem no período. Mediante o exposto, este artigo possui como objetivo principal examinar a construção da memória de resistência e seus usos através das fontes da Literatura de Testemunho de Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis, respectivamente com os livros *O que é isso companheiro* (1979) e *Os carbonários: memórias da Guerrilha Perdida* (1980). Para efeitos metodológicos, tratar-se-á de um trabalho qualitativo, a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema; igualmente, realizaremos análise de conteúdo dessas obras. Como resultado de pesquisa, concluímos que a Literatura de Testemunho serviu de elemento fiador da memória dos autores e como expressão de resistência.

Palavras Chaves: Ditadura civil-militar; Literatura do Testemunho; Escritores da Guerrilha; Memória.

Abstract: The period of the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985) generated severe trauma to the country's political culture, but after the Amnesty in 1979, several books dealing with the period of armed struggle (1968-1975), began to abound in the literary field, mainly through the writing of former guerrillas, who became best sellers in the period. Based on the above, this article has as its main objective to examine the construction of resistance memory and its uses through the sources of the Literature of Testimony of Fernando Gabeira and Alfredo Sirkis, respectively with the books, *What is this companion* (1979) and *Os carbonários: memory of the Lost Guerrilla* (1980). For methodological purposes, this will be a qualitative work, based on a literature review on the subject; likewise, we will carry out content analysis of these works. As a result of research, we conclude that the Literature of Testimony served as a surety element in the authors' memory and as an expression of resistance.

Key Words: Civil-military dictatorship; Testimony Literature; Guerrilla Writers; Memory.

¹ Prof. Adjunto III em Ciência Política no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Norte Tocantins (UFNT) e Coordenador do Grupo de Pesquisa Violência e Estado. E-mail: cesarpolitika@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Quando refletimos sobre memória política, compreendemos que a sua elaboração é uma construção coletiva, realizada a partir de muitas vozes e testemunhos que se dispõem a construir a história de um período. De igual modo, temos consciência de que a história oficial, na maioria das vezes, é extremamente seletiva, podendo ser recortada através do olhar arbitrário dos centros de tradições que possuem capital social de distinção para contar, selecionar e mensurar. Nesse cenário, compreemos a memória como um objeto em disputa, a partir de vários personagens e fragmentos.

Tal processo de forja da memória de um período tona-se ainda mais complicado quando trabalhamos com o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), haja vista que fora um período extremamente complicado politicamente e que legou severas fraturas para a futura democracia brasileira, sobretudo, traumas coletivos difíceis de serem curados em face do terror de Estado, justamente, em virtude das inúmeras violações contra os direitos humanos.

No cenário dos atores que se dispuseram a denunciar e testemunhar, destacamos um conjunto de agentes políticos que possuíram parte ativa no processo de luta contra o regime militar, especialmente os ex-guerrilheiros, que ousaram pegar em armas, opondo-se à ditadura civil-militar, no período que se convencionou chamar de luta armada (1968-1975) (GORENDER, 1987). Muitas das publicações desses personagens surgiram, *a posteriori*, numa série de publicações na mídia impressa, por exemplo, em jornais, livros e revistas, que possuíam uma multivocalidade contrapondo o regime vigente e buscando a distensão política através das denúncias efetivadas, exatamente com intuito de divulgar as denúncias dos crimes cometidos pela corporação militar. Destacamos que o conjunto dessas publicações que surgiram no período poderia ser denominado como constitutivo da Literatura do Testemunho:

Há, em suma, inúmeras modalidades de testemunho, seja em relação a situações, eventos, períodos (Shoah, Gulag, genocídios, guerras, ditaduras, tortura, miséria, opressão etc.), seja em relação a formas de expressão do testemunho (memória, romance, filme, depoimento, poema, quadrinhos, canções etc.). Sendo “Gulag” um acróstico do russo Glavnoie Upravlenie Lagueri (Direção Geral dos Campos), nunca é demais precisar que Shoah (devastação, catástrofe) difere de Holocausto (“todo queimado”), termo que implica alguma positividade, de sacrifício para deus (SALGUEIRO, 2012, p. 286).

Uma das primeiras obras que impactaram foi o livro *O que é isso companheiro*, em 1979, obra de Fernando Gabeira, tornando-se um campeão de vendas e dando respaldo para outras obras no mesmo período, posteriormente, houve o lançamento de *Os carbonários: memória da Guerrilha perdida*, lançada no ano seguinte, ambos receberam prêmio Jabuti nos respectivos anos. Mediante o exposto, este artigo possui como objeto o estudo das obras de Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis, respectivamente com os livros *O que é isso companheiro* (1979) e *Os carbonários: memória da Guerrilha Perdida* (1980), tendo como objetivo

principal examinar a construção da memória de resistência e seus usos através desses livros.

Para a consecução deste objetivo, cabe refiná-lo nos seguintes momentos: 1) o estudo do conceito Literatura do Testemunho, cunhado a partir do século XX, e o seu aporte teórico para o cenário brasileiro, realçando sobremaneira as convergências da memória; 2) o exame das obras indicadas, a fim de situá-las dentro do escopo da Literatura do Testemunho latino-americana; e, finalmente, 3) o diálogo desses dois livros como temas convergentes. Para efeitos metodológicos, tratar-se-á de um trabalho qualitativo, a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema; igualmente, realizaremos análise de conteúdo dessas obras.

LITERATURA DE TESTEMUNHO COMO A CHAVE DA MEMÓRIA

A fim de discutirmos acerca dos conceitos da memória e de seus usos, primeiramente, torna-se pertinente construirmos o enquadramento da memória como objeto teórico e empírico, justamente com o intuito de dar corpo e lastro para as análises realizadas. Um dos autores de consenso entre os vários estudos e utilizado como aporte teórico, justamente pelo fato de inaugurar esse campo da memória, é o sociólogo francês Maurice Halbwachs. Destaca-se a sua obra *A Memória Coletiva* (2006), em que o autor enunciava três eixos aonde a memória iria se desenvolver e germinar, como se fosse um gradiente, ora se alimentando ora conflitando, definidos como: 1) memória individual, 2) memória coletiva e 3) memória oficial. Quanto à memória individual, podemos dizer que ela seria a mais delicada, justamente porque se utiliza apenas das reminiscências individuais para se equilibrar, muitas vezes incorrendo num fio frágil, natural em todos os indivíduos, justamente pela perda das lembranças em virtude do transcurso do tempo. Assim, ratificamos que, além da veracidade dos fatos que devem estar ancorados na Literatura de Testemunho, também a memória não pode ser fruto unicamente das lembranças individuais fugidias, mas produto de um conjunto de indivíduos que formaram coletivamente uma memória social e que se sentiram impelidos a recontar a história, como se houvesse a necessidade de recompor um tecido social ferido pelos períodos de exceção, adversidades e catástrofes.

Nesse cenário de reconstrução da memória, Halbwachs enfatizava que a memória sempre seria construída no presente a partir da rememoração do passado, portanto, sempre buscando através do filtro do tempo presente o retrato do passado – muitas vezes incompleto, haja vista que o olhar da lembrança é operacionalizado a partir do filtro interpretativo do tempo presente. Nesse enquadramento, a fim de dar sustentação e tessitura a esses quadros da memória, o indivíduo precisaria, necessariamente, de apoio do grupo do qual fez parte com o intuito de endossar ou confrontar as suas memórias, criando e reforçando, por conseguinte, uma memória coletiva de um grupo que possui uma mesma lembrança de um fato ou evento.

Assim, podemos inferir que essa memória coletiva se configura a partir de uma primeira memória individual que é acionada, posteriormente, reforçada e endossada por um grupo do qual o indivíduo fora constituinte, vindo a configurar como memória de um grupo social. Nesse sentido, a chave da memória de um membro desse grupo seria apenas acionada como crível quando, necessariamente, os outros componentes viessem a afiançar a veraci-

dade do seu testemunho, por isso, na acepção de Halbwachs, a memória seria eminentemente um construto social coletivo. As lembranças, sendo elas boas ou más, tornar-se-iam um passaporte para o acesso a um grupo específico e que vivenciaram determinadas situações, logo, possuindo algo comum para lembrar e testemunhar.

Ainda, nesse processo de rememorar o passado através das chaves da memória, precisamos avaliar os silêncios dos personagens, como bem atesta Michael Pollak no seu texto fundante, *Memória, esquecimento, silêncio* (1989). Tributário do arcabouço teórico de Halbwachs, contudo Pollak o amplia conceitualmente e destaca o esquecimento, que pode ser intencional ou não, bem como os silêncios, algumas vezes forçados por traumas pessoais de quem viveu situações muito adversas, em que o ato de rememorar tais situações no tempo presente causaria novamente a lembrança de traumas revividos. Podemos observar esses silêncios quando o personagem narrador, ao rememorar as suas agruras, não consegue decodificar todas as atrocidades vividas, apresentando, por conseguinte, lapsos de memória.

Realçamos, de acordo com Pollak, que o silêncio também pode ser uma estratégia de sobrevivência de *memórias subalternas*, uma vez que pode ser o passaporte seguro para diferentes grupos se manterem vivos, principalmente em momentos de resistência e conflito, sobretudo, quando há a expectativa de uma mudança de cenário adverso num futuro – mesmo distante. De qualquer modo, as lacunas que ficam desses silêncios e esquecimentos podem ser acionadas e decifradas através de cruzamento de uma leitura atenta, evidenciando, por conseguinte, que essas lacunas são como pontos nevrálgicos, justamente onde a memória não consegue avançar por limitações pessoais impostas, como se fosse marcas do tempo passado.

Partindo do aspecto de memória baseado num construto coletivo, apontamos a existência nesse cenário de uma *memória geracional*, visto que esse recorte geracional aciona uma autoidentificação enquanto grupo coletivo. Nesta acepção, a geração não estaria vinculada aos indivíduos que nasceram em um mesmo período demarcado temporalmente, ou seja, mesma idade cronológica, mas exatamente a indivíduos que vivenciaram o mesmo universo de experiências e tornaram-se portadores das mesmas lembranças. Essas experiências acionam e contribuem, portanto, na construção de uma memória coletiva consolidada e de um reconhecimento mútuo, sendo este reforçado fortemente pelo grupo geracional do qual este sujeito fez parte. Por exemplo, quando se reporta à geração 68 (VENTURA, 1988), nesta situação implicaria que todos os personagens do grupo partilharam do mesmo *ethos* político do período, sendo pares recíprocos nos sucessivos eventos que marcaram o emblemático ano de 1968. Buscando conceituar o exemplo, podemos lastreá-lo quando Pierre Nora (1997, p. 3003) enfatiza que a “memória geracional advém de um conjunto histórico e coletivo para se interiorizar até as profundezas viscerais e inconscientes que comandam as escolhas vitais e as fidelidades reflexas. O eu é ao mesmo tempo um nós”.

Dialogando com Halbwachs e Pierre Nora, ao evidenciar acerca dos vários grupos sociais que possuem o interesse de rememorar coletivamente um *ethos* geracional no tempo presente, constatamos que, na maioria das vezes, essas memórias geracionais podem conflitar com as histórias oficiais reificadas. Nesse quadro, realçamos a dificuldade real existente em revelar as memórias subalternas, principalmente quando estas se reportam e pretendem construir uma disputa entre a memória geracional e a história oficial, esse jogo conflitivo podemos denominar também como *disputa de memórias*.

Nesse percurso de ativamente da memória é que germinou a denominada Literatura de Testemunho, que se erigiu frondosamente como fruto dos livros publicados, especialmente, pelas vítimas de primeira geração do Shoah. Torna-se destaque, por exemplo, as obras de vários autores que procuraram descrever como era a vida dentro dos campos de concentração, igualmente é relevante destacar as obras de cunho memorialístico dos diversos sobreviventes do Holocausto, dos exílios, dos genocídios e das ditaduras militares. A produção é ampla e extremamente abrangente, pois evoca as dores e os sofrimentos das vítimas, tornando-se extremamente farta como material bibliográfico até o presente, podendo ser em forma de testemunhos, relatos, biografias e depoimentos. A primeira vertente desse gênero destaca as agruras de judeus nos campos de concentração, evento histórico, geralmente, designado como Holocausto, mas que recebeu por parte de teóricos o termo hebraico 'Shoah', que significa, etimologicamente, 'catástrofe'.

Uma outra vertente da Literatura de Testemunho estabeleceu um outro conceito. Surgida nos anos 60, impulsionada pelo Prêmio Casa de Las Américas e fomentada pelo governo cubano, tal vertente recebeu a denominação *Testimonio*, que na sua tradução livre podemos definir como Testemunho. Essa literatura possui um caráter eminentemente político, pois visa dar voz aos oprimidos pelos regimes ditatoriais que germinaram na América Latina a partir dos anos 60. Conforme sabemos, ao longo dos anos 60 e 70, a América Latina virou palco de regimes de exceção e Golpes de Estados que assolaram o continente, deixando milhares de mortos, refugiados, torturados, presos e exilados políticos. Portanto, com o intuito de dar voz às vítimas dos regimes ditatoriais, o governo cubano impulsionou esse modelo de literatura extremamente politizada e objetivando testemunhos memorialísticos, com vistas a construir um painel político latino-americano.

Ou seja, enfatizamos que o aporte teórico acerca do testemunho reproduz, consequentemente, um conjunto de vozes que sempre polarizaram a reflexão a partir da literatura memorialística e que também se coadunam com outras searas, justamente por sua capacidade discursiva de reverberar com força o testemunho, a memória e a resistência. Nesse sentido, realçamos que essa multivocalidade das vozes do testemunho, sobretudo no caso do *Testimonio*, reativam a história e, consequentemente, possuem instrumentos políticos de denúncias². No caso brasileiro, tributário dessa segunda vertente, esses links atualizaram e aproximaram fronteiras discursivas comuns contra a ditadura civil-militar em seu estágio final.

Em síntese, no Brasil a Literatura de Testemunho e outras mídias conseguiram se transformar em porta-vozes privilegiados de alguns personagens, principalmente os que resolveram transpor a barreira dos subalternos com os seus silêncios forçados e os lapsos históricos oficiais: mediante essa literatura conseguiram revelar as dores desses agentes políticos através das páginas dos livros.

2 De acordo com Seligmann-Silva (2001, p 5) referente a características do *Testimonio*: "A 'política de memória' que também marca as discussões do Shoah, possui na América Latina um peso muito mais de política "partidária" do que "cultural": aqui ocorre uma convergência entre a literatura e a política".

LITERATURA DE TESTEMUNHO NO BRASIL: UM ENCONTRO DOS EX-GUERRILHEIROS COM A LITERATURA

Conforme realçado, o período da ditadura civil-militar brasileira talvez seja um dos mais limitadores da história do Brasil (1964-1985), principalmente pela questão dos direitos humanos, em face das prisões indevidas, torturas e desaparecimentos políticos. Corroborando esta afirmativa, lembramos que já se passaram mais de 40 anos da Lei da Anistia de 1979, contudo, realçamos que ainda não houve a retomada do julgamento dos crimes de lesa-humanidade cometidos pela corporação militar, portanto, torna-se um objeto de discussão inconcluso, especialmente pelas vítimas que não puderam ver efetivados as reparações de Estado pelos crimes perpetrados.

Em síntese, tal argumento de incompletude e de limitações da Anistia política é defendido pelo conjunto de pessoas que foram vítimas do Estado ditatorial e que não concordam, até a presente data, com o delineamento desse ato político realizado no crepúsculo do regime militar. Para essas vítimas fora uma autoanistia, pois brindou com um retorno seguro aos quartéis a corporação militar que atentara contra os direitos humanos. Salientamos, normativamente, que além de ser realmente uma autoanistia para os militares, também foi uma anistia parcial aos opositores do regime, visto que nem todos os ex-presos políticos puderam sair da cadeia, assim como nem todos os exilados puderam retornar do exílio. Não obstante, na visão das vítimas, todos os militares foram agraciados com a política falaciosa de reconciliação nacional, haja vista que, etimologicamente, anistia significa esquecimento. Nesse sentido e se utilizando desta acepção, a ditadura civil-militar soube estrategicamente cuidar para que ocorresse um processo de esquecimentos forçado para um grande conjunto da sociedade civil, a despeito das vítimas que insistem em vocalizar as suas dores.

A fim de construir um repertório dissonante da história oficial erigido pela ditadura civil-militar nos seus anos finais, os exilados que retornavam do exterior e os ex-presos políticos que saíam da cadeia começaram, ainda muito timidamente, a construir uma obra de denúncia, que visava relatar as agruras do período ditatorial, a despeito de toda a tentativa de coação da ditadura que impunha a seguinte sentença: esquecer para conciliar.

Conforme referido, relatos de testemunho que dialogam com a vertente do *testimonio* latino-americano foram publicados tão logo houve os primeiros ventos liberalizantes e afrouxamento do regime militar na década de 70, lançando, por conseguinte, os primeiros livros de memórias de militantes que pegaram em armas e de suas vivências no exílio. Realçamos que o *boom* memorialístico ocorreu, justamente, após o advento da autoanistia de 1979, pois fora o momento que ex-militantes e exilados puderam compartilhar suas dores. O gênero explodiu em vendagem, uma vez que essa literatura ia ao encontro tanto da curiosidade das pessoas que não sabiam o que tinha ocorrido no Brasil, em face da censura que ainda exista, quanto em virtude de ser uma forma ativa de auxiliar na distensão do regime militar, posto que denunciava suas atrocidades nos seus momentos finais: trata-se de obras que precisavam colocar em xeque e vocalizar uma voz uníssona contra o roteiro final da história imposta pelo regime militar, que estava sendo escrita unicamente pelos próprios ditadores.

Porém, mesmo com toda a profusão de obras lançadas, conforme realçado, o testemunho tinha apenas o caráter simbólico de ajuste de contas com um passado que teimava em sair do armário, mesmo a contragosto de todos os caprichos da ditadura civil-militar em imprimir uma política de esquecimento forçado promovida pela autoanistia. Contudo, tal esquecimento e silenciamento seria uma tarefa impensável para as diversas vítimas do regime militar que insistiam pela verdade e pela justiça, mesmo que esta justiça estivesse num raio impossível de concretude – haja vista que, mesmo saindo de uma ditadura militar, os aparelhos coercitivos se mantinham presentes na jovem democracia que aflorava com seus diversos enclaves e quistos ditatoriais (ZAVERUCHA, 1992).

Esta produção fora extremamente vasta, sendo inaugurada em 1977 por Renato Tapajós com o livro, *Em Câmara Lenta*³ (1977), ainda antes da Anistia. Entre diversos livros lançados após a Anistia, faz muito sucesso o livro do ex-guerrilheiros e banido político Fernando Gabeira, *O que é isso Companheiro?* (1979), lançado em 1979. Destaca-se no mesmo período Alfredo Sirkis com *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida* (1980), lançado em 1980 sobre a vida dentro da luta armada de um ex-líder estudantil. Ainda, há os relatos biográficos e memorialísticos como Lamarca, o capital da guerrilha (1981), sobre a vida e a luta do capitão Carlos Lamarca, escrito por Emiliano Jose e Oldack Miranda, em 1981; e *Batismo de sangue* (1982), de Frei Betto, lançado em 1982, ganhador do Prêmio Jabuti em 1982, que abordava a guerrilha urbana e a morte de Carlos Marighella.

Dialogando com a teoria delineada, relembremos que, após o fim dos regimes de exceção, torna-se natural que as memórias individuais subalternas floresçam, principalmente em livros e biografias, dando origem ao adensamento de uma futura memória coletiva do período. Desta forma, a partir dessas memórias individuais subalternas forjar-se-ia uma memória coletiva (HALBWACHS, 2006), justamente a partir das imbricações, diálogos e convergência dessas memórias comuns do período, que *a posteriori* se fortaleceram num discurso único e formando um feixe de memória coletiva. Em síntese, podemos dizer que, a despeito dessa história oficial forjada sobre o arbítrio do poder torcionário ditatorial, subalternamente subsistiu uma memória individual e com um repertório de luta latente vindo a forjar uma memória coletiva – mesmo que a corporação militar insistisse num roteiro previamente estabelecido de heroificação dos seus ditadores e torturadores.

Quanto especificamente aos livros analisados, acuradamente, observamos todo esse roteiro incluso na Literatura do *Testimonio*, em que se realça muito fortemente a figura do herói. No livro de Gabeira, o herói é o personagem do próprio autor biografado, embora Fernando Gabeira não pretendesse contar toda a sua vida nesse livro, contudo faz um recorte preciso e um balanço de cinco anos da sua vida, desde as manifestações de rua contra a ditadura civil-militar, em 1968, no Rio de Janeiro, até as agruras nas ruas do Chile após o Golpe Militar chileno, em 1973, conforme citação:

Este portanto é o livro de um homem correndo da polícia, tentando compreender como é que se meteu, de repente, no meio da Irarrazabal, se há apenas cinco anos

3 Convém realçar que esta obra possui “teor testemunhal”, mas não pertence à Literatura de Testemunho, enquanto gênero textual nos termos propostos por Seligmann-Silva (2001).

estava correndo da Ouvidor para a Rio Branco, num dos grupos que fariam mais uma demonstração contra a ditadura militar que tomara o poder em 64. Onde é mesmo que estávamos, quando tudo começou? (GABEIRA, 1982, p. 12-13)

O enredo do livro detém-se muito no desenrolar do sequestro do embaixador americano, em 1969, pela organização política Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), em que Gabeira era um militante periférico, pois cuidava mais da parte gráfica e da comunicação da organização. Este sequestro foi o primeiro do gênero na história e conseguiu a libertação de 15 presos políticos dos cárceres da ditadura. O final do livro *O que é isso, companheiro?* marca a saída de Gabeira do cárcere, sendo utilizado os mesmos procedimentos políticos: seu nome estava na lista dos 40 presos políticos que deveriam ser libertados se a ditadura quisesse resguardar a vida do embaixador alemão, sequestrado em junho de 1970 por outro grupo guerrilheiro.

No livro de Gabeira, além de um balanço de uma geração, em que tentava aclarar onde tinham errado nas suas ações políticas, também demonstrava fortemente uma transnacionalidade militante (MARQUES, 2017), visto que a partir das diversas ditaduras militares na América Latina, especialmente no Cone-Sul, foram criadas uma reciprocidade e convergências de experiências militantes, sobretudo no período chileno do governo socialista de Salvador Allende (1970-1973). Tais experiências militantes propiciam um adensamento e a descoberta da literatura latino-americana no seu período chileno, proporcionando, com certeza, uma visão mais ampliada dos regimes ditatoriais em curso e sobre o fechamento de todo o Cone-Sul pelo arbítrio do terror de Estado na década de 70. Ou seja, segundo o próprio autor, o tempo corria muito rápido e não conseguia processar todo o drama des-cortinado nas suas retinas. Logo, o livro servia como uma catarse para tentar capturar o que vivera a sua geração.

O segundo livro analisado como expoente dessa Literatura de Testemunho brasileira, *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida*⁴ (1980), se constitui de um testemunho memorialista de um ex-líder estudantil envolvido com a luta armada no período dos Anos de Chumbo (1968-1975). Na obra de Sirkis, assim como no livro de Gabeira, o autor se ocupou de um recorte de tempo, a fim de que o leitor conseguisse ter uma visão do processo da luta contra a ditadura militar que ocorria no Rio de Janeiro, por meio das ações militantes da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e, posteriormente, no racha político que deu origem à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada pelo mitificado Capitão Lamarca, considerado o principal comandante guerrilheiro urbano e o inimigo número um da ditadura civil-militar após o assassinato de Carlos Marighela (GORENDER, 1987). Como pano de fundo, *Os Carbonários* demonstrava o percurso político do autor, sobretudo como conciliava suas opções e sua vida de líder estudantil com a opção pela luta armada.

4 O título reporta às pequenas sociedades carbonárias, derrotadas no século XIX, que possuíam uma organização conspiratória contra a tirania e o imperialismo europeu daquele período. Atualizando para o século XX, portanto, a derrota desses guerrilheiros “evocaram ao autor umas tantas analogias com contextos distantes e muito posteriores” (SIRKIS, 2014, p. 39).

A formatura ia transcorrendo normalmente. Eu presidia a mesa, representando o grêmio livre. Falaram os oradores da turma. A plateia de alunos e pais, uns duzentos no máximo, escutava atenta e batia palmas. Novamente tínhamos o Che Guevara de paraninfo (SIRKIS, 2014, p. 131).

Porém, diferente de Gabeira, Sirkis não se dispunha na sua obra a ser o personagem principal, visto que a figura de herói nacional não era trazida para si, ou seja, o mito do herói de acordo com os cânones da Literatura do *Testimonio* era endossado na figura do capitão Carlos Lamarca, que desertara da corporação militar vindo a engrossar as fileiras de oposição ao regime militar, pois, para Sirkis, seria Lamarca aquele que lutou, foi assassinado e serviu de exemplo para a continuidade da luta política no país contra a ditadura civil-militar.

A pontaria de Lamarca era legendária e estava ligada a histórias de outros combatentes. Sua primeira morte foi um guarda, na cobertura de um assalto da velha VPR a banco. (...) Lamarca apoiou o Smith & Wesson de competição na palma da mão esquerda e deu dois tiros rápidos, a mais de 50 metros. Um no queixo, um em cheio no capacete do guardinha, que teve morte instantânea. Daniel uma vez me contou que no Vale do Ribeira ele se divertia acertando cipós a distância de que outros companheiros nem sequer viam. A pontaria era apenas uma das muitas características que tinham feito dele, durante muitos anos, o “oficial modelo”. Sempre prestigiado pelos superiores e, coisa mais rara, adorado pela tropa (...) uma voz de comando que irradiava aquela segurança, que agora nós, irregulares de segunda categoria, também sentíamos (SIRKIS, 2014, p. 360).

Destacamos que, nesses livros, quando trabalhamos com a Literatura de Testemunho latino-americano, alguns elementos importantes para análise, principalmente o mito do herói. Em síntese, nas palavras de Seligmann-Silva (2001, p. 126) “na literatura sobre o *testimonio* a necessidade é entendida quase que exclusivamente em um sentido de se fazer justiça, de se dar conta da exemplaridade do herói e de se conquistar uma voz para os subalternos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao analisar as obras do gênero Literatura de Testemunho, percebemos que elas foram fartas desde o final do período ditatorial, mais especificamente após a anistia política, tendo proliferado ao longo dos anos 80. Portanto, essa literatura ao longo desses anos funcionou como veículo e porta-voz para inúmeras vítimas, que se utilizaram desse gênero como instrumento para construir um discurso contra a ditadura civil-militar e fomentar um processo de distensão, com vistas a um ajuste de contas simbólico com o passado. Ou seja, a partir dessa literatura as vítimas visavam, além da catarse pessoal dos traumas vivi-

dos, juntar esforços e se tornar uma voz uníssona contra as mazelas e os arbítrios ocorridos durante o regime militar, buscando *a posteriori* suas reparações.

Portanto, ao reportarmos o modelo de Literatura de Testemunho no Brasil, dialogamos com esse gênero no cenário literário do século XX e verificamos que essa literatura no Brasil também é herdeira das ramificações do gênero *Testimonio*. Reiterando, com vista a construir uma literatura engajada e com um recorte político partidário em que o agente do testemunho possui, indubitavelmente, um compromisso pela verdade.

Retomando o objetivo desse artigo acerca do uso dessa memória na Literatura de Testemunho, verificamos que essa memória servia, primeiramente, como uma catarse pessoal, posteriormente, para saldar dívida com quem morreu e, como último objetivo, como uma forma de resgatar a verdade, a despeito da história oficial edificada pela ditadura civil-militar. Nessa busca pela verdade, consideramos que essa literatura funcionou como uma tímida tentativa de ajuste de contas com a história e os seus verdugos, visto que a ditadura civil-militar auto anistiou os seus torturadores, melhor dito, seria um singelo ajuste de contas possível, uma vez que não poderiam colocar no banco dos réus os torturadores.

Porém, por mais esforços que os autores objetivaram nesse avivamento da memória como arma política, eles permaneceram no plano simbólico da justiça, pois os crimes de lesa-humanidade testemunhados não puderam ser julgados, bem como os torturados não foram presos e os corpos dos desaparecidos políticos relatados nos livros não foram entregues. Portanto, nesse cenário ainda adverso e inconcluso, para as vítimas do regime militar que relataram as suas memórias nos livros, a história oficial ainda está longe de ser impregnada pela verdade, mesmo com tantas dores, traumas e testemunhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

BRASIL. *Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 19 abr. 2020.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* São Paulo: Companhia de Bolso, 1982.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à Luta Armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

JOSE, Emiliano & MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1981.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. O Exílio e as Transformações de Repertórios de Ação Coletiva: A Esquerda Brasileira no Chile e na França (1968-1978). *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 1, p. 239-279, 2017. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/dados/a/kvtcq7Cs8bG5cDQ47HxNX9c/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 mar. 2022.

NORA, Pierre. La Génération. In.: NORA, Pierre (org). *Les Lieux de Mémoire*. v. 2. Paris: Gallimard, 1997, p. 2975-3015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. v. 2, n. 3, Rio de Janeiro. Vértice. p. 3-15, 1989.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Zeugnis e Testimonio: um caso de intraduzibilidade entre conceitos. *Letras*, n. 22, p. 121-130, 2001. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11829/0>>. Acesso em: 11 mar 2022.

SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

SALGUEIRO, Wilberth. O que é Literatura de Testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André du Rap). *Matraga*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 31, p. 284-303, jul./dez. 2012. Disponível em:

<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraca/article/view/22610/16155>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta*: romance. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ZAVERUCHA, Jorge. Prerrogativas militares nas transições brasileira, argentina e espanhola. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 19, p. 56-65, 1992. Disponível em:

< http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/19/rbcs19_06.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

NOTAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE FICÇÃO E HISTÓRIA EM *K. RELATO DE UMA BUSCA*

[NOTES ABOUT THE RELATIONSHIP BETWEEN FICTION AND HISTORY IN *K.: REPORT OF A SEARCH*]

Jessica Sabrina de Oliveira Menezes¹

Karine da Rocha Oliveira²

Resumo: O presente estudo procura refletir acerca da relação entre narrativa ficcional e história em *K.: Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. Nossa perspectiva será refletir acerca do modo como o enredo e a forma de organização da narrativa contribuem para pensar a relação entre romance e história; esta como um discurso não-linear, não objetivo e elaborado a partir de um lugar. Para isso, dentre outros escritos, contribuirão as reflexões de Michel de Certeau (1982) sobre a operação historiográfica e as de Peter Burke (1992) acerca da nova história frente o paradigma tradicional de escrita da História, ao lado das análises elaboradas por Seymour Menton (1993) sobre o Novo Romance Histórico da América Latina.

Palavras-chave: Bernardo Kucinski; Ficção; História.

Abstract: This study aims to reflect on the relationship between fictional narrative and history in *K.: Report of a search*, by Bernardo Kucinski. Our perspective will reflect on how the plot as well as the organizational form of the narrative, contribute to think the relationship between novel (fiction) and history; this last one as a non-linear, non-objective speech built from one place. For this, among other writings, Michel de Certeau's (1982) reflections on the historiographic operation and those of Peter Burke (1992) will contribute to the new story against the traditional paradigm of the writing of History, alongside the analyzes suggested by Seymour Menton (1993) on the New Historical Novel of Latin America.

Keywords: Bernardo Kucinski; Fiction; History.

¹ Docente do Instituto Federal de Pernambuco – IFPE. Doutoranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE (Campus Recife – PE), área de concentração Teoria da Literatura. E-mail: jessica.oliveira@paulista.ifpe.edu.br

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: karine.oliveira@ufpe.br

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Aos 74 anos, Bernardo Kucinski inicia sua jornada enquanto escritor de literatura com *K. Relato de uma busca*, cuja primeira publicação ocorreu em 2011, pela editora Expressão Popular. No ano seguinte, a obra em questão figurou como finalista em prêmios como São Paulo de Literatura e Portugal Telecom, sendo posteriormente traduzida para diversos idiomas como espanhol, italiano, alemão e hebraico. O romance de estreia de Kucinski narra a busca empreendida por um pai, K., para obter informações sobre a filha, A.³, professora do Instituto de Química da Universidade de São Paulo – USP, que desaparecera em 1974, por ação das forças de repressão, que violentamente perseguiram militantes contrários à ditadura civil-militar brasileira.

Não é difícil perceber na tessitura do romance, ainda que no plano da similaridade, diversos acontecimentos históricos relacionados à ditadura civil-militar no Brasil, que perdurou de 1964 a 1985, tais como perseguições, torturas (psicológicas quando se trata de familiares de desaparecidos, mas também físicas quando relacionadas aos perseguidos), assassinatos. Além da correspondência em relação ao episódio que orienta a narrativa – o desaparecimento de Ana Rosa Kucinski Silva – diversos lugares são mencionados (a exemplo da Casa de Petrópolis, conhecida como Casa da Morte, na qual se torturava e assassinava militantes de esquerda), assim como a maior parte das personagens figuram sujeitos que se relacionaram de alguma forma com a cena política de então, a exemplo de Fleury⁴, Golbery⁵, Zuzu⁶, Dom Paulo⁷, militantes vários, como Yuri, Marighela, Márcio, Hamilton Pereira⁸, para ficarmos em alguns exemplos. Diante disso, a obra nos leva necessariamente a refletir acerca das relações estabelecidas entre Literatura e História. A fim de analisar características tanto do enredo quanto da estrutura da narrativa que nos levam a refletir sobre o diálogo entre esses campos do saber, faremos inicialmente uma breve reflexão a respeito da aproximação e do apartamento entre estes, operado no curso do tempo sob diferentes posturas epistemológicas.

2 LITERATURA E HISTÓRIA: FICÇÃO VERSUS REALIDADE?

A preocupação em compreender as dessemelhanças entre textos da história e textos da ficção não é recente, visto que já aparecia em Aristóteles, precisamente na *Poética*, a

3 Na narrativa, apenas estas personagens são identificadas pelas iniciais.

4 Sérgio Fernando Paranhos Fleury, delegado do Dops durante a ditadura militar, a partir de 1968.

5 Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil de Ernesto Geisel.

6 Zuleika Angel Jones, estilista, mãe de Stuart Edgar Angel Jones, torturado e assassinado pela ditadura.

7 Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo na década de 1970. Destacou-se pelo posicionamento contrário às torturas e a outros crimes praticados pela ditadura, tendo atuado junto a familiares de desaparecidos na busca por informações sobre estes.

8 Yuri (Iuri Xavier Pereira, desaparecido político), Marighela (Carlos Marighela), Márcio (Márcio Toledo Leite), Hamilton Pereira (Hamilton Pereira da Silva).

necessidade de diferenciar de alguma forma o historiador do poeta. Ao buscar uma saída à justificativa de que um se utilizava da prosa e outro do verso, o filósofo constrói uma oposição entre estes a partir da ideia de que “um [diz] as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder” (ARISTÓTELES, 1992, p. 53), de forma a voltar-se para o modo através do qual cada uma destas escritas se aproxima do universo extratextual.

Diversos estudos situados no que podemos chamar de tradição pós-aristotélica, sobretudo ao longo do séc. XX, dedicaram-se a buscar compreender o estatuto da ficção sob o viés da sua produção. Estes refletiram acerca do conceito de mimesis, tanto para refutá-lo – quando a interpretação deste levou a crer que a única possibilidade de análise de um texto literário corresponderia à necessidade de opor fato e ficção (como o fez Doležel [1997]) –, quanto para interpretá-lo com vistas ao seu alargamento – quando se compreendeu não haver em Aristóteles intenção de postular que a arte “imitaria” a vida de modo simplista, mas que seria capaz tanto de figurar uma concepção de realidade quanto de criar novos referentes (como pensou Costa Lima [1980], ao ampliar o conceito aristotélico, postulando duas vertentes para a imitação, a saber: mimesis da representação e mimesis da produção)⁹.

Nesse sentido, ao dedicar-se a cotejar a Teoria do Efeito Estético, de Wolfgang Iser, e a Teoria da *Mimesis*, de Luiz Costa Lima, Figueredo chama atenção para a ideia de que as teorias da ficção – mais recentemente – têm se voltado a investigar o *modus operandi* do texto ficcional, muito mais do que se interessam por construir definições acerca deste; definições estas que se caracterizariam por estabelecer limites bem demarcados (sobretudo reforçando oposições binárias entre realidade e representação, por exemplo). Desse modo, conforme o pesquisador pernambucano, “evita-se a elaboração de uma definição substantiva do ficcional em privilégio de uma descrição de como a ficção se constitui” (FIGUEREDO, 2013, p. 46). Em outras palavras, em vez de investir na compreensão de que o texto literário assim se constitui por oposição ao texto histórico (e vice versa), busca-se pensar nas particularidades do modo como ele se relaciona com o universo extratextual.

Essas reflexões se desenvolvem certamente como resposta a um racionalismo que ganhou espaço no séc. XIX e reavivou a discussão acerca da diferenciação entre literatura e história, estabelecendo “a verdade” como critério para tanto, com base em binarismos como ficção *versus* realidade, subjetividade *versus* objetividade.

Na América Latina, a Independência foi o ponto de partida para a escrita de boa parte dos discursos históricos, cujo objetivo centrava-se na intenção de construir uma identidade nacional, visto que “la escritura, en general, tenía como misión contribuir al ‘engrandecimiento’ y ‘civilización’ de la patria” (MENDIETA, 2003, p. 83). A história, portanto, desenvolveu-se inicialmente como forma de fomentar “atitudes patrióticas”, bem como um sentimento de lealdade ao Estado. Com esse propósito, a história positivista e documentalista primou pela “objetividade”, buscando estabelecer-se como correspondente à verdade e ignorando, portanto, sua pertença à classe das narrativas, com vistas a justificar dessa forma seu caráter científico.

A partir de 1960, entretanto, irrompem questionamentos em torno de conceitos tidos como fundamentais para o paradigma positivista, como, por exemplo, o de verdade e o de

9 Reflexões mais específicas em Silva (2013).

real. Convencionou-se denominar “virada histórica” a esse período, marcado pelo “questionamento das metodologias, da escrita e da objetividade dentro desse campo” (MOURA, 2013, p. 51). A conscientização em relação ao caráter discursivo da História sofre influência da “virada linguística”, que se caracterizou por questionar a linguagem apenas como referência a um mundo externo, independente frente a ela, em relação ao qual seu trabalho seria de tradução/representação. Foi possível perceber, então, a não correspondência entre o signo e o referente, o que permitiu compreender que categorias como “verdade” e “real”, por exemplo, são construções sociais e discursivas, cuja manutenção se dá porque relações de poder operam nesse sentido. Nesse momento, portanto, atentou-se para o caráter discursivo da História.

Ao refletir acerca desse campo, sobretudo lançando seu olhar para investigar o que entendeu por operação historiográfica, Michel de Certeau (2007), chamou atenção para a relação estabelecida entre os produtos, os procedimentos de análise que permitem construir determinada compreensão e os lugares de produção. Em suas palavras,

encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*. (CERTEAU, 2007, p. 56).

Nesse sentido, ao refletir sobre os elementos como constituintes dessa concepção de História que emerge em meados do séc. XX, o historiador francês chama atenção para o fato de que sua escrita não é neutra nem total, mas parcial, relativa a um lugar e a um tempo, bem como mediada por uma técnica.

Essa abertura para pensar a História como um discurso, ao mesmo tempo em que refuta a ideia de que esta corresponde à totalidade, abre espaço para a emergência de uma pluralidade de discursos da história (com recortes específicos) ou, pelo menos, para que estes não sigam subordinados ao paradigma tradicional, segundo o qual “a história diz respeito essencialmente à política” (BURKE, 1992, p. 10). É nessa perspectiva que se delinea a “nova história”, para a qual é difícil encontrar uma definição categórica, visto que “o movimento está unido apenas naquilo a que se opõe” (BURKE, 1992, p. 10). Ao cotejar nova história e história tradicional, Burke pretende, portanto, deixar claras as diferenças, a fim de buscar definir a nova história em termos daquilo o que ela não é. Desse modo, elege alguns pontos sobre os quais se debruça para estabelecer as dessemelhanças entre estas, dentre os quais destacamos a elaboração das seguintes contraposições: 1. de acordo com o paradigma tradicional, a história interessa-se exclusivamente pela política, já a nova história interessa-se por toda a atividade humana; 2. “os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas” (BURKE, 1992, p. 12); 3. a história tradicional oferece

uma visão de cima, concentrando-se nos feitos de grandes homens, ao passo que a nova história desloca seu olhar para a história vista de baixo, ou seja, para as pessoas comuns, para as mentalidades coletivas; 4. conforme o paradigma tradicional, a história deve se embasar em documentos (com privilégio para registros oficiais, produzidos e arquivados/preservados pelo governo), já a nova história busca outros tipos de evidência; 5. em contraposição ao paradigma tradicional, para o qual a História é objetiva e faz crer que o historiador deve apresentar os fatos “como eles realmente aconteceram”, a nova história a compreende como um discurso que se relaciona a um tempo e a um lugar.

Diante disso, não cabe mais pensar as relações entre Literatura e História partindo do pressuposto de que estes seriam campos opostos, considerando a existência de uma realidade (autônoma e no singular) a respeito da qual se elabora uma representação linear (ou seja, uma imitação de entidades realmente existentes). Literatura e História, portanto, são pensadas contemporaneamente a partir da sua condição de produções discursivas (influenciadas por um tempo e um lugar), que se relacionam com o universo extratextual a partir de métodos que guardam suas particularidades, mas não negam o estatuto discursivo dessa produção.

3 DO ENTRELAÇAMENTO ENTRE HISTÓRIA E FICÇÃO EM K. [...]

Em *K. Relato de uma busca* (2011), ao abrir o romance provocando o leitor a considerar que “tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”, o autor já aponta uma chave de leitura importante que, inclusive, faz pensar não apenas sobre as características dessa obra em particular, mas a respeito das concepções de ficção e de história que informam essa narrativa.

K. [...] é publicado no mesmo ano em que foi instaurada a Comissão Nacional da Verdade - CNV, que teve como objetivo “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas [...], a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (BRASIL, 2011). A criação da comissão em questão, vale esclarecer, foi impulsionada por pressão de órgãos governamentais e não-governamentais¹⁰, com vistas à abertura dos arquivos da ditadura, num movimento de defesa “da memória e da verdade”, bem como do resgate dos fatos ocorridos durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Maciel e Maciel (2019, p. 01) buscaram estabelecer conexões entre a obra em estudo e o resultado dos trabalhos da CNV, considerando que ambos “tentam dar um fechamento a esse momento traumático ao tentar abrir espaço para discussão, dando voz aos torturados ou aos que acompanharam a tortura de seus companheiros, mas que, durante décadas, foram emudecidos”. No estudo em questão, estas chamam atenção para o fato de que a política de anistia estabeleceu um contrato firmado no silenciamento, o que contribuiu para uma espécie de “amnésia nacional” no que diz respeito aos crimes e às violações cometidos nos “anos de chumbo”. No romance em análise, essa

¹⁰ Ver notícias em: <https://www.oabrij.org.br/noticias/oabrij-lanca-campanha-pela-memoria-pela-verdade> e <https://www.oabes.org.br/noticias/seminario-reune-diversas-geracoes-em-defesa-da-abertura-dos-arquivos-da-ditadura-militar-553910.html>.

crítica em relação aos danos para a memória e para a história nacionais como efeito de uma saída supostamente conciliadora (representada pela Lei da Anistia) mostra-se desde o primeiro capítulo, intitulado *Cartas à destinatária inexistente*, escrito em forma de diário pelo narrador heterodiegético que se deixa ler como irmão de A., quando reflete acerca da dor da perda sempre reavivada com a chegada de alguma correspondência a ela endereçada.

De tempos em tempos, o correio entrega no meu antigo endereço uma carta de banco a ela destinada; sempre a oferta sedutora de um produto ou serviço financeiro. A mais recente apresentava um novo cartão de crédito, válido em todos os continentes, ideal para reservar hotéis e passagens aéreas; tudo o que ela hoje mereceria, se sua vida não tivesse sido interrompida. Basta assinar e devolver no envelope já selado, dizia essa última carta.

[...]

O carteiro nunca saberá que a destinatária não existe; que foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar. Assim como o ignoraram antes dele, o separador das cartas e todos do seu entorno. O nome no envelope selado e carimbado, como a atestar autenticidade, será o registro tipográfico não de um lapso ou falha do computador, e sim de mal de Alzheimer nacional. Sim, a permanência do seu nome no rol dos vivos será, paradoxalmente, produto do esquecimento do rol dos mortos. (KUCINSKI, 2016, p.13;15)

É possível atentar, portanto, para o fato de que o entrecruzamento entre ficção e fático aponta para o compromisso que obras como esta estabelecem com uma releitura crítica desse período da nossa história.

As referidas pesquisadoras reconhecem as contribuições da CNV para o rompimento dessa espécie de “contrato de silenciamento” imposto pela Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979). Por outro lado, enxergam como um limite dos trabalhos realizados – e sobretudo da recepção dos seus resultados pelas autoridades públicas – a inexistência de encaminhamentos para que estes pudessem se refletir de modo mais efetivo no contexto educacional e social, ampliando acesso a eles para toda a sociedade brasileira. Para elas,

é nesse contexto, pois, que se justifica a relevância de um trabalho literário que, ao mesmo tempo, cumpre a função até mesmo política de refletir os temas que envolvem a relação entre memória e história na recusa do esquecimento bem como na denúncia dos crimes cuja repetição se mostra um risco para o presente.

Em outros termos, não se fez justiça real para com os torturados, e muito menos para com aqueles cuja voz foi definitivamente emudecida: as *testemunhas* “em grau máximo” desse passado (num entendimento tomado de Primo Levi e Agamben), os silenciados pela destruição física, cujos algozes saíram ilesos. (MACIEL; MACIEL, 2019, p. 05-06).

A partir do pensamento esboçado por Maciel e Maciel (2019), portanto, é possível atentar para uma função certamente já sugerida pelo próprio título da obra, a de livro-testemunho, visto que importa do “relato” o compromisso de testemunhar/narrar algo, supostamente “da forma como teria acontecido”. Entretanto, no exercício desse compromisso, a obra contribui para repensar a relação de oposição entre textos da história e textos da literatura, ligada à concepção positivista da História, ampliando a discussão para além do binarismo utilizado por Philippe Lejeune (2008) entre “pacto referencial” *versus* “pacto ficcional”, quando se voltou a investigar diversos aspectos relacionados à autobiografia. Segundo o professor e ensaísta francês,

em oposição a todas as formas de ficção, a biografia e a autobiografia são textos *referenciais*: exatamente como o discurso científico ou histórico, eles se propõem a fornecer informações a respeito de uma ‘realidade’ externa ao texto e a submeter portanto a uma prova de *verificação*. [...] Todos esses textos referenciais comportam então o que chamarei de *pacto referencial* [...]. (LEJEUNE, 2008, p. 36).

Nesse sentido, por mais que utilize o termo “relato” no título e possa ser lida como testemunha de um momento histórico específico pelo qual passou o País – na perspectiva de dar voz às pessoas desaparecidas, sequestradas, presas, torturadas por agentes de Estado, assim como a seus familiares, os quais o regime alcança com o que Michael (2016, p. 17) denominou de “estratégia de aniquilamento expansivo” para se referir às implicações do desaparecimento forçado – o romance em questão não adota o modelo de narrativa única e totalizante (o que aludiria ao paradigma positivista), visto que o narrador, constituído como heterodiegético na maior parte da narrativa, não apenas se confunde com o irmão da desaparecida, aquele que se apresenta em primeira pessoa em dois capítulos que guardam as características do diário¹¹ (tais como o registro de um fato, as reflexões de quem faz o registro e a data), quanto se ausenta em alguns outros, nos quais sujeitos diversos assumem a narração¹². Com isso, a obra aponta tanto para a perspectiva plural adotada pela nova história no que diz respeito à diversidade de registros a serem considerados pelo historiador como para a ideia segundo a qual um fato se oferece a diferentes olhares e por eles se constrói.

4 K. [...] E O NOVO ROMANCE HISTÓRICO LATINO AMERICANO

K. *Relato de uma busca* (2011) traz como fio principal a conduzir a narrativa o desaparecimento de A. e a conseqüente busca por informações suas empreendida por seu pai K., iniciais que remetem, respectivamente, ao nome da professora de química da USP e

11 São eles: *As cartas à destinatária inexistente*, que abre a obra, e *Post Scriptum*, que a encerra.

12 A título de exemplificação, indicamos os seguintes capítulos: i. *Carta a uma amiga*, composto por carta escrita por A. para uma amiga; ii. *A cadela*, no qual se lê uma espécie de fluxo de consciência de um agente da repressão; iii. *O livro da vida militar*, com reflexões de um general cassado por ser contrário ao regime; iv. *Paixão, compaixão*, monólogo da amante de Fleury diante de uma interlocutora supostamente parente de algum desaparecido.

militante de esquerda Ana Rosa Kucinski Silva, desaparecida em 1974, e ao sobrenome de seu pai Majer Kucinski. Para além dessa relação entre os nomes e a representação das personagens por suas iniciais, a obra traz inúmeras referências extratextuais, dentre as quais destacamos: i. o pronunciamento do Ministro da Justiça, via rádio, com o objetivo de apresentar versão oficial acerca do “paradeiro dos desaparecidos”¹³, ocorrido em 1975 (TELES, 2010); ii. a atuação de Dom Paulo Evaristo Arns no apoio às famílias que buscavam entes desaparecidos (apresentando levantamentos e cobrando posicionamentos do Estado acerca da localização destes)¹⁴; iii. a constituição de processo administrativo que culminou na demissão de Ana Rosa Kucinski Silva da USP, por abandono de suas funções¹⁵. Em paralelo, a obra traz capítulos dedicados a figurar possíveis conversas e reflexões tanto por parte de personagens cujos nomes encontram referentes extratextuais, tais como Golbery, Fleury, a amante deste (Leonora Rodrigues de Oliveira, cujo nome não é expresso no romance), quanto de figuras ficcionais como Jesuína, a terapeuta do INSS, informantes do regime com os quais K. buscou informações (embora sem sucesso), e policiais que o extorquiram sob a alegação de saberem a localização na qual o corpo de sua filha havia sido enterrado. A condição dessa narrativa – que se organiza de modo não linear e apresenta visões diversas sobre a ditadura civil-militar no Brasil – concorre para possibilitar uma releitura crítica desse momento histórico sob perspectivas diferentes daquela eleita para figurar como versão oficial adotada pelo Estado, que consistiu em apresentar militantes de esquerda como terroristas – portanto perigosos opositores da pátria –, ora divulgando versões inverídicas sobre o assassinato de alguns, ora omitindo os corpos de outros. A título de exemplo, dentre as diversas situações em que obra indica variadas estratégias utilizadas num jogo perverso de contraprovas, que concorria não apenas para confundir a opinião pública como para desestimular familiares a buscarem seus entes desaparecidos, selecionamos o trecho abaixo, correspondente ao pronunciamento oficial do ministro da Justiça.

O presidente anunciara que, ao meio-dia em ponto, o ministro da justiça Armandinho Falcão revelaria o paradeiro dos desaparecidos.

[...]

E assim é. Meio-dia começa a transmissão. Nomes são ditos aos poucos em ordem alfabética. Em K. a esperança se esvai. O nome da filha, que por essa ordem deveria estar entre os primeiros, não chega. Outros que acompanham atentos o comunicado são tomados pela perplexidade. Este está foragido, este outro nunca foi preso, este também está foragido. Fulano já foi libertado depois de cumprir pena.

[...]

13 Capítulo intitulado *Nesse dia, a Terra parou*.

14 Sinalizada em alguns capítulos, como, por exemplo, *O matrimônio clandestino e Nesse dia, a Terra parou*.

15 Capítulo intitulado *A reunião da Congregação*.

Em vez de vinte e duas explicações, vinte e sete mentiras. Eis que, ao final, aparece uma referência à filha de K. Dela, diz o comunicado, assim como do marido e dois outros, não há nenhum registro nos órgãos do governo.

Os militares cumpriram a promessa do presidente à luz da doutrina da guerra psicológica adversa. Nessa modalidade de guerra, confundir o inimigo com mentiras é um recurso legítimo; equivalente às cortinas de fumaça da guerra convencional. (KUCINSKI, 2016, p. 63;64)

Desse modo, percebe-se não ser possível, ao pensar sobre a obra em estudo, prescindir da reflexão em torno da relação dialógica que ficção e história aqui estabelecem. A narrativa em questão, portanto, sinaliza seu caráter híbrido, caracterizado pelo compromisso em reler a ditadura civil-militar brasileira através do discurso ficcional, o que permite aproximá-la do que Menton (1993) chamou de “novo romance histórico latino-americano”.

Antes de seguir com essa tentativa de leitura, no entanto, abriremos parênteses para recuperar momentos importantes referentes tanto ao surgimento de estudos sobre o romance histórico quanto a sua produção na literatura brasileira.

Abrir parêntese.

A esse respeito, apesar de fatos e personagens históricos terem encontrado lugar em narrativas ficcionais certamente desde a Antiguidade, é importante salientar que a crítica especializada costuma localizar historicamente o surgimento desse gênero no início do séc. XIX, tendo como ponto de partida as publicações de *Warveley* (1814) e *Ivanhoe* (1819), de Walter Scott. Sobre o estudo das particularidades destas debruçou-se György Lukács (ao conceber, em 1937, a obra intitulada *O romance histórico*), a fim de delinear as características do romance histórico tradicional, iniciando, assim, a produção teórica a respeito desse subgênero (ESTEVEZ, 2010) romanesco. Lukács (2011) preocupou-se em analisar, dentre outras questões (a exemplo das diferenças entre o romance histórico e o drama histórico no que diz respeito à figuração da história), a composição das personagens e sua condição nas narrativas de Scott, da mesma forma que pensou o modo como a historicidade as compõe, no intuito de justificar as razões que o levam a considerar que com Scott se inaugura o romance histórico. Para o filósofo húngaro, “o que falta ao pretense romance histórico anterior ao de Walter Scott é o elemento especificamente histórico: o fato de a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo” (LUKÁCS, 2011, p. 33). Dessa forma, sua análise permite refletir acerca da existência humana como historicamente condicionada; em outras palavras, ele entende que a obra scottiana conduz o leitor a observar o quão o momento histórico é capaz de determinar a existência cotidiana dos sujeitos, entendendo ser este o “elemento especificamente histórico” que constitui o romance histórico como tal. Além disso, quanto à condição das personagens na organização da narrativa, Scott coloca em evidência personagens fictícias, caracterizadas por sujeitos medianos, enquanto situa figuras históricas num plano de fundo, a fim de que, com isso, seja possível aludir a determinado período histórico do qual estas fizeram parte. De acordo com seu pensamento, portanto,

o que importa para o romance histórico é *evidenciar*, por meios *ficcionais*, a existência, o ser-precisamente-assim das circunstâncias e das personagens históricas. O que em Scott se chamou de maneira muito superficial de “verdade da atmosfera” é, na realidade, essa evidência ficcional da realidade histórica. (LUKÁCS, 2011, p. 62).

A fim de sintetizar as considerações elaboradas por Lukács (2011) acerca do romance histórico, para ele delineado conforme o modelo scottiano, Esteves (2008, p. 58) observa que

o esquema básico do romance histórico criado por Scott, que acabou por se impor, obedecia a dois princípios básicos. O primeiro deles é que a ação ocorre num passado anterior ao presente do escritor, tendo como pano de fundo um ambiente histórico rigorosamente reconstruído, onde figuras históricas ajudam a fixar a época. Sobre esse pano de fundo, situa-se uma trama fictícia, com personagens e fatos inventados pelo autor.

Suas primeiras manifestações no Brasil se deram em momento pouco posterior à Proclamação da República, ou seja, durante o Romantismo, e contribuíram para consolidar o conceito de nação, assim como para acentuar características locais, com o objetivo de delinear uma identidade independente da metrópole (ESTEVEES, 2010). De acordo com Esteves (2010), ao passo em que se percebe uma profusão em sua produção, o romance histórico filiado à tradição scottiana vai sofrendo modificações diversas, tais como a reapropriação (por meio de paródia e pastiche, por exemplo) de episódios como o “Descobrimento” e a Independência, realizada pelo Modernismo, com o objetivo de repensar/questionar o tom heroico dessas narrativas, bem como a abertura de espaço para focalizar sujeitos marginalizados/excluídos socialmente, o que foi possível a partir da década de 1950.

Fechar parêntese.

Ao analisar um conjunto de obras da literatura hispano-americana (dentre as quais incluiu romances da literatura brasileira), Seymour Menton (1993), em *La Nueva Novela Histórica de la America Latina 1979-1992*, busca elaborar um panorama acerca da produção desse período, no que diz respeito ao que considerou o novo romance histórico latino-americano, bem como pretende apontar características comuns a estes. Como resultado de sua imersão nessas obras, delineou alguns traços como diferenciadores do novo romance histórico latino-americano em relação ao modelo tradicional scottiano, dentre os quais destacamos: i. subordinação, em diferentes graus, da produção mimética a uma concepção filosófica segundo a qual é impossível captar a realidade ou a verdade histórica (assim como se compreende a história de forma cíclica, abandonando a concepção relacionada à sua linearidade da historiografia tradicional, que informou o romance histórico tradicional); ii. distorção consciente da história mediante omissões, exageros e anacronismos; iii. presença de conceitos baktinianos, tais como o dialógico, o carnavalesco, a paródia e a heteroglossia (multiplicidade de discursos, conforme o crítico literário estadunidense; em outras palavras, polifonia) (MENTON, 1993, p. 42-45).

Por mais que não seja possível localizar o romance de Kucinski no período compreendido pelo recorte estabelecido por Menton para selecionar as obras que compuseram seu estudo, é admissível lançar mão dos traços que este apresenta, como chaves de leitura para interpretar as relações que ficção e história estabelecem em *K. [...]*. Conforme já apontamos, a narrativa – no romance em estudo –, afasta-se do modelo scottiano no que diz respeito à construção do enredo, que não se dá de forma linear, além de apresentar-se contaminado por outras formas narrativas, a exemplo da carta e do diário. A essa característica, agrega-se o fato de que capítulos inteiros são dedicados a apresentar ao leitor visões outras, constituindo – assim – um mosaico acerca do período histórico ali figurado. Ademais, as distorções empreendidas na obra em relação à história se constituem como um movimento para reler criticamente a história oficial, influenciada pela versão oficial apresentada pelo Estado, que empreendeu esforços para sufocar a memória das vítimas, assim como o fez com seus corpos, desaparecidos sem deixar vestígios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o romance de estreia de Bernardo Kucinski, *K. Relato de uma busca*, como se pode perceber ao longo da discussão proposta, não pretende como figurar como tratado de História (conforme a concepção, presente no séc. XIX, de que seria característica desse campo do saber não apenas a neutralidade como um afastamento em relação aos eventos narrados), muito menos objetiva reforçar o imaginário de que a ficção é, por condição inelutável, apartada da realidade. Na verdade, em diálogo com as reflexões que se desenvolveram a partir de meados do séc. XX tanto em torno da História quanto da literatura, a obra possivelmente indica essa espécie de diálogo, de imbricamento, como uma saída para a polarização anteriormente apontada. A obra em questão toma como ponto central a busca de fato empreendida pela família de Ana Rosa Kucinski Silva, que não obteve respostas acerca de seu desaparecimento. A respeito desse vazio, conforme consta no *Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964* (1995, p. 256), “nas pesquisas feitas pelos familiares aos arquivos do antigo DOPS/SP apenas uma ficha foi encontrada onde se lê: ‘presa no dia 22 de abril de 1974 em SP’”. Nenhuma documentação mais específica, ausência de rastros e do corpo.

Percebe-se em *K. [...]* a apropriação estética desse vazio, que representa um trauma simultaneamente individual e coletivo pelo qual diversas famílias foram atravessadas, uma vez que, “de acordo com o livro *Dossiê ditadura*, foram levantados os nomes de 257 mortos e 169 desaparecidos por motivos políticos, vítimas da ditadura instalada em 1964, totalizando 426 pessoas. Na sua maioria, foram mortas sob tortura ou desapareceram em virtude de ações dos órgãos de repressão política.” (TELES, 2010, p. 253). O romance, portanto, empreende uma imprescindível releitura crítica da história oficial, responsável por inocentar culpados; culpabilizar vítimas diretas de torturas, assassinatos e desaparecimentos; assim como por desassistir vítimas por extensão, como os familiares, aqui representados pelo pai devastado pela inexistência de repostas e pelo corpo ausente.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Ars Poetica, 1992.
- BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 20 out. 2020.
- BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 20 out. 2020.
- BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- COSTA LIMA, Luiz. *Mimesis e modernidade: formas das sombras*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- DOLEŽEL, Lubomir. Mimesis y mundos posibles. In: DOMÍNGUEZ, Antonio Garrido (org.). *Teorías de la ficción literaria*. Madrid: Arco/Libros, 1997. p. 69-94.
- DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Comissão responsável Maria do Amparo Almeida Araújo... et al., prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns, apresentação de Miguel Arraes de Alencar. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.
- ESTEVES, Antonio R. Considerações sobre o romance histórico (No Brasil, no limiar do séc. XXI). *Revista Literatura, História e Memória*, Cascavel, vol. 4, n. 4, p. 53-66, 2008.
- ESTEVES, Antonio R. *O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- FIGUEREDO, Thiago da Câmara. Teorias da Ficção: semelhanças e diferenças entre a Teoria do Efeito Estético, de Wolfgang Iser, e a Teoria da *Mimesis*, de Luiz Costa Lima. In: FARIAS, Sônia L. Ramalho de; PEREIRA, Kleyton Ricardo Wanderley [orgs.]. *Mimesis e Ficção*. Recife: Pipa Comunicação, 2013. p. 45-72.
- KUCINSKI, Bernardo. *K. Relato de uma busca*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MACIEL, Marta Maria Aragão; MACIEL, Ana Cristina Aragão. *A memória em resistência: um diálogo*

entre a obra ficcional *K. Relato de uma busca* e a comissão nacional da verdade. In: 30º *Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil*. Recife: Anpuh, 2019. v. 01. p. 01-13.

MENDIETA, Alexander Betancourt. La nacionalización del pasado. Los orígenes de las “historias patrias” em América Latina. In: SCHMIDT-WELLE, Friedhelm (ed.). *Ficciones y silencios fundacionales: literaturas y culturas poscoloniales en América Latina (siglo XIX)*. Madrid: Iberoamericana, 2003. p. 81-100.

MENTON, Seymour. *La nueva novela histórica de la América Latina, 1979-1992*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1993.

MICHAEL, Joachim. Memória do desaparecimento: a ditadura no romance *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. *Teresa revista de Literatura Brasileira* [17]; São Paulo, p. 15-30, 2016.

MOURA, Aline de Almeida. *A arte de escrever histórias: experimentos contemporâneos de historiografia literária*. Dissertação (Mestrado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 163, 2013.

SILVA, Frederico José Machado da. Sobre o mundo da ficção: fronteiras, definições e inconsistências. In: FARIAS, Sônia L. Ramalho de; PEREIRA, Kleyton Ricardo Wanderley [orgs.]. *Mímesis e Ficção*. Recife: Pipa Comunicação, 2013. p. 15-44.

TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 253-298.

A LÍRICA ENCARCERADA – A POESIA TESTEMUNHAL DE ALEX POLARI

THE INCARCERATED LYRIC – ALEX POLARI’S TESTIMONY POETRY

Luan Piauhy¹
Cristiano Augusto da Silva²

RESUMO: O presente artigo apresenta e discute criticamente aspectos dos escritos e poemas nas obras *Inventário de cicatrizes* (1978) e *Camarim de prisioneiro* (1980), de Alex Polari de Alverga, pela perspectiva da literatura de testemunho. Para tanto, selecionamos um corpus de poemas que representam, na temática e na forma, tensões sociais e históricas a partir da experiência traumática de um sobrevivente da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Como diz o próprio autor em carta sua poesia é um “vômito” de quem sobreviveu a um contexto repressivo, o qual lhe exigiu novos meios configurativos diante dos impactos da tortura. Trata-se, nesse sentido, de uma produção que busca a aproximação com a sociedade de modo a lutar contra o apagamento da violência imposta pelo regime ditatorial em questão. Para tanto, utilizaremos como apoio teórico, principalmente, Benjamin e Frantz Fanon para o debate relativo à violência e Ginzburg, Salgueiro e Seligmann para a compreensão da representação e literatura de testemunho.

Palavras-chave: Alex Polari; ditadura civil-militar; literatura de testemunho; poesia.

ABSTRACT: This article presents and discuss critically some aspects of the writings and poems in the works *Inventário de cicatrizes* (1978) and *Camarim de prisioneiro* (1980), by Alex Polari de Alverga, from the perspective of testimony literature. To this end, we will discuss a corpus of poems that represent, in theme and form, social and historical tensions based on the traumatic experience of a survivor of the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985). As the author himself says in a letter, his poetry is a “vomit” of those who survived a repressive context, which required new configurative means in the face of the impacts of torture. In this sense, it is a production that seeks to get closer to society in order to fight against the erasure of the violence imposed by the dictatorial regime in question. For this purpose, we will use mainly Benjamin and Frantz Fanon as a theoretical support for the debate regarding violence and Ginzburg, Salgueiro and Seligmann to understand the representation and testimony literature.

Keywords: Alex Polari; military business dictatorship; poetry; testimony literature.

1 Graduado em Letras com habilitação em línguas portuguesa e inglesa e suas respectivas literaturas; Mestrando em Letras pela Universidade Estadual de Santa Cruz. E-mail: lpmoura@uesc.br

2 Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: casilva@uesc.br

INTRODUÇÃO

A linguagem é a consciência prática. (Karl Marx)

A ascensão da noção de testemunho se deu no contexto de massacres e barbáries que assolaram o mundo a partir do século XX; deparamo-nos nesse período com diversas formas de relações sociais violentas desta época e a necessidade da escrita e escuta dos vencidos sobreviventes. Esses sobreviventes carregam consigo experiências, traumas e cicatrizes que ultrapassam a sensibilidade física. Primo Levi, por exemplo, quando escreve sobre seus traumas em *É isto um homem?* (2013), não só torna pública parte de suas memórias, mas também compartilha conosco seus traumas.

O testemunho, portanto, se constrói como possibilidade de dizer no presente àqueles que não foram permitidos falar no passado, como afirma Ginzburg (2011, p. 28): “Estudar o testemunho significa assumir que aos excluídos cabe falar, e, além disso, definir seus próprios modos de fazê-lo”.

Porém, antes de partirmos para análise dos poemas, é preciso entender que a literatura de testemunho se constitui, portanto, em uma produção escrita entre a tênue linha de discussão da ficção e do real, do factual e da invenção, da importância ética e/ou da hegemonia estética. Segundo Salgueiro:

As considerações acerca da “literatura de testemunho” envolvem questões de gênero, de valor, de saberes, que, mais uma vez, tensionam os limites entre estética e ética, entre verdade e ficção, entre realidade e representação. O debate em torno do testemunho na literatura requer acercar-se não só de estudos literários (Seligmann-Silva, 2005; Ginzburg, 2011), mas de boas doses de Filosofia (Gagnebin, 2006), Psicanálise (Caruth, 2000), Direito (Agamben, 2008), Sociologia (Bauman, 1998), História (Ricoeur, 2007) etc (2012, p. 291).

É necessário ainda, nessa produção, não só testemunhar o acontecido – e aqui levamos em considerações as diversas formas de testemunho, seja vivenciado, visto ou ouvido – mas também enfrentar os fatos, os traumas, o “real”, como bem aponta Seligmann-Silva:

Se compreendermos o “real” como trauma – como uma “perfuração” na nossa mente e como uma ferida que não se fecha – então fica mais fácil de compreender o porquê do redimensionamento da literatura diante do evento da literatura de testemunho. Não se trata apenas de “psicanalisar” a literatura, pois o testemunho, como vimos, é não apenas *superstes*, ou seja, a voz de um sobrevivente, mas também *testis*, enfrentamento (2003, p. 383).

É, portanto, a literatura de testemunho uma produção discursiva bastante densa e complexa, pois envolve em sua construção literária questões éticas, políticas, jurídicas, estéticas, sociológicas, históricas etc. Nos ateremos ainda, neste trabalho, ao campo literário e, obviamente, histórico – pois estamos convencidos que não existe um sem o outro – para

compreendermos os escritos de Alex Polari, enquanto testemunho de um período violento do nosso país, como foi a ditadura de 1964 a 1985. É destas noções de testemunho que partimos aqui em nosso trabalho.

No Brasil, tivemos ao longo do século XX obras de testemunho produzidas antes do Golpe de 1964 como *Memórias do cárcere* (1953), de Graciliano Ramos, porém é a partir da implantação do regime autoritário civil-militar, mais precisamente, a partir da segunda metade da década de setenta, que a presença da literatura de testemunho ganha força, como por exemplo, *O que é isso companheiro?* (1979), de Fernando Gabeira; *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós (1977); *Você vai voltar pra mim e outros ontos* (2014), de Bernardo Kucinski; *Inventário de cicatrizes* (1978) e *Camarim de prisioneiro* (1980), de Alex Polari. Iremos, pois, nos ater a estas duas obras.

Alex Polari de Alverga nasceu em João Pessoa e fez parte, durante a ditadura, da organização clandestina de esquerda VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), tendo sido um dos responsáveis pelo sequestro do embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben, no Rio de Janeiro. Sobre isso, em depoimento para a Comissão de Verdade e Justiça, no dia 12 de setembro de 2014, o ex- militante diz:

Eu era do grupo armado e tinha uma especialidade em veículos. Era um bom abalroador de veículos, tanto que foi a minha função nos dois sequestros, estava ligado com motorista. Participava do grupo de ação de frente (BRASIL, 2014, p. 134).

Polari, portanto, foi não só vítima e resistente às violências mais agudas de um período ditatorial, que tinha como prática comum a tortura e a execução, mas ainda fora a própria violência como ato de tentativa de libertação, de explosão da ditadura decidindo ser a história em atos. Sobre o período em que passou na cadeia e os momentos de tortura, ele revela:

É difícil descrever o terror, o sofrimento e as humilhações que me foram infligidas durante 54 dias ininterruptos. As formas mais usuais de tortura foram os choques elétricos em diversas partes do corpo (incluindo a língua e os órgãos genitais), espancamento, afogamentos, simulação de fuzilamento, privação de alimento, de água e de sono. Além disso, fui submetido a injeções de pentotal sódico (soro de verdade), interrogatório durante as madrugadas, passeios de carros encapuzados, ameaças de retaliação a familiares e todos os tipos de pressão e tortura psicológica (BRASIL, 2014, p. 134).

Os traumas relatados à Comissão da Verdade em 2014 já estavam tematizados e representados, no campo da poesia de testemunho, nas duas obras, *Inventário de cicatrizes* (1978) e *Camarim de prisioneiro* (1980).

Ambos os títulos se caracterizam por explícitas contradições, pois, no caso de seu primeiro livro, um inventário é algo colecionável, uma lista de bens pessoais, no entanto, um

inventário de cicatrizes, de traumas, não é algo que faz sentido em manter vivo na memória, muito menos em organizar de modo sistemático.

No caso do segundo livro, o efeito de estranhamento advém do fato de que, quando pensamos em um camarim, logo nos remetemos a um espaço reservado, tranquilo, organizado para que o artista se prepare para sua apresentação, porém, o adjunto adnominal (*de prisioneiro*) nos remete à condição terrível deste “artista”. Seu camarim, portanto, é seu cativeiro.

Voltando a *Camarim de prisioneiro*, Polari apresenta, no prefácio, elementos muito importantes para pensarmos a literatura e a poesia de testemunho:

Esse era o livro que ia fechar o ciclo de minha prisão [...] Daí veio a idéia do título e da divisão em “atos” [...] Dividi os textos em cinco atos, que vão desde lembranças esparsas (Construção do Personagem), passa pelo aprendizado e reflexão sobre a prisão (Laboratório, Ensaio Geral) e termina nas projeções e fantasias da saída (Próxima Estréia e Entrada em Cena) (POLARI, 1980, p. 11).

Sabendo disso, partiremos para algumas considerações iniciais sobre o testemunho, as suas produções acerca dos escritos poéticos no Brasil e conseqüentemente os escritos polarianos, suas memórias, seus aprendizados e reflexões em cárcere e as projeções, fantasias, mas principalmente as violências de uma vida que versou entre a resistência e a existência em um período nefasto da história do Brasil.

1. CAMARIM DE PRISIONEIRO (1980)

A literatura de testemunho tem ganhado cada vez mais campo de pesquisa no Brasil, porém é perceptível que as pesquisas se voltam muito mais ao campo narrativo que ao poético. Em um dos livros brasileiros mais importantes sobre o testemunho (*História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*), não há nenhum trabalho acerca poesia testemunhal. Para Salgueiro tal situação se deve por alguns motivos:

A força narrativa brasileira (autobiográfica ou não) de testemunho, que sobretudo via alegoria, perscrutou as entranhas das máquinas de poder e extermínio de nosso governo ditatorial; a peculiaridade do discurso lírico, que, altamente subjetivo, iria de encontro ao pressuposto básico do testemunho, ou seja, a estreita cumplicidade entre (a) aquele que fala – a testemunha e/ou sobrevivente; (b) aquilo de que se fala – a violência, a catástrofe, o evento-limite; e (c) a coletividade representada – vítimas e oprimidos (2011, p. 11).

A discussão do testemunho no campo da poesia ainda é incipiente no Brasil, e necessita de uma longa trilha de pesquisa e produção científica. Logo em suas primeiras páginas, *Camarim de prisioneiro* apresenta uma imagem do que seria uma claquete de cinema; amarrado a esta, uma rosa. Ao observar essa claquete de forma mais atenciosa percebemos que,

na verdade, trata-se de uma navalha que dá forma a essa claquete. O “luz, câmera e ação” do livro é feito a partir desta navalha:

Clakete
(A campainha anunciou próxima entrada em cena.)

Tirei a maquilagem
Os sapatos gigantescos
o carmim das faces.

Fiquei nu
sem disfarces
frente ao espelho
cheio de luzes.

Aí esqueci o que tinha vindo fazer nesse livro
tarde demais
todos descobriram quem eu era (POLARI, 1980, p. 14).

Portanto, com o uso fundamental imagético do claquete/navalha na abertura do livro, o poeta antes de tudo se despe, tira a máscara do rosto, suas roupas, “sem disfarces”, pois, a partir de agora, o público irá conhecê-lo em seus traumas, em sua dor. É um mecanismo também de busca por empatia do leitor. Não há desaviso aqui, do título ao ponto final, tudo em *Camarim de prisioneiro* parece minuciosamente construído para superação da apreensão da realidade imediata, ou seja, sem mediações, de um período nefasto através da escrita do poeta.

Há algo interessante também no segundo verso do primeiro parágrafo quando se diz que tirou “Os sapatos gigantescos”. Se buscarmos a referência de quem utiliza sapatos grandes e maquiagem lembraremos de cara da figura do palhaço. Uma possível leitura é que Alex Polari sente a necessidade de aposentar, logo nas primeiras páginas do livro, a figura do palhaço de si, aqui no sentido figurativo do termo. É o ato de falar que o faz deixar de ser esse personagem circense tradicional.

O livro vai, então, sendo construindo num modo multifacetado por meio de uma pluralidade de gêneros, cuja base são sempre suas poesias. Por exemplo, Polari apresenta *fotografias* de sua infância, da prisão, de si próprio, de amigos desaparecidos, como Stuart Angel; junto ao material visual, há *cartas pessoais*, *cartas públicas* a jornais, *anotações*, *desenhos*. Este conjunto tão variado de gêneros, por assim dizer, destoa da literatura de testemunho de seus pares de resistência à ditadura.

Toda essa pluralidade não desempenha na obra uma função ilustrativa, exemplar, argumentativa em termos racionais. Quanto mais o livro é lido e as memórias vão se aprofundando no fosso dos traumas, mais as imagens vão criando sentidos em torno e a partir dos traumas da prisão. Trata-se de textos, no sentido amplo, que lembram o leitor de que não se está diante de ficção com vistas ao deleite.

Percebemos na obra, portanto, um cuidado em criar uma linguagem estética fora dos referenciais estabelecidos no campo da arte tradicional ou moderna; além disso, e também por isso, vemos uma atitude ética do autor para com suas experiências traumáticas e outras vítimas da ditadura.

Em *Camarim de prisioneiro* (1980), há um texto intitulado “Lançamento do Inventário de cicatrizes” que trata de seu primeiro livro de poesia, lançado dois anos antes, portanto, em 1978:

Quanto a técnicas, estilos etc., isso permanece para mim como algo secundário, sem qualquer importância (...). Esses poemas são, em certa medida, vômitos. Evocam clandestinidade, a tortura, a morte e a prisão. Tudo, absolutamente tudo neles, é vivência real, daí serem diretos e descritivos. Servem também para reter uma memória essencial, de outra maneira fadada a se diluir. Por via das dúvidas fica registrado na forma de poema (POLARI, 1980, p. 48, grifos nossos).

A citação, embora breve, oferece um pouco das diversas e agudas reflexões de Polari sobre sua produção, o contexto, sua situação em relação ao que chamamos de literatura e seus valores, em suma, trata-se de questões muito importantes para a discussão acerca da poesia e da literatura de testemunho.

A primeira imagem que salta é considera seus poemas muito mais como vômitos do que textos, pois foram escritos a partir de uma reação do corpo a ações violentas do Estado Brasileiro que lhe causaram mal psicológica e fisicamente. Há, logo de início, um corte, uma delimitação clara entre motivações literárias (assentadas dentro da literatura moderna desde o século XIX (as experiências do sujeito, a singularidade dos sentimentos, o olhar reflexivo sobre o mundo, a solidão na multidão, a sensação de deslocamento) e as motivações advindas da destruição do corpo e do aparelho psíquico causadas pela tortura.

Nesse sentido, a metáfora do vômito se conecta em *Inventário de cicatrizes*, carregado de valores éticos ante questionamentos sobre a hegemonia de uma ideologia literária estetiizante como, por exemplo, a analogia ao ato de regurgitar, símbolo da necessidade de colocar para fora a dor, as memórias e o sofrimento (SALGUEIRO, 2012, p. 296). O militante, que se torna poeta, evidencia a necessidade de testemunhar, manter as memórias que não poderão em nenhuma hipótese ser apagadas de sua consciência, inconsciência e de seu corpo.

Esse senso ético em tensão com o estético é um valor não universal, pois as experiências traumáticas coletivas (ditaduras, genocídios, guerras, perseguições políticas etc) são singulares, cada indivíduo “lida” de um modo com seus impactos terríveis. Tal individualidade é marca fundamental da literatura de testemunho como bem podemos observar no poema “Tarefas Poéticas” (1980), breve composição que lembra um epigrama³:

3 Fôrma literária antiga que sofreu ressignificações durante a história. Na antiga Grécia era utilizada como inscrição em túmulos, estátuas etc. Essas inscrições poderiam ser em prosa ou verso com lembranças e memórias de grandes feitos, vitórias. Mais tarde se tornou mais curto e conciso e ressignificado com uma abrangência nos temas abordados, como o culto à liberdade, o ódio aos tiranos etc. Para os latinos o epigrama fora ressignificado de forma ainda mais sátira. Ao longo dos anos a estrutura que mais se repete para o epigrama é, no geral, dividido em duas seções, o nó que visa incitar a curiosidade e o deslance que a satisfaz (MOISÉS, 1974, p. 190-1).

Tarefas Poéticas

Não se trata de embelezar a vida

trata-se de aprofundar o fosso (POLARI, 1980, p. 41).

O caráter sintético do dístico pode ser entendido aqui não como falta, mas como alta concentração reflexiva, dado seu nó no primeiro verso, iniciado com uma negação e que se conclui com uma proposta afirmativa, há dois lados do movimento dialético, portanto, a tese e a antítese. A síntese fica em aberto para o público.

Importante destacar que o verbo tratar, repetido nos dois versos, é o cerne de todo o poema. Seu caráter rápido, cortante, seco, nitidamente remete à poesia oswaldiana dos poemas-minuto, dos poemas-piada, bem como à poesia marginal de Leminski, Leila Mícolis, Cacaso, Chacal, Ana Cristina César, no entanto, o foco do poeta é uma atitude política de cada sujeito: não apagar, pela alienação de uma suposta beleza, as contradições da vida, mas, sim, aprofundar o fosso, metáfora que, semelhante ao vômito, também causa impacto pelo sinal de mal estar.

Ou seja, para Polari, a função da poesia é muito mais um fator de resistência, uma arma de luta, ou ainda de denúncia contra as injustiças e mazelas de uma sociedade fundada na exploração do homem pelo homem, portanto, muito mais para se “aprofundar o fosso”, do que necessariamente emoldurar somente na banalidade de um senso estético entre o belo e o sublime.

A poesia, segundo a visão de Polari, não guarda relação com três linhas de força bem definidas na literatura ocidental, pois foge da concepção horaciana⁴, clássica de poesia, foge também de uma voz central que “exprime um estado de alma e o traduz por meio de orações” (ROSENFELD, 1994 p.22), ideia tão cara à poesia romântica, bem como à negatividade, à fragmentação e obscuridade da linguagem da produção poética da primeira metade do século XX (FRIEDRICH, 1978, p. 15-16).

A força motriz de “Tarefas poéticas” não é mais a subjetividade do indivíduo ou a beleza da natureza nem, muito menos, sua forma polida, ou, ainda, o bom senso, pelo contrário, ele se constitui pelas contradições do mundo real, a dor, o fosso, o ético. De tal forma, o testemunho polariano também não se encaixa na concepção romântica do séc. XIX, que, segundo Rosenfeld é concebida como:

Idealmente pura, não há a oposição sujeito-objeto. O sujeito como que abarca o mundo, a alma cantante ocupa, por assim dizer, todo o campo. O mundo, surgindo como conteúdo desta consciência lírica, é completamente subjetivado (1994, p.27).

4 De acordo com Horácio, em *A arte poética*, a escrita da poesia ideal perpassa pelo bom senso. O autor diz: “Quem aprendeu os seus deveres para com a pátria e para com os amigos, com que amor devemos amar o pai, o irmão, o hóspede, qual a obrigação dum senador, qual a dum juiz, qual o papel do general mandado à guerra, esse sabe com segurança dar a cada personagem a conveniente caracterização (1997, p. 64).”

A lírica polariana é o vômito, avesso da pureza de que trata Rosenfeld, pois o mundo não é subjetivado, pelo contrário, a objetividade dos traumas e desse fosso é colocado em evidência em cada verso de seus poemas. A inspiração poética aqui não é a ordem social, mas a desordem que fomenta cada experiência do seu objeto ético.

Polari produz uma diversidade de poemas que causam choque no leitor, pois não há tempo para delongas num momento de clandestinidade. Assim como as ações políticas de resistência, os poemas têm de ser diretos e impactantes, com um possível alongamento em versos de maior tensionamento.

A simetria de sílabas nos dois versos também chama atenção e nos reloca a discussão acerca da revisão da noção de estético diante do engajamento ético da voz lírica. As duas estrofes, compostas por decassílabos criam um efeito de organização, de reflexão serena, com o intuito de se pensar estratégias de ação contra o autoritarismo: “Não- se- tra- ta- de **em- be- le- zar- a- vi-da**//tra- ta-**se- de- a- pro- fun- dar- o- fo- sso**”.

A organização rítmica dos decassílabos, com acentos na terceira, sexta e nona sílaba, evidencia-se no próprio contraste histórico. Ou seja, há uma tensa relação dialética entre o cuidado com a linguagem e o tema e contexto do poema, no caso, “o fosso” político em que o país se encontrava. Há ainda, no poema supracitado, um outro par contraditório interessante entre os dois versos, visto que o primeiro é uma negação da função da poesia (“não se trata de embelezar a vida”), o que cria uma tensão, pois há uma afirmação que vai contra noções edulcorantes da poesia.

Tanto assim que o segundo verso apresenta o desenlace para esta tensão. Ficamos sabendo qual é, pois, a real tarefa da poesia: “trata-se de aprofundar o fosso”. Sem conectivos, um verso se contrapõe ao outro sem uso de adversativa para tal, fazendo com que não se perca o ritmo sintético, porém significativo do poema.

Se pensarmos que nos anos de chumbo a censura e a perseguição a artistas e intelectuais eram comuns, os quais eram considerados “subversivos da ordem” ou “terroristas”, os poemas curtos de Polari se relacionam com essa ligeireza necessária, sem perder a profundidade crítica, ácida e lírica da poesia, e muitas vezes a ironia, tal qual os haicais de Paulo Leminski (2013, p. 105), como por exemplo, “Ameixas/ ame-as/ ou deixe-as”, que dialoga criticamente com o lema do governo Médici “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

A presença da ironia não é algo comum quando se trata da literatura de testemunho, por motivos óbvios. A expressão de um trauma, de uma tragédia – aqui no sentido mais histórico e social da palavra – não se harmoniza com humor, seja ele irônico ou não, tanto em uma literatura narrada, quanto num testemunho lírico, como é o caso aqui:

Quando se estuda o testemunho na literatura, ocorre um certo sequestro da lírica, mas ainda mais o sequestro absoluto do humor. As razões são evidentes: dor e humor só rimam na linguagem, não na vida real, histórica, concreta, cotidiana (SALGUEIRO, 2017, p. 117).

Polari, portanto, não só vai na contramão desse sequestro lírico comum à literatura de testemunho, visto que seus livros, como já ressaltamos, apresentam uma diversidade de

gêneros, formas e temas, mas também apresenta doses de humor e ironia em seus testemunhos frequentemente, algo que também não é habitual no testemunho.

2. INVENTÁRIO DE CICATRIZES (1978)

O humor mencionado na parte anterior se manifesta como forma de resistência, de não rendição por completo ao trauma também em *Inventário de cicatrizes*. Ao descrever uma situação tensa como a resistência à ditadura militar, Polari a faz em tom debochado:

Dia da Partida

Aí eu virei para mamãe
naquele fatídico outubro de 1969
e com dezenove anos na cara
uma mala e um 38 no sovaco,
disse: Velha,
a barra pesou, saiba que te gosto
mas que estás por fora
da situação. Não estou mais nessa
de passeata, grupo de estudo e panfletinho
tou assaltando banco, sacumé?
Esses trecos da pesada
que sai nos jornais todos os dias.
Caiu um cara e a polícia pode bater aí
qualquer hora, até qualquer dia,
dê um beijo no velho
diz pra ele que pode ficar tranquilo
eu me cuido
e cuide bem da Rosa.

Depois houve os desmaios
as lamentações de praxe
a fiz cheirar amoníaco
com o olho grudado no relógio
dei a última mijada
e saí pelo calçadão do Leme afora
com uma zoeira desgraçada na cabeça
e a alma cheia de predisposições heroicas.

Tava entardecendo (1979, p. 16).

Este “fatídico outubro de 1969” a que se refere Polari diz respeito ao período de maior repressão contra a sociedade civil nos anos da ditadura. No dia 25 daquele mês, Emilio Garrastazu Médici fora eleito presidente do Brasil por uma junta militar provisória que governava o país desde o afastamento do então ex-presidente Costa e Silva, devido a um derrame ocorrido dois meses antes.

Se pensarmos que esse deboche e humor são apresentados em chave escatológica (o vômito) por uma testemunha dos anos de chumbo, o poema fica ainda mais carregado de sentidos. Como visto na definição de Seligmann-Silva, o testemunho polariano é *superstes*, ele sofreu a violência e a expressa no mesmo tempo histórico em que a vive.

Em carta publicada no *Jornal do Brasil*, Polari rebate um artigo publicado dias antes naquele periódico. Assinado por um tal Sr. Heribaldo, o texto traz enfática defesa do regime militar. A clareza e a objetividade do ex-militante não deixam dúvidas de sua consciência sobre as barbaridades dos governos autoritários bem como da capacidade de trânsito de Polari entre gêneros discursivos diversos:

Caro senhor, eu sou uma dessas pessoas que num determinado momento participou de uma oposição armada contra uma ditadura que explorava, degradava e oprimia o povo, torturava e matava seus opositores presos. Na época, o caminho que escolhi foi esse e não está aqui em discussão se ele era certo ou errado. Para isso, militei na clandestinidade, fui preso, torturado, condenado a mais de 70 anos de prisão e vi alguns dos meus companheiros e amigos serem assassinados na tortura (POLARI, 1980, p. 55).

A utilização de uma linguagem direta é indício da possibilidade real da luta armada, a qual é explanada ao outro de forma direta. A revelação de assalto a bancos – uma das táticas da resistência à ditadura militar – é uma arma de ressignificação de todo trauma vivenciado por Polari no poema “Dia da Partida” como podemos observar no trecho: “[...] não estou mais nessa/ de passeata, grupo de estudo e panfletinho/ tou assaltando banco, sacumé?”. Sobre isso, é necessário ainda ter consciência que:

Se no poema o militante tem 19 anos, na lembrança livresca (em 1978) o poeta já possui quase 30. A linguagem coloquial, oralizante, bem ao espírito dos poetas marginais desbundados, e livres, comparece em peso: “al”, “barra”, “tou”, “sacumé”, “trecos”, “mijada”, “zoeira”, “tava”. A “alma cheia de predisposições heroicas” lembra o Galileu de Brecht, quando o protagonista diz: “Triste a terra que precisa de heróis” (SALGUEIRO, 2017, p. 119).

O poema data de um período em que o autor se encontrava encarcerado, essa ressignificação se torna ainda mais latente. A testemunha, a lírica e a história se entrelaçam para dar corpo à narrativa de Alex Polari em seus livros, essa pororoca de riquezas entre o real e o ficcional arrastam qualquer dúvida sobre a testemunha do autor e a substitui por um desejo utópico de mudança e carrega “a alma [também do leitor] cheia de predisposições heroicas.”

Essa “predisposição heroica” é evidenciada a partir do momento que o teor testemunhal – seja na lírica ou na prosa – nos obriga a enfrentar o trauma vivenciado por quem o diz. O testemunho portanto:

Exige uma concepção da linguagem como campo associado ao trauma. A escrita não é aqui lugar dedicado ao ócio ou ao comportamento lúdico, mas ao contato com o sofrimento e seus fundamentos, por mais que sejam, muitas vezes obscuros e repugnantes (GINZBURG, 2011, p. 23).

O enfrentamento dos traumas faz presente nos poemas “Tarefas poéticas” e “Dia da partida”. Ora o autor se manifesta, às vezes, de forma menos enérgica, ora, a dor e a violência sofridas aparecem de forma mais incisiva. Vejamos “Colônia Penal Braziliensis”:

Colônia Penal Braziliensis

Desligaram as máquinas
o que restou, jogaram no fôssco
dos ossos fizeram pentes
dos corpos piruetas
dos cabelos perucas
dos pentelhos palitos
da pele roupas
e da voz agoniada e rouca
eles foram costurando cada grito e cada boca
um por um deles foram juntando
eco por eco de desespero
caco por caco de amargura
e assim eles inventaram esse silêncio (POLARI, 1980, p. 92).

O eu lírico enfrenta seus traumas e os escancara ao público para que este, talvez, também enfrente ou ao menos saiba da tortura como método prático para destruição dos que resistem: “foram costurando cada grito e cada boca/ um por um deles foram juntando/ eco por eco de desespero”. Cada verso do poema é construído em torno de imagens de aniquilamento do outro, há uma exposição contínua, ritmada de atos violentos até chegarmos ao silêncio final, a morte: “[...] e assim eles inventaram esse silêncio. / [...]”

Em “Colônia Penal Braziliensis”, Polari retoma a imagem do fosso, presente em “Tarefas poéticas” com um sentido literal, pois este é o local onde são despejados os restos mortais dos torturados após uma série de ações de tortura, as quais aparecem em verbos na terceira pessoa do pretérito perfeito, sem referência anterior explícita a quem realizou tais atos. Assim, a função de sujeito se configura como oculta em termos gramaticais, não sabemos explicita, textualmente quem os realizou. No entanto, sabemos a total responsabilidade por parte do Estado Brasileiro.

O título faz clara referência ao livro *Na colônia penal*, de Kafka, publicado pela primeira vez em 1919, que narra sobre uma máquina de tortura criada numa colônia francesa. Um explorador estrangeiro viaja até o local para conhecer o equipamento. O diálogo intertextual aponta para a presença da violência como elemento constituinte da literatura no século XX. No primeiro caso, trata-se de uma obra ficcional, em que pese nitidamente a presença de elementos históricos, como o imperialismo francês sobre outros povos (na Polinésia, por exemplo); na segunda obra, a violência é representada a partir da experiência concreta de seu autor, na verdade, a testemunha.

O poema “Colônia Penal Braziliensis” apresenta 3 grupos de paralelismos semânticos-sintáticos como núcleo de seu andamento. O primeiro vai do verso 3 ao 7: “dos ossos fizeram pentes/dos corpos piruetas/dos cabelos perucas/dos pentelhos palitos/da pele roupas”; o segundo paralelismo é composto pelos versos 8 e 13: “eles foram costurando cada grito e cada boca/[...] e assim eles inventaram esse silêncio”. Entre esses dois versos há um terceiro paralelismo, nos versos 11 e 12, que aprofunda ainda mais as ações de destruição por parte dos torturadores: eco “por eco de desespero/caco por caco de amargura”.

Por todo o poema, desenrolam-se ações capitaneadas pelo pronome “eles”: “desligaram”, “fizeram” as quais compõem um quadro de destruição (organizada, sistemática, pensada e funcional) dos presos políticos de modo que estes sejam apagados de modo a não deixarem rastros. Interessante notar que não se sabe quem é o responsável por tais ações em termos nominais. Semelhante obscuridade também ocorre na novela de Kafka.

A sistemática de destruição guarda relação com o irônico termo “braziliensis” extraído da linguagem científica, mais especificamente, da taxonomia, ao mesmo tempo em que confirma essa característica de apagamento da ditadura e da própria história brasileira de maneira pensada, criteriosa.

Se adentrarmos os elementos lexicais e fônicos do poema, veremos que as ações de violência se concretizam através de um ritmo de agonia dos corpos. Do terceiro verso até o nono, a recorrência de preposições e palavras ritmadas, com aliterações entre palavras bilabiais, cadenciam praticamente uma marcha militar em que, ao final, costura-se o silêncio à força: “dos ossos fizeram pentes/ dos corpos piruetas/ dos cabelos perucas/ dos pentelhos palitos/ da pele roupas.” Essa aliteração se desafina ao materializar-se no conteúdo do poema, pois se trata somente do “que restou” para assim “inventarem” o silêncio, o emudecimento desritmado.

Nos poemas de Polari, não é a relação do “Eu” com o mundo que está em vigência, é, pois, o inverso disso, a destruição do “Eu” pelo mundo. O corpo e suas dores são a concretude da destruição, dos versos e de seus traumas, o âmago da poesia polariana são, assim como o papel e a caneta, a carne e as dores. Por isso tratamos aqui de literatura de testemunho e não de uma ficção ou um romance tal qual no sentido tradicional ou moderno do termo. É – mais uma vez – a urgência ética em falar pelas vítimas (sobreviventes, mortas e ou desaparecidas) por meio de uma representação estranha ao campo literário estabelecido.

3. CONCLUSÃO

Os poemas “Dia da Partida”, de *Inventário de cicatrizes*, “Clakete”, “Tarefas Poéticas”, “Colônia Penal Braziliensis”, de *Camarim de prisioneiro*, se configuram como poemas de testemunho, posto que são escritos devido a experiências traumáticas da ditadura brasileira, marcadas pelo iminente receio da morte.

Portanto, a poesia polariana é carregada desses traumas. Com o objetivo sempre de aprofundar as contradições e cisões desse período, a poesia aqui tem um caráter muito mais ético que a casualidade estética da arte pela arte. A poesia testemunhal nos desloca para uma nova concepção lírica, muito mais objetiva que subjetiva, mais coletiva que individual, mais violenta que pacífica. Essa lírica engajada fora da ordem burguesa é o traço forte da construção estética polariana, pois é também traço forte da realidade objetiva do seu tempo histórico.

O período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) foi mais um dos vários momentos de nossa história nos quais a violência, já presente em nossa formação social, é institucionalizada, de tal forma que já não se consegue mais exercer de forma natural a violência normalizada da sociedade dos contratos, do direito e do Capital, a qual Benjamin, em sua “Crítica à Violência”, chama de violência mítica em contraponto a violência divina:

Assim como em todos os domínios Deus se opõe ao mito, a violência divina se opõe à violência mítica. E, de fato, estas são contrárias em todos os aspectos. Se a violência mítica é instauradora do direito, a violência divina é aniquiladora do direito; se a primeira estabelece, fronteiras, a segunda aniquila sem limites; se a violência mítica traz, simultaneamente, culpa e expiação, a violência divina expia a culpa; se a primeira é ameaçadora, a segunda golpeia; se a primeira é sangrenta, a divina é letal de maneira não sangrenta [...] Pois o sangue é o símbolo da mera vida. (BENJAMIN, 1986, p. 173)

Concordando com Frantz Fanon em sua obra *Os condenados da terra* (1968), compreendemos então que a formação social dos países colonizados, ou se preferirmos, de capital periférico, como o Brasil, se constitui fundamentalmente da superexploração e do que o martinicano chamou de violência atmosférica – a atmosfera não casual. Somos seres cindidos, objetivamente em nosso cotidiano, pela violência:

O mundo colonizado é um mundo cindido em dois. [...] Nas regiões coloniais, o gendarme e o soldado, por sua presença imediata, por suas intervenções diretas e frequentes, mantêm contato com o colonizado e o aconselham, a coronhadas ou com explosões de napalm, a não se mexer. Vê-se que o intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência. O intermediário não torna mais leve a opressão, não dissimula a dominação. Exibe-as, manifesta-as com a boa consciência das forças da ordem. O intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado. (FANON, 1968, p. 28);

É essa violência constitutiva de toda obra de Alex Polari. Seja da violência mítica de forma mais explícita, com o enfrentamento as torturas e os silêncios da ditadura, seja da leveza e ironia da violência divina, atmosférica, que resiste em seus poemas analisados aqui.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. *Documentos de cultura, documentos de barbárie*: escritos escolhidos; seleção e apresentação Willi Bolle; tradução Celeste H.M. Ribeiro de Sousa. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*; tradução José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- FRIEDRICH, Hugo. *Estrutura da lírica moderna (da metade do século XIX a meados do século XX)*. Tradução de Marise M. Corioni. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- GINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. In: SALGUEIRO, Wilberth (Org.). *O testemunho na literatura: representações de genocídios, ditaduras e outras violências*. Vitória: EDUFES, 2011.
- LEMINSKI, Paulo. *Toda poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- POLARI, Alex. *Camarim de prisioneiro*. São Paulo: Editora Global, 1980.
- POLARI, Alex. *Inventário de cicatrizes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro Pela Anistia, 1978.
- ROSENFELD, Anatol. *O teatro épico*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- SALGUEIRO, Wilberth. Introdução. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. In: SALGUEIRO, Wilberth (Org.). *O testemunho na literatura: representações de genocídios, ditaduras e outras violências*. Vitória: EDUFES, 2011.
- SALGUEIRO, Wilberth. *O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André du Rap)*. Rio de Janeiro: Matraca v.19, n.31, 2012.
- SALGUEIRO, Wilberth *Poesia brasileira: violência e testemunho, humor e resistência*. Vitória: EDUFES, 2017.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Introdução. *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Organização: Márcio Seligmann-Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

TRINGALI, Dante. *A arte poética de Horácio*. São Paulo: Musa Editora, 1993.

INTERPRETACIÓN DE LA TEORÍA “LA ESPIRAL DEL SILENCIO” DE NOELLE-NEUMANN EN LA OBRA *EL SANATORIO* DE NURIA AMAT

[INTERPRETATION OF NOELLE-NEUMANN’S “SPIRAL OF SILENCE” THEORY IN NURIA AMAT’S SANATORIUM]

[INTERPRETAÇÃO DA TEORIA “A ESPIRAL DO SILÊNCIO” DE NOELLE-NEUMANN NA OBRA O SANATÓRIO DE NURIA AMAT]

Wisem Mahi¹

Resumen: Con el presente artículo, presentamos la obra de Nuria Amat *El Sanatorio* escrita en 2016, destacada por la valentía en desafiar el orden político vigente en Cataluña; el separatismo apoyado en la mitad de los catalanes, quiere forjar su camino independiente de España como República catalana. Este trabajo pretende mostrar cómo reaccionan los callados, la mayoría silenciosa contraria al independentismo catalán frente a la gente que posee el poder, en este caso los separatistas catalanes. Así, nos preguntamos: ¿acaso los callados del *Sanatorio* son mayoría silenciosa o núcleo duro? También, hasta qué punto Amat interpretó las dos partes conflictivas. En la metodología que desarrollamos se aplica la diferenciación entre el término “nosotros”, los callados entre ellos la escritora y “ellos” los dominantes, en este caso los líderes del independentismo en Cataluña. Se trata también de saber qué papel desempeñan los medios de comunicación de masas en manejar la opinión pública.

Palabras clave: Cataluña; la mayoría silenciosa; el núcleo duro; los callados; la espiral del silencio.

Resumo: Com o presente artigo, apresentamos a obra de Nuria Amat *El Sanatorio* escrita em 2016, destacada pela coragem em desafiar a ordem política vigente na Catalunha; o separatismo, apoiado em metade dos catalães, quer forjar seu caminho independente da Espanha como República catalã. Este trabalho pretende mostrar como reagem os calados, a maioria silenciosa contrária ao independentismo catalão face às pessoas que detêm o poder, neste caso os separatistas catalães. Assim, perguntamo-nos: acaso os calados do Sanatório são maioria silenciosa ou núcleo duro? Também, até que ponto Amat interpretou as duas partes conflitantes. Na metodologia que desenvolvemos aplica-se a diferenciação entre o termo “nós”, os calados entre eles a escritora e “eles” os dominados neste caso os líderes do independentismo na Catalunha. Trata-se também de saber que papel desempenham os meios de comunicação social na gestão da opinião pública.

Palavras-chave: Catalunha; a maioria silenciosa; o núcleo duro; os silenciosos; a espiral do silêncio.

Abstract: With this article, we present the work of Nuria Amat *The Sanatorium* written in 2016, highli-

¹ Professora de Língua Espanhola na Université de Tlemcen. Doctoranda en comunicacion intercultural y literaturas hispánicas. E-mail: wisem.mahi@univ-tlemcen.dz.

ghted for the courage in challenging the current political order in Catalonia; separatism supported by half of the Catalans, wants to forge its independent path from Spain as a Catalan Republic. This paper aims to show how the silent ones, the silent majority opposed to the Catalan independence movement, react to the people in power, in this case the Catalan separatists. Thus, we ask ourselves: are the quiet ones of the Sanatorium a silent majority or a hard core? Also, to what extent Amat interpreted the two conflicting parts. In the methodology we develop, the differentiation between the term “we”, the silent among them the writer and “they” the dominators, in this case the leaders of independence in Catalonia is applied. It is also a matter of knowing what role the mass media play in managing public opinion.

Key Word: Catalonia; the silent majority; the hard core; the silent; the spiral of silence.

1 CONSIDERACIONES INICIALES

Estamos acostumbrados a vivir en un mundo donde reinan las ideas en común, tal como: la democracia, el liberalismo y el nacionalismo; los tres conceptos se relacionan inseparablemente entre sí, de modo que, el ser humano lucha siempre para practicar su libertad en un ambiente democrático caracterizado por el amor a la patria y eso le hace un nacionalista luchador por el beneficio de su país. Entonces, cuando la soberanía del monarca pasa al pueblo se constituye lo que llamamos la nación, esta es el vehículo sobre el que se basa el liberalismo para legitimarse de una manera absoluta y democráticamente. Además, mediante la exaltación de una historia en común a avivar y cultivar, podría desarrollar otro sentimiento nacional y deshacerse de la subordinación monárquica, se trata de desposeer el monarca de su poder político con el fin de dejar atrás los arraigos tradicionales, liderando la bandera del nacionalismo con miras al desarrollo económico, en donde se crean nuevos mercados amplios basados en la teoría económica y liberal, todo ello gracias al nacionalismo. Así, países como Italia, Yugoslavia y Alemania mostraron contrarios a la sublevación nacionalista de unos grupos pequeños de su población. Hay también otros territorios cuya unidad es más consagrada como Escocia, Noruega y en nuestro caso Cataluña.

Por lo tanto, para los autores socialistas y liberarles, el nacionalismo permite emanciparse política y económicamente y constituirse en federaciones, pues es un dispositivo cosmopolita que pretende reunir bajo su mando a los pueblos que comparten los mismos términos: lengua, etnia, historia y raíces. El hecho de tener una nación común hace que cualquier nación esté excluyente de su diversidad interna, hasta España para ser un país puramente católico en el pasado tuvo que eliminar a los demás grupos étnicos (Judíos y musulmanes). (RAMÓN, 2020, web).

La escritora catalana Nuria Amat (1950) en su libro *El sanatorio* (2016) elude a la mala política, además de la libertad literaria sofocada y aquella cultura menospreciada por la vulgaridad. La autora enfrenta las restricciones del nacionalismo catalán y defiende el pluralismo y el carácter abierto de su tierra natal. En un mundo reinado por el autoritarismo y la violencia, Amat expresa su amargura y su dolor a través de las 269 páginas del libro. (AMAT, 2016, web).

2 ESTADO DE CUESTIÓN

Cataluña, una comunidad autónoma, forma parte inherente de España. En esta región existe un tipo de nacionalismo muy celoso a sus anhelos políticos, el nacionalismo catalán se siente muy halagado de su identidad y origen, es un luchador feroz para recuperar, según dicen, sus derechos usurpados por los españoles. Todo ello, gracias al sentimiento que tienen los catalanes al considerarse tan diferenciados del resto de España y perjudicados a la vez. Se desarrolla el lema “España nos roba” y nosotros los catalanes damos más que recibimos. Por tanto, querían gestionar sus propios gastos e ingresos mediante la adopción de un Pacto Fiscal, al mismo que disponen el País Vasco y Navarra.

A la luz de la consulta ilegal del referéndum que tuvo lugar el 1 de octubre de 2017, Cataluña_ o solo la mitad de los catalanes_ quieren irse de España ya, constituyéndose en una República catalana y un estado de la Unión Europea. Sin embargo, la negativa de los cuerpos de policía nacional española impidiendo la votación de la consulta ilegal y su reacción desproporcionada hacia los votantes no hizo más que agravar la situación y reabrir más las grietas entre el Estado central y Cataluña.

Igualmente, los medios de comunicación de masas influyen poderosamente en la realidad social, son puros reflejos de la actualidad vivida. Es más, lo que no parece en los medios permanece silenciado, de ahí, unos problemas quedan desapercibidos y otros pasan a formar parte de la sociedad. Por eso, los medios de masas en España tienen un papel muy clave. De hecho, en otoño de 2017, se han dividido en dos bandos, los medios que apoyaron la declaración unilateral de independencia de Cataluña, en su mayoría son los medios catalanes como el diario *Ara* y la televisión pública catalana TV3, frente a los medios nacionales como los diarios *ABC* y *El Mundo*. El hecho de cubrir todo lo que ha acarreado la celebración del referéndum de enfrentamientos entre partidarios de la declaración unilateral de independencia, la DUI, deseosos de votar para cambiar el futuro político de Cataluña y los contrarios de la misma.

Nuria Amat, escritora, periodista y política, nació en Barcelona, ha estado en México, Berlín, Estados Unidos, París. Doctora en Ciencias y Tecnologías de la Documentación en la Universidad Autónoma de Barcelona, ha sido profesora en la Escuela de Bibliotecarios de la Universidad de Barcelona². A propósito de su novela *El sanatorio* _una obra arriesgada y valiente _dice Amat en una entrevista al diario *El País* (IGLESIA, 22/10/2018) que el separatismo ha acertado en levantar un muro cultural entre España y Cataluña. Ante los deseos de aquí de no ser españoles y los de allí que están hartos de nosotros. Pero no todos somos con la independencia. Sostiene Amat que el nacionalismo separatista es un virus, se trata de un sistema autoritario que va en contra de la pluralidad y la convivencia de los pueblos con diferentes naciones. (AGUILO, 2018: web).

Amat tan comprometida con la política, se sublevó contra Franco al tener 13 años, formaba parte del movimiento feminista en la era de Transición de tendencia liberal socialde-

2 Nuria Amat considerada entre una de las grandes narradoras en lengua española, Premio Ciudad de Barcelona 2002 por la novela *Reina de América*, Premio Ramón *Llull de les Lletres Catalanes* 2011 por *Amor y Guerra*. Amat, una de las figuras polifacéticas de la narrativa catalana. Autora de *Pan de boca*, *El ladrón de libros*, *Amor breve*, *Monstruos*, *la intimidad* y *Todos somos Kafka*. (AGUILO, 2018, web).

mócrata, con corazón anarquista. Dice; “*El sanatorio fue el primer libro descartado que salió sobre el separatismo por tanto es una novela a bastante reflexiva.*” (IGLESIA, 2018, web).

En su novela trata los males que aquejan el mundo en general y España en particular, consiste en una utopía negativa donde reinan las identidades colectivas en detrimento de las identidades individuales que fomentan el autoritarismo, la ruptura con la realidad, una nueva forma de exclusión. Los callados entre ellos la autora ponen cara resistente ante la homogeneización de la masa. Amat denuncia el populismo de índole totalitario en su camino para transformarse de nacionalismo a un estalinismo. (NESPOLO, 2020, web).

Asimismo, la espiral del silencio es la teoría fundada por la socióloga alemana Elisabeth Neumann Noelle en 1974 (NOELLE-NEUMANN, 1995, p. 22). Recalca que el ser humano se caracteriza por tener miedo de ser aislado por su propio entorno, por eso, escoge al bando más dominante en su sociedad cuyas opiniones son irreversibles, o prefiere quedarse en silencio sin reacción ninguna. La teoría de la espiral del silencio la favorecen los medios de comunicación al exponer en sus agendas los puntos de vista más hegemónicos marginalizando a los demás temas (ALONSO, 2014, p. 96). Pues, el poderío que tiene la mayoría silenciosa está debido por los medios de comunicación de masa, en primer rango, y por los partidos políticos en segundo. (SÁNCHEZ, 2011, web).

Ante la existencia de la mayoría silenciosa, tenemos también al núcleo duro, los seres que solían formar parte de una mayoría silenciosa, gozan de instrumentos institucionales, políticos, económicos e históricos, pero que ven necesario rebelarse para cambiar el orden de las cosas.

Los callados se rebelan contra la imposición autoritaria del tribunal inquisidor, lo describe la autora como *hospital de muerte*, esta gente enmudecida por su entorno, tiene como única esperanza liberarse del estado que les impide distinguir entre el total de lo parcial y lo imposible de lo real. En un paisaje se proclaman: “*Los callados somos enemigos de la masa*” (AMAT, 2016, p. 10). Si bien, la masa representa el poder dictador, los charlatanes del sistema, quienes alientan el virus separador *quieren separarnos de nuestra tierra y excluirnos*, dice Amat. Es más, subrayan que su salvación es aguantar y enmudecer para lograr sobrevivir en este hospital de muerte. Entonces, los callados del Sanatorio de la autora son gente sana que no se contagió del *virus* separatista.

Los personajes de la novela son:

1- Jan, el jurista dice: “*los dirigentes de la masa tienen una personalidad lunática obedecen la causa con sus decisiones manipuladoras.*” (AMAT, 2016, 12), ellos no saben que quieren.

2- Estrella, la valiente, el feminista.

3- Vicente, el gramático.

4- Enrique, el filósofo.

5- Tatiana la científica.

6- Anuska, la escritora.

7- Néstor, el psicólogo, resalta que las criaturas que han tomado el mando en el Sanatorio son más innobles y repulsivos. (AMAT, 2016, p. 65).

Entretanto, el estado democrático moderno se creó a raíz de los conflictos establecidos entre protestantes y católicos, así, se optó por el estado laico como vía para implantar la libre elección de creencias y de ahí surgió la libertad de culto, de religiones e ideologías bajo el marco de la libertad de expresión. (ROYO, 2017, web).

En Francia empezaron a garantizar estos derechos innatos en el ser humano, criterios que vinieron desde el otro lado del Atlántico, a la luz de las Declaraciones de independencia de las colonias americanas.

En España, La Constitución de 1978 en su artículo 20.1 subraya firmemente “*el derecho a expresar y difundir libremente los pensamientos, ideas y opiniones mediante la palabra, el escrito, o cualquier otro medio de reproducción.*” (NAVAS CASTILLO, 2009, p. 97).

Pues tener la libertad de expresión significa expresar abiertamente sus ideas y opiniones, pensamientos y juicios de valor, un derecho que poseen todos los ciudadanos por igual.

Entre las regiones que han reivindicado su independencia del estado central tenemos a Kosovo que hoy es un estado fallido después de declarar su independencia. (AMAT, 2016, p. 66). En su obra Amat hace referencia a Yugoslavia y sus dirigentes genocidas, mataron a sus ciudadanos espiritualmente, consiste en una población desalojada por serbios, bosnios y croatas. (AMAT, 2016, p. 103).

Igualmente, se habla del nacionalismo alemán Völkisch, el primer nacionalismo basado en un tipo de romanticismo conservador que ama arduamente a la patria y considera que los humanos estén vinculados con lazos de sangre.

En referencia a los instigadores del independentismo catalán recalca que están copiando de los temibles regímenes coreanos, balcánicos, estalinistas para cultivar estas estrategias de fascinación patriótica. (AMAT, 2016, p. 29).

Desde luego, consiste en un evento perverso del cual se influenciaron los nacionalismos separatistas en Europa. Es un tipo de alucinación identitaria, *los charlatanes nos odian los callados y llevan unas vidas perdidas de víctimas inocentes.* (AMAT, 2016, p. 25). Para la autora los callados del *Sanatorio* sufren una violencia psicológica constante. Así pues, su arma es la palabra y el sentimiento de aquellos que sienten fuera de lugar, así se han optado por el silencio. (AMAT, 2016, p. 24).

3 METODOLOGIA

Como seres humanos nos gusta formarse parte de una sociedad y sentirse populares y respetados, nos asusta aislarse, por eso, intentamos observar de cerca los comportamientos y opiniones más dominantes en nuestro entorno para adoptarlos y sentirse a gusto y seguros sobre todo. Mientras, el individuo nota que su opinión es aceptada públicamente tendría el coraje para asumirla y la auto-confianza para expresarse abiertamente. Por tanto, los puntos de vista que más respaldo tienen, gozan de un sitio favorable en la sociedad mientras los de aquellos callados permanecen *débiles* y mueren en silencio, lo que crea una espiral en donde la opinión fuerte se extiende más en público y la otra se marginaliza excepto por el núcleo duro. Este es aquella minoría que desafía al aislamiento al final de un proceso de espiral de silencio, estos que se mantengan firmes a sus ideas hasta que la opinión adoptada

vuelve un tabú frente a la otra parte que nota que su opinión ya no se cuenta, opta por el silencio por temor a la exclusión. (VICOCIC, 2010, p. 302).

Ya han pasado 44 años desde que la politóloga alemana Elisabeth-Noelle Neumann expuso su teoría en *Journal of communication*, su famosa teoría de la espiral del silencio, subraya que la opinión pública se constituye a base de los compartimentos más predominantes de la sociedad, cuando los seres débiles adaptan sus pensamientos a estas opiniones, como forma de control social, estas minorías caen en una espiral del silencio por temor a estar aislados, son los adeptos seguidores de la corriente más dominante, es donde se prevalece la opinión como la actitud prevaleciente. (MOYA, 2018, web).

Entonces, en este estudio nos apoyamos en ver cómo el termino “nosotros”, en este caso los callados del *Sanatorio* de Amat, se refieren a sí mismos y cómo pretenden tildar a los demás, los dominantes. Es la dicotomía entre nosotros y ellos. Todo esto los favorecen los medios de comunicación de masas, desempeñan un papel muy importante en los estados democráticos y de ahí la repercusión en la opinión pública, *ésta la* elaboran los medios la opinión pública según su agenda mediática adaptándose a su inclinación política e ideológica. (LORENZO, 2019, web).

4 ANALISIS DE MATERIALES

Refiriendo a los enfermeros del *Sanatorio*, dice la autora, quieren paralizar mis manos para no dejarme escribir en mi tableta electrónica (AMAT, 2016, p. 48). Además, recalca Amat que las urnas no son más que *recipientes de cartón*, por las cuales, los nacionalistas pretenden divulgar discursos populistas vestidos de sermones plagadas de *conservaciones cifradas y trampas psicológicas* para atraer indebidamente a los catalanes. Son los *clérigos del espíritu nacional*, siembran populismo y corrompen la democracia en *una estafa de democracia*.

Mientras, los callados, enfatiza Amat; somos los *portadores del eclipse* somos los científicos y los farmacéuticos hemos de erradicar dicha enfermedad. Nos refugiamos en vidas ajenas. En sus palabras, lamenta ser atacados por *nuestros propios hermanos*, nosotros poseedores de unos aientos culturales múltiples. Vivimos en un país que le partieron como un queso por la mitad. Enfatiza Amat; ellos lideran un nacionalismo violento, fanático, autoritario que iba a dejar huellas imborrables para siempre. (AMAT, 2016, p. 90).

Entretanto, la autora muestra explícitamente pro constitucionalismo, para ella la Constitución española del 1978 es un libro sagrado.

De hecho los callados del *Sanatorio* temen por su propia seguridad y también por recibir el castigo de la parte homogenizada, por lo cual se les castigan por no saber adaptarse, lo que le empuja a estar de acuerdo con el punto de vista dominante lo que le da una autoestima a de expresarse sin reten ciencias. (VV.AA, 1992, web).

Desde luego, la opinión pública es el control social que atañe a todos los individuos de la sociedad como a los gobiernos que temen el aislamiento también como no tener el apoyo del público. Por eso, la opinión pública es muy poderosa, poder que proviene de la amenaza del aislamiento ante la naturaleza social del ser humano. (NOELLE-NEUMANN, 1995, pp.

200 e 201).

Esta opinión pública se fija en los diferentes puntos de vista y la participación democrática respecto con las cuestiones públicas, de modo que indaga el consenso social para unos objetivos y valores en común. Entonces, el comportamiento de la ciudadanía se ve influido por el miedo al aislamiento y la marginalización social.

Pues es como dice Noelle-Neumann es un mecanismo que hace posible la cohesión y la integración de sociedades y grupos, de las que dependen la supervivencia de la comunidad y su capacidad de acción. (NOELLE-NEUMANN, 1995, p. 202).

Afirma también que es una fuerza invisible a la que ningún gobernante se resiste, existe para una sociedad libre y articulada muy diferente del Estado. (FERRIGOLO, 2005, p. 61).

El concepto de la opinión pública tenía otro sentido en la época del siglo XX, momento de transformaciones sociales culturales, económicas y conceptuales, con la configuración política de España (regreso de los Borbones al trono en 1875, golpe de Estado y dictadura de Primo de Ribera, más tarde el franquismo y la II República). De ahí, hubo la presencia de la prensa popular y el surgimiento de nuevos medios de comunicación. Pues, la opinión pública tiene mucho que ver con el liberalismo político de matices democráticos a partir del surgimiento de las Revoluciones liberales a finales del siglo XVIII. Así, es un concepto social que se encuentra en la esfera pública. Por ello, dentro de cada persona se alterna el desorden que confunde el mal por el bien y viceversa. En este contexto, existe un tribunal invisible de la opinión pública, en donde entre todos nos comparamos como jueces y fiscales.

Asimismo, estamos en la época en la que la cultura queda en manos de la clase hegemónica. Vivimos en el mundo de la grabación donde los medios de comunicación y particularmente la televisión desempeñan un papel fundamental, lo que hace que los televidentes no ven otra realidad que aquella presentada por la televisión. (MUÑOZ, 20, p. 131). Según el barómetro de julio CIS 2396, el 67% de los españoles acude a la televisión para informarse diariamente. La televisión filtra lo más importante de los asuntos de Unión Europea, en donde se expone lo real de lo ficticio, difunde mensajes de estilo de vida para que nos aliñemos a ellos de acuerdo a un tipo de cultura homogénea. (MUÑOZ, 2003, pp. 218 e 219).

En cuanto a la prensa escrita dice el profesor de comunicación Miquel Rodrigo Alsina que el medio se convirtió en una fuente principal para transmitir los acontecimientos ocurridos a diario, donde en sus páginas refleja la opinión adoptada por cada diario, es donde el evento se ve explicado según una ideología concreta conforme el sector dominante. Porque la información acerca de los diferentes eventos era un privilegio de las clases dominantes y de aquellas que, para la consolidación de su incipiente dominio. (RODRIGO ALSINA, 1989, pp. 3-4).

Ahora bien, la libertad de expresión viene después de la libertad de opinión y de pensamiento. Esta que se concretiza vía la palabra y la prensa, por supuesto, consiste en la libertad de organización de la comunicación pública, y por tanto, tener la libertad de decir lo que queremos. (CAMPOAMOR, 2009, p. 415).

Entonces, la democracia no puede tener vigor sin los medios de comunicación que explican cada uno a su manera. También, los medios de masas ayudan a configurar la mentalidad dominante y en producir lo que llamamos el consentimiento colectivo. Señala el filósofo Rubio Ferreres, en *Opinión pública y medios de comunicación* (2009), como algo

imprescindible apoyan la aparición de ciertos dogmatismos democráticos en las sociedades de inclinación pluralista y liberal. En este sentido, los medios de comunicación de masas crean la opinión ciudadana y determinan la agenda de las preocupaciones de la población.

Pues, los medios son capaces de dar una relevación tremenda a un asunto o un personaje cualquiera. (NOELLE-NEUMANN, 1995, p.138).

El mercado mediático genera voces y divulga lemas patrióticos, cuenta nuestra existencia. Antes, se solía hacer la diferenciación entre la opinión y la información dada con el fin de no caer en el partidismo, pero ahora existe el sistema de filtración de noticias que actúa conforme con los criterios editoriales fijados en la ideología de cada medio informativo, lo que se llama la agenda *setting*; es la selección de las noticias, que decide qué noticia debería ser publicada y el que se marginaliza. (NOELLE-NEUMANN, 1995, p. 12). A continuación, se plantea una división entre las dos perspectivas del *Sanatorio*. Por tanto, la autora se manifiesta como “nosotros” junto con los callados (dominados) frente “ellos” (los dominantes):

Tabla 1. Diferenciación entre “ellos” y “nosotros”

“Ellos” (los dominantes)	“Nosotros” (los dominados)
○ Política mala y asfixiante.	○ Voz discordante y enemiga del pueblo.
○ Quieren vendernos el virus patriótico.	○ Los arrinconados del Sanatorio.
○ El infierno del poder.	○ Los no contagiados.
○ Los charlatanes del sistema.	○ Los excluidos.
○ La ideología separatista.	○ Desesperación vital.
○ Quieren asfixiar nuestra mente.	○ Sentir amor por la patria.
○ La fascinación patriótica.	○ Cabezas pensantes.
○ Enemigos del pueblo.	○ Nosotros somos los fantasmas literatos.
○ Ellos son los fanáticos del sanatorio.	
○ Espías del imperialismo.	
○ Cosmopolitas sin raíces.	
○ Criminales de guante blanco.	
○ Lideran un viaje de naufragio.	
○ Estado de demencia y locura.	
○ los sabuesos del presidente.	
○ Un dictador es un psicópata.	
○ La patria secuestrada por ellos	
○ Diabólica espina nacional	

Fuente: elaboración propia

Por el cuadro, se enumeran los apelativos acusadores en referencia a “ellos”, los representantes del mal según la autora quien los tilda de todo. En cambio, presenta a sí misma junto con “nosotros” como clase minoritaria perjudicada por los primeros.

5 CONSIDERACIONES FINALES

Contestando a la pregunta planteada al principio, los callados en el *Sanatorio* de Amat son núcleo duro pasivo porque son gente culta que tiene claros sus objetivos. La autora los visualiza como luchadores arduos contra su enemigo separatista, dan discursos a la masa, sensibilizan a los demás pero al fin y al cabo, son ellos, los independentistas quienes ganan al final, por eso, Amat junto con los demás callados prefiere actuarse en silencio, pase lo que pase, estos no van a abandonar su meta, aferrados a sus principios de no obedecer la minoría hegemónica, pero al mismo tiempo optan por el silencio como alternativa porque ya están exhaustos de seguir defendiendo derechos de una categoría de gente que prefiere sumarse con los dominantes en vez de apoyarlos. Explica Nuria Amat: “*La intimidación es una mujer que mira a través de una ventana y ve una serie de historias que no puede contar, pero las escribe*”, (SERRA, 1997, web). Entonces, Amat sugiere que los grandes escritores son aquellos que están en silencio. Es la escritura callada, frente a las cuestiones frívolas que no hacen ruido.

Grosso modo, los callados de la obra de Amat se encierran en su círculo viendo como el independentismo catalán sigue ganando adeptos cada día más. Ellos tienen tanto miedo, intentan hablar pero optan por el silencio porque están cansados de repetir lo mismo, unos temen por perder sus puestos de trabajo y ser insultados o humillados por las redes que lo saben todo, sugiere Amat. (AMAT, 2016, p. 197).

Subraya la autora; nos llaman los callados, los espías del imperialismo, cosmopolitas sin raíces no nos dejan hacer cambios. (AMAT, 2016, p. 199).

Por un lado, Amat propone que los medios de comunicación pretenden invadir y tomar el sitio de la literatura. Aun así, siendo encerrado ayuda mucho a escribir. Es la literatura minoritaria que exige un esfuerzo por parte del lector.

Por otro lado, la prensa es mediadora entre la política y la sociedad, cuando está motivada por los sentimientos de la patria y de justicia, concienciada por su misión. Asumiendo su palabra imparcial, independiente es aquí donde puede ser un arma discreta de la opinión pública. (INSUNZA, 2017, web).

Por consiguiente, Cataluña se ha quedado partida por la mitad, se han perdido a muchos parientes por los medios de comunicación que en gran medida ayudan a generar la espiral del silencio. (MARTINEZ FERNANDEZ, 1995, p. 261).

En cuanto al conflicto entre español y su autonomía, el filósofo Ortega y Gasset, representante de la mentalidad intelectual española dice que solo Europa pueda proporcionar la solución a España en tanto que un país con problema insoluble. (FIGES, 2020, p. 672).

REFERENCIAS

- AGUILO, J. M. (s.f.). *Nuria Amat “el nacionalismo en Cataluña se está extendiendo ya a Baleares”*. Disponible en: <http://www.abc.es/cultura/libros/abci-nura-amat-nacionalismo-esta-extendiendo-baleares_200808260040_noticia.html>. Acceso: el 26 de septiembre de 2018).
- ALONSO, Fernando (s.f.). *La televisión, información y promoción*. Fundación Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. Disponible en: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/la-televisin-informacin-y-promocin0-/html/017017e82-8b11-2df-acc002185-7ce2_6064.html>. Acceso: el 12 de marzo de 2019.
- AMAT, Nuria. *El sanatorio*. Barcelona: Economía Digital S.L, 2016.
- *Viceversa Magazine*. Disponible en: <<http://www.viceversa.maig.com/nuria-amat-la-literatura-vida/>>. Acceso : el 11 de diciembre de 2020, 2017.
- CAMPOAMOR, Fernandez Miranda. *El derecho a la cláusula de la conciencia de los informadores , libertades informativas*. Madrid: Colex, 2009.
- DE MOYA, Jesus Maria. *La teoria de la espiral del silencio*. Disponible en: <<https://www.magisnet.com/2018/12/la-teoria-de-la-espiral-del-silencio/>>. Acceso: el 11 de enero de 2019, 2018.
- FIGES, Orlando. *Europa era una fiesta: la ilusión de una identidad cultural* . Barcelona: Taurus, 2020.
- IGLESIA, Ana Maria. *Nuria Amat: “líderes fanáticos y corruptos han convertido Cataluña en un sanatorio de enfermos”*. Disponible en: <http://www.cronicglobal.lespañol.com/letra-global/la-charla/nuria-amat-cataluna_193208_102.html>. Acceso: el 12 de enero de 2021, 2020.
- INSUNZA, Francisco Balado (s.f.). “Concepto De Opinión Pública En La Trayectoria Política De Gumersindo De Azcárate”. *Actas del XIII Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea: Universidad Nacional De Educación A Distancia*.
- SANCHEZ, Lorenzo Jesus. “Opinión pública libre, opinión publicada, la libertad de comunicación publica y los medios de comunicación”. *Programa de doctorado en Unión Europea. Tesis doctoral*, pp. 200-385, 2019.
- Nespolo, Matias. *Cataluña distopía*, Disponible en: <<http://www.elmundo.es/cultura/2017/01/06/586e8968e2704e2c6a8b45b8.html>>. Acceso: el 12 de febrero de 2020, 2017.
- Noelle-Neumann, Elisabeth. *La espiral del silencio. Opinión pública: nuestra piel social*. Barcelona: Paidós, 1995.
- PEREZ, Royo. *Historia Nacional Geographic*. Curso de derecho constitucional. Disponible en: <<https://www.eldiario.es/temas/national-geographic/>>. Acceso: el 12 de junio de 2020, 2017.

RAMON, Juan Claudio. “¿Quién es nacionalista?” . *Revista de libros, segunda época*, pp. 1-6, 2020.

RODRIGO ALSINA, Miquel. *La construcción de la noticia*. Barcelona: Paidós, 1989.

S.a. *El Sanatorio de Nuria Amat*. Disponible en: <<http://www.lavanguardia.com/politica/20170214/4225873155/el-sanatorio-nuria-amat-blanquerna-mascarell.html>>. Acceso: el 12 de diciembre de 2020, 2017.

SALETE ORO, Boff. *Liberdade de expressãõ, Direito na Sociedade de informação, media globalização y regularización*. Sao Paulo: Editora Pilars. Disponible en: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5007552.pdf>>. Acceso: el 12 de abril de 2020, 2005.

SÁNCHEZ, Espino, “La transformación de la comunicación política en las campañas presidenciales de México Germán.” *Convergencia* (56), pp. 40-80, 2011.

SERRA, Catalina. *La literatura es muerte: literatura y libros*, 1997.

VALENTIN, Alejandro Martinez. *La teoría de Noelle-Neumann sobre “la espiral del silencio “aplicada a las Audiencias de “la telebasura”*. (C. 21, Ed.) *Dialnet*. Disponible en: <https://www.researchgate.net/publication/28209649_La_teoría_de_Noelle-Neumann_sobre_la_espiral_del_silencio_aplicada_a_las_audiencias_de_la_telebasura>. Acceso: el 10 de febrero de 202, 1995.

VICOCIC, Eva Alardo. “Turbulencias en el clima de opinión: Aplicaciones Metodológicas de la Teoría de la Espiral del Silencio Elisabeth Noelle-Neumann”. *Cuadernos de Información y Comunicación* (15), pp. 301-318, 2010.

VV.AA. *El nuevo espacio público*. Barcelona: Gedisa, 1992.

MANIFESTAÇÕES DE SUBVERSÃO AO PODER EM *LAVOURA ARCAICA*, DE RADUAN NASSAR, A PARTIR DOS ESTUDOS DE MICHEL FOUCAULT

Ananda Maisa Coelho Souza¹
Andrei Santos de Morais²

Resumo: O objetivo deste artigo é investigar a manifestação de subversão ao poder no romance *Lavoura Arcaica*, de Raduan Nassar, em um comparativo com os estudos do filósofo Michel Foucault, em *História da Sexualidade*. Promovendo um diálogo entre a teoria e a literatura, é proposto mostrar a subversão que pode ocorrer no interior dos discursos das personagens, bem como na sexualidade, que se apresenta como mecanismo de subversão ao poder no romance. Ao fim deste, concluímos que a subversão é uma extensão do poder, que, por sua vez, caminha ao lado da sexualidade, mantendo um jogo sutil de recusas e autorizações.

Palavras-chave: Poder; Subversão; Sexualidade; Lavoura Arcaica; Michel Foucault.

Abstract: The purpose of this article is to investigate the manifestation of subversion to power in the novel *Lavoura Arcaica*, by Raduan Nassar, in a comparison with the studies of the philosopher Michel Foucault, in *History of Sexuality*. Promoting a dialogue between theory and literature, it is the purpose to show the subversion that can happen inside the lines of the characters, as well as sexuality, which is presented as a mechanism of subversion to power in the novel. At the end, we conclude that subversion is an extension of power, that in turn, goes hand in hand with sexuality, maintaining a subtle game of refusals and authorizations.

Keywords: Power; Subversion; Sexuality; Lavoura Arcaica; Michel Foucault.

1 Especialista em Literatura Comparada. E-mail: anandacoelho02@gmail.com

2 Professor associado da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Doutor em Literatura. E-mail: andrei.morais@ufopa.edu.br

INTRODUÇÃO

Escrito em 1975 pelo paulista Raduan Nassar, o romance *Lavoura Arcaica* narra a vida de uma família tradicional(ista) calcada nos preceitos religiosos cristãos e que vive sob uma rígida ordem patriarcal. O romance é relatado em primeira pessoa pelo narrador-personagem André, que foge de casa na tentativa de escapar das regras impostas pelo pai, Iohána, e da paixão incestuosa que sente pela irmã, Ana.

A presença autoritária da figura de Iohána, que pode ser percebida ao longo de toda narrativa, seja pelo discurso de poder do patriarca ou, ainda, pelo comportamento das personagens; e o desejo interdito por Ana, que perturba o protagonista, são os propulsores para as manifestações de subversão que serão apontadas no decorrer deste texto.

Devido à densidade interpretativa que há em um romance como *Lavoura Arcaica*, o presente artigo busca dialogar com o texto de Nassar com os estudos de Michel Foucault, sobre o poder e a sexualidade, com base central nas obras *A vontade do saber* e *O uso dos prazeres*, pertencentes à trilogia *História da sexualidade*.

Far-se-á uma leitura do romance a partir da perspectiva de poder lançada por Foucault, em que se questiona sobre o que é o poder e como seus mecanismos agem através do discurso ou mesmo da falta dele. Além de instigar o leitor a perceber como a sexualidade se apresenta como um mecanismo de poder dentro do romance.

Não buscamos a eliminação das possíveis interpretações de *Lavoura Arcaica*, mas explorar um dos muitos caminhos que a literatura permite e, quiçá, mostrar as incertezas inscritas no razoável.

A PALAVRA COMO REPRESENTAÇÃO DO PODER

Considerando que o poder gera a subversão por causa da repressão que nele existe, conclui-se que poder é sinônimo de proibição. Contudo, quando se define o poder como puramente repressivo, afirma-se que a ele só cabe a negação, as leis que dizem não.

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. (FOUCAULT, 2015, p. 44-45)

A performance da palavra do poder impõe a todos de seu alcance uma ação inexorável, pois ela não admite desobediência. Ter poder é instigar, produzir sensações, é buscar no silêncio o ruído do não-dito. Para tanto, para se ter poder é preciso possuir a palavra, ser propagador de discursos que nortearão aqueles que ouvem. Em *Lavoura Arcaica*, o titular do poder é Iohána, uma vez que é quem reproduz os discursos e regulamentos que a família toda deve seguir. Para os que o seguem, a sua palavra é incontestável, uma vez que impregna tudo o que toca e está presente em todos os momentos.

[...] você verá então que esses lençóis, até eles, como tudo em nossa casa, até esses panos tão bem lavados, alvos e dobrados, tudo, Pedro, tudo em nossa casa é morbidamente impregnado da palavra do pai; era ele, Pedro, era o pai que dizia sempre é preciso começar pela verdade e terminar do mesmo modo, era ele sempre dizendo coisas assim, eram pesados aqueles sermões de família, mas era assim que ele os começava sempre, era essa a sua palavra angular, era essa a pedra em que tropeçávamos quando crianças, essa a pedra que nos esfolava a cada instante, vinham daí as nossas surras e as nossas marcas no corpo. (NASSAR, 1989, p.41)

No trecho acima, André, o narrador-protagonista, reitera que a palavra do patriarca é carregada por uma verdade dita como absoluta e que todos deveriam compartilhar dela; do contrário, haveria punições-- surras e marcas no corpo. Em meio a esse ambiente o personagem foi se formando, distorcido pelos limites impostos pelo pai e pelas possibilidades que os seus discursos originaram: “(...) era ele [o pai] que dizia provavelmente sem saber o que estava dizendo e sem saber com certeza o uso que um de nós poderia fazer um dia” (*ibidem*, p.41). André insinua que as palavras cheias de poder e verdades, proferidas pelo pai, poderiam ser recebidas por todos e desconstruídas com um novo entendimento, uma nova verdade e, conseqüentemente, um novo poder. Um exemplo dessa distorção é quando o personagem tenta convencer a irmã de que os discursos do pai abençoariam a relação incestuosa dos dois: “(...) foi um milagre descobrimos acima de tudo que nos bastamos dentro dos limites da nossa própria casa, confirmando a palavra do pai de que a felicidade só se pode ser encontrada no seio da família” (*ibidem*, p. 118). Além de garantir a performance da palavra, a subversão do poder se reproduz na ação da sua vítima.

Por conta da versatilidade interpretativa das palavras, é possível estender novos entendimentos. André, dessa maneira, joga contra o pai seus discursos e transforma-os em justificativas para sua subversão, alertando-o sobre o perigoso poder que há em suas palavras: “(...) foi o senhor mesmo que disse há pouco que toda palavra é uma semente: traz vida, energia, pode trazer inclusive uma carga explosiva no seu bojo: corremos graves riscos quando falamos” (*ibidem*, p.165). Essa passagem distorce a parábola bíblica do semeador (Mt 13.1-9; Mc 4.1-9; Lc 8.4-8) para justificar o seu emprego ao estabelecer nexos entre a semente palavra e o fruto a ser produzido por ela. A verdade revelada é o lastro distorcido do poder patriarcal e, por conseqüência, promotora da subversão dos atos de sua vítima. O patriarcalismo, machista por excelência, já se apresenta no próprio gênero da palavra Deus, eternizada como Pai. Theos ou Zeus é aquele que tudo vê em grego antigo (koiné), análogo ao panóptico de Foucault. Com esse poder, nada poderia escapar de sua observação e influência. Por mais que Iohána não presencie a investida de André sobre Ana, o argumento que sustenta seu poder se faz presente ao impor o que é certo ou errado. O Deus masculino tem o seu lado e não é feminino.

A palavra é personificação de poder, ela pode gerá-lo e reforçá-lo, mas também é capaz de questionar suas verdades e expor suas inconsistências.

É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto

de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta (FOUCAULT, 2017a, p.110).

A intenção da escolha das palavras está a serviço do escritor, mas a interpretação estará a cargo de quem as recebe, o leitor, inserido na cultura que faz parte, em seu tempo e espaço. Não há uma dimensão quanto a repercussão da palavra, pois é viva, expressão de nosso espírito. É preciso ter cuidado, as palavras não estão comprometidas com o seu escritor nem a seus leitores e falantes. Em *Lavoura Arcaica*, a palavra passa de pai para filho, gerando a tensão entre o discurso verbalizado e as interpretações a serviço da persuasão. André toma para si o discurso do pai e o reproduz para aliciar a sua irmã. A instabilidade dos discursos de André apresenta-se ao dirigir a palavra à sua irmã Ana e ao seu pai Iohána – seja na capela ou na mesa de jantar. Em ambas situações, expõe argumentos e escolhe palavras conforme seus desejos se manifestam:

“Ana, me escute, é só o que te peço” eu disse forjando alguma calma, eu tinha de provar minha paciência, falar-lhe com a razão, usar sua versatilidade, era preciso ali também aliciar os barros santos, as pedras lúcidas, as partes iluminadas daquela câmara, fazer como tentei na casa velha, aliciar e trazer para o meu lado toda a capela (NASSAR,1989, p.118)

Neste trecho André força um diálogo com Ana, fingindo um discurso suave, pautado na paciência e ordem ensinadas pelo pai. Todavia, essa estratégia não surte efeito e o protagonista reverte sua forma de falar tornando-a mais intimidadora.

e eu, que desde o início vinha armando minha tempestade, caí por um momento numa surda cólera cinzenta: “estou banhado em fel, Ana, mas sei como enfrentar tua rejeição, já carrego no vento do temporal uma raiva perpétua, tenho o fôlego obstinado, tenho requintes de alquimista, sei como alterar o enxofre com a virtude das serpentes, e, na caldeira, sei como dar à fumaça que sobe da borbulha a frieza da cerração nas madrugadas (...)” (NASSAR, 1989, p.136)

Da mesma forma que ocorreu com Ana, André também transforma seu discurso enquanto fala com o pai, na mesa de jantar. Em um primeiro momento, fala de forma mais contundente e incisiva, confrontando a lucidez de suas palavras com os ensinamentos do pai e afirmando seus desejos como claros e seguros diante dele:

— Misturo coisas quando falo, não desconheço esses desvios, são as palavras que me empurram, mas estou lúcido, pai, sei onde me contradigo, piso quem sabe em falso, pode até parecer que exorbito, e se há farelo nisso tudo, posso assegurar, pai, que tem também aí muito grão inteiro. Mesmo confundindo, nunca me perco, distingo pro meu uso os fios do que estou dizendo. (*ibidem*, p.163)

Vendo, contudo, que sua retórica não surtiria o efeito pretendido, André muda a premissa de seus pensamentos e alega submeter-se novamente às palavras paternas, enfatizando a sua futura disciplina nos trabalhos impostos a ele.

— Estou cansado, pai, me perdoe. Reconheço minha confusão, reconheço que não me fiz entender, mas agora serei claro no que vou dizer: não trago o coração cheio de orgulho como o senhor pensa, volto para casa humilde e submisso, não tenho mais ilusões, já sei o que é a solidão, já sei o que é a miséria, sei também agora, pai, que não devia ter me afastado um passo sequer da nossa porta; daqui pra frente, quero ser como meus irmãos, vou me entregar com disciplina às tarefas que me forem atribuídas, chegarei aos campos de lavoura antes que ali chegue a luz do dia, só os deixarei bem depois de o sol se pôr; farei do trabalho a minha religião, farei do cansaço a minha embriaguez, vou contribuir para preservar nossa união, quero merecer de coração sincero, pai, todo o teu amor. (*ibidem*, p.168)

A retratação na fala de André pode ser vista como resultado da desautorização paterna aos seus impulsos: “(...) — Já basta de extravagâncias, não prossiga mais neste caminho, não se aproveitam teus discernimentos, existe anarquia no teu pensamento, ponha um ponto na tua arrogância, seja simples no uso da palavra!” (*ibidem*, p. 164). Iohána detecta a ironia ou astúcia de André ao se fazer de humilde para esconder seu tamanho e inteligência nas imagens hiperbólicas de suas promessas, desqualificando a sua consecução e crédito de confiança. O patriarca impõe a André o limite da palavra. Ao filho só lhe compete o ofício da lavoura, o trabalho com as palavras e suas tessituras são restritos ao patriarca, mesmo que não tenha controle absoluto sobre elas. Encontramos aí as bases da ética protestante ao dignificar o trabalho, bem distante do mal da primeira natureza da ortodoxia católica.

Nesse viés, a palavra tem poder e por isso pode percorrer campos distintos, moldando-se de acordo com a forma de expressão de seu locutor. Não obstante, o silêncio também surge como manifestação de poder. Assim como os discursos, o silêncio produz um poder capaz de interditar e de dar permissão, criando uma zona de possibilidades infindas. “Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos” (FOUCAULT, 2017a, p. 31). Nesse contexto, André apresenta sua irmã Ana como a representante deste poder mudo, onde permanece silenciada, mas sem deixar de demonstrar seus desejos: “(...) ninguém em casa consegue tirar nossa irmã do seu piedoso mutismo.” (NASSAR, 1989, p.37). Embora silenciada, Ana subverte o jogo do poder e coloca seu corpo para falar por ela, como narra André:

Ana ergueu-se num impulso violento, empurrando com a vibração da atmosfera a chama indecisa das velas, fazendo cambaleante o transtorno ruivo da capela: vi o pavor no seu rosto, era um susto compacto cedendo aos poucos, e, logo depois, nos seus olhos, senti profundamente a irmã amorosa temendo por mim, e sofrendo por mim, e chorando por mim (*ibidem*, p. 139)

Os movimentos de Ana ecoam o poder das palavras não-ditas. Sem ter seus discursos mencionados na narrativa, a força da personagem é retratada, por André, através de seus gestos, que a descreve como um reflexo de si próprio: “(...) essa minha irmã que, como eu, mais que qualquer outro em casa, trazia a peste no corpo.” (*ibidem*, p. 28-29). A comparação de André sugere que Ana também tinha o desejo subversivo, bem como o próprio narrador, mas era condenada ao mutismo, afirmando uma inexistência da personagem diante de um poder reservado ao patriarca e a seu herdeiro por direito: o primogênito, Pedro.

De acordo com Bakhtin (1997, p. 363), “a literatura é uma parte inalienável da cultura” e em *Lavoura Arcaica* isso não é diferente. O romance está em diálogo com uma cultura fundamentada no sistema patriarcal, onde a primogenitura tem grande importância, como declara André: “(...) é isso o que te compete, a você, Pedro, a você que abriu primeiro a mãe, a você que foi brindado com a santidade da primogenitura.” (NASSAR, 1989, p. 108). Sendo, portanto, Pedro o herdeiro legítimo do poder da palavra, André não apenas toma o poder do pai, mas também quebra uma hierarquia patriarcal, desordena a cultura da qual fazem parte. O inimigo de André não é o pai, mas sim a tradição. Ao tentar tomar a palavra, André não subverte apenas a ordem familiar, mas também a lei que o pai representa, uma vez que ele “era o guia, era a tábua solene, era a lei” (*ibidem*, p.191) - a lei da tradição da família.

Por conta da hierarquia familiar, quanto mais distante do topo mais reprimido e silenciado se está. Na família de André, essa hierarquia estava demarcada na disposição dos lugares à mesa de jantar.

Eram esses os nossos lugares à mesa na hora das refeições, ou na hora dos sermões: o pai à cabeceira; à sua direita, por ordem de idade, vinha primeiro Pedro, seguido de Rosa, Zuleika, e Huda; à sua esquerda, vinha a mãe, em seguida eu, Ana, e Lula, o caçula. O galho da direita era um desenvolvimento espontâneo do tronco, desde as raízes; já o da esquerda trazia o estigma de uma cicatriz, como se a mãe, que era por onde começava o segundo galho, fosse uma anomalia, uma protuberância mórbida, um enxerto junto ao tronco talvez funesto, pela carga de afeto; podia-se quem sabe dizer que a distribuição dos lugares na mesa (eram caprichos do tempo) definia as duas linhas da família. (*ibidem* p.154)

Ao narrar sobre os lugares na mesa, André também induz o leitor a perceber uma ordem de poder constituído, onde os membros da direita são herdeiros da palavra em detrimento daqueles à esquerda. André subverte o poder porque a ele não competia o direito da palavra. Lançando-se contra os discursos do pai, o protagonista propõe superar o poder do patriarca.

(...) eu tinha de gritar em furor que a minha loucura era mais sábia que a sabedoria do pai, que a minha enfermidade me era mais conforme que a saúde da família, que os meus remédios não foram jamais inscritos nos compêndios, mas que existia uma outra medicina (a minha!) (*ibidem*, p.109)

A necessidade do narrador em transgredir a soberania do pai é justificada por seu desejo em ocupar um lugar à mesa: “(...) estou cansado, quero com urgência o meu lugar na mesa da família!” (*ibidem*, p. 131). A subversão ao poder pretendida por André está baseada no desejo dele de ser reconhecido pelo pai como merecedor e herdeiro genuíno do poder na família. É através da palavra que o narrador deseja subverter a autoridade do pai e firmar-se como titular do poder.

O PODER DA SEXUALIDADE

Ao expressar sua sexualidade e desejos, André subverte o poder do pai com vistas a tomá-lo para si. Essa sexualidade, por sua vez, potencializa tal poder, uma vez que é suscetível ao exagero das pulsões. Todavia, sob o discurso do pai, o excesso deve ser evitado em todas as circunstâncias que se apresente e, para isso, é “preciso refrear os maus impulsos, moderar prudentemente os bons, não perder de vista o equilíbrio, cultivando o autodomínio, precavendo-se contra o egoísmo e as paixões perigosas que o acompanham.” (*ibidem*, p. 21-22). Perceba que, embora o pai busque controlar os desejos da família, ele não ignora sua existência. Ao contrário, os desejos são abordados em seus discursos e postos em evidência para, ao invés de negar e afastar para longe de seus domínios, colocá-los em lugar visível onde se pudesse implantar a obrigação de tratá-los e refreá-los. Em suma, “a atividade sexual exige uma discriminação moral” (FOUCAULT, 2017b, p. 61), uma vez que a tendência excessiva pode levar à inversão da prioridade e colocar o sexo acima das demais necessidades. É necessário “impor-lhes os três mais fortes freios - o temor, a lei e o discurso verdadeiro.” (*ibidem*, p.61-62). O pai, como responsável pelo controle, faz essas imposições em meio às refeições, durante os sermões na mesa de jantar, colocando as leis e os cuidados que todos devem tomar sobre seus impulsos e, assim, mantê-los submissos: “(...) era também na mesa, mais que em qualquer outro lugar, onde fazíamos de olhos baixos o nosso aprendizado da justiça.” (NASSAR, 1989, p.76). Às vistas do poder, é fundamental oprimir para que não haja subversão, mas as consequências fogem do seu domínio.

A subversão não é uma oposição à opressão, pois é alimentada por ela. O desejo tende a crescer à medida que lhe é estabelecida uma limitação, como é feito pelo pai em *Lavoura Arcaica*.

Os controles familiares [...] funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter de escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. (FOUCAULT, 2017a, p. 50)

A subversão se dissemina por meio do poder opressor, propagando seus desejos e afirmando-os. A sexualidade toma a seu cargo o poder e apresenta-se como um dever a ser cumprido pelo sujeito que é oprimido. Acerca do sexo, “o poder jamais estabelece relação que não seja de modo negativo: rejeição, exclusão, recusa, barragem ou, ainda, ocultação e mascaramento” (*ibidem*, p.91), fazendo com que a subversão a esse poder seja nutrida de forma ainda mais consistente e excessiva, intensificando o desejo do proibido. O desejo sub-

versivo não é anulado pelo poder, nem estão em lados opostos; eles se confundem em suas instâncias, movem-se simultaneamente em um jogo de mecanismos complexos.

A desordem implodida na família, suscitada pelo desejo e sexualidade subversivos, vai construindo uma tensão que precisa escapar dos limites impostos. Após André tentar subverter a lei do pai relacionando-se intimamente com a irmã, essa tensão chega ao seu máximo e precisa ser restaurada à ordem. “Se se admitir que o limiar de toda cultura é o incesto interdito, então a sexualidade, desde tempos imemoriais, está sob o signo da lei e do direito.” (FOUCAULT, 2017a, p.120). A proibição ao incesto não se limita apenas ao indivíduo, ela atinge a toda sociedade que é afetada pela prática desautorizada. Assim, através da provável morte de Ana pelas mãos do pai, Iohána busca retomar a lei que fora transgredida pelos seus subordinados.

Entre soberano e súditos, já não se admite que seja exercido em termos absolutos e de modo incondicional, mas apenas nos casos em que o soberano se encontre exposto em sua própria existência: uma espécie de direito de réplica. [...] Mas, se foi um deles [súditos] que se levantou contra ele [soberano] e infringiu suas leis, então, pode exercer um direito sobre sua vida: matá-lo a título de castigo. Encarado nestes termos, o direito de vida e a morte já não é privilégio absoluto: é condicionado à defesa do soberano e à sua soberania. (FOUCAULT, 2017a, p.145)

O pai, se concebido como o poder soberano, tem o direito sobre a vida e a morte de seus filhos, uma vez que estão sob sua guarda. “São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros.” (*ibidem*, p.148). O incesto com Ana representa a transgressão e a consumação do desejo subversivo dentro da esfera familiar, configurando-se uma ameaça ao poder da família que precisava ser exterminado: “o alfanje estava ao alcance de sua mão, e, fendendo o grupo com a rajada de sua ira, meu pai atingiu com um só golpe a dançarina oriental.” (NASSAR, 1989, p.190). Para restaurar a lei, deve-se aniquilar o que lhe impede. Com efeito, a arma da lei é a morte. Todavia, ao matar a filha, Iohána “torna-se o responsável por terminar de destruir a tradição que ele tanto queria preservar.” (LOTITO, 2007, p.26). Novamente, a sexualidade é agente decisivo na história de *Lavoura Arcaica*, seu poder dissemina o caos e duela com a cultura. “A sexualidade provoca inúmeras desavenças, ciúmes, rancores e lutas; é uma ocasião permanente de desordem, mesmo nas mais harmoniosas comunidades.” (GIRARD, 1990, p. 50). Dessa forma, um dos poderes da sexualidade é de causar dano mesmo onde isto não lhe é comum, como uma forma de castigo por a admitir. Mas, por que Ana é a vítima dessa expiação?

Como a família de *Lavoura Arcaica* está baseada em um modelo de sociedade patriarcal machista, a qual constitui “um sistema de representações-dominação que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre os homens e as mulheres, reduzindo-os a sexos hierarquizados” (DRUMONT, 1980, p.82), Ana é considerada o objeto dominado que pertence à figura masculina, representada por Iohána e, uma vez submissa ao poder e ao que ele representa, o incesto simboliza a contestação de André à cultura e ao poder de que faz parte. Nesse contexto, por ser mulher, Ana é mais culpada do que André na relação incestuosa.

No raciocínio que considera o sangue menstrual como a materialização de todas as violências sexuais, não há definitivamente nada de incompreensível; podemos perguntar, além disto, se o processo de simbolização não responde a uma obscura “vontade” de lançar toda a violência exclusivamente sobre a mulher. Através do sangue menstrual, efetua-se uma transferência da violência, estabelecendo-se um monopólio de fato em detrimento do sexo feminino. (GIRARD, 1990, p. 51)

Estando, portanto, a sexualidade e a violência em tensão constante, Ana é transformada no bode expiatório que dissipará o caos na relação de poder. A figura carregando objetos que remetem aos prazeres mundanos, atinge os preceitos seculares que tornam a mulher como primeira culpada do pecado original.

[...] Ana (que todos julgavam sempre na capela) surgiu impaciente numa só lufada, os cabelos soltos espalhando lavas, ligeiramente apanhados num dos lados por um coalho de sangue (que assimetria mais provocadora!), toda ela ostentando um deboche exuberante, uma borra gordurosa no lugar da boca, uma pinta de carvão acima do queixo, a gargantilha de veludo roxo apertando-lhe o pescoço, um pano murcho caindo feito flor da fresta escancarada dos seios, pulseiras nos braços, anéis nos dedos, outros aros nos tornozelos, foi assim que Ana, coberta com as quinquilharias mundanas da minha caixa, tomou de assalto a minha festa, varando com a peste no corpo o círculo que dançava [...] (NASSAR, 1989, p. 188)

O autoritarismo e poder patriarcal, mais uma vez, é abalado pela sexualidade exposta e a punição acontece. Ao golpear Ana, o pai está tentando atingir a subversão que acompanha aquele momento da dança. O poder da sexualidade entra em combate com o poder da tradição, cujo titular acaba por si mesmo lançando-se contra.

(...) não teria a mesma gravidade se uma ovelha se inflamasse, ou se outro membro qualquer do rebanho caísse exasperado, mas era o próprio patriarca, ferido nos seus preceitos, que fora possuído de cólera divina (pobre pai!), era o guia, era a tábua solene, era a lei que se incendiava — essa matéria fibrosa, palpável, tão concreta, não era descarnada como eu pensava, tinha substância, corria nela um vinho tinto, era sanguínea, resinosa, reinava drasticamente as nossas dores. (NASSAR, 1989, p.191)

O pai, ao castigar Ana, acaba de demolir as ruínas sobre as quais sua palavra estava firmada. A tradição e a lei são provocadas pela sexualidade, cujo poder age com tamanha força que destrói aquele que está em seu caminho, resultando também na morte do pai. O poder da sexualidade irrompe um novo ciclo, coordenando a tradição, a palavra e o desejo envoltos em seus domínios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa leitura de *Lavoura Arcaica* buscou perceber as manifestações de subversão ao poder dentro de um contexto familiar patriarcal rígido, observando-as, sob a óptica das relações de poder e sexualidade proposta por Michel Foucault, como uma perturbação que ultrapassa os limites impostos pela autoridade e promove fissuras na ordem.

Partindo desse pressuposto, este texto trouxe à luz a subversão ao poder presente no discurso autoritário e na sexualidade reprimida das personagens. Foi possível revelar o poder que há na palavra, o qual se estabelece de forma ambígua, autorizando ao mesmo tempo que desautoriza seu titular; tornando, assim, o próprio discurso como uma possibilidade de subversão ao que outrora foi uma ordem.

Além disso, observou-se a relação que há entre sexualidade e subversão dentro de um contexto rígido e opressor, pontuado pelo desejo interdito que transgrede as leis impostas. Salienta-se, ainda, que a sexualidade feminina é demonstrada, no romance, como uma força que atinge a fissura do autoritarismo em uma sociedade patriarcal.

Considerando, portanto, a proposta de traçar um diálogo entre *Lavoura Arcaica* e os estudos de Michel Foucault, foi possível observar os mecanismos de sexualidade e poder inseridos no romance e apontar as manifestações de subversão dentro do contexto estudado. Partindo dessas considerações, vê-se que o autoritarismo evidente no romance de Nassar é passível de inúmeras discussões e investigações futuras, bem como a teoria de Foucault em relação aos mecanismos de poder e sexualidade. O poder que gera o autoritarismo atrai as subversões que se apresentam por meio da palavra e da sexualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BÍBLIA. *Bíblia de estudo de Genebra*. Tradução: João Ferreira de Almeida. São Paulo: Cultura Cristã / Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

DRUMONT, Mary Pimentel. *Elementos para uma análise do machismo*. Perspectivas, São Paulo, 3: 81-85, 1980.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Org. Roberto Machado. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade 1: a vontade do saber*. Trad. Maria Teresa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017a.

FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Trad. Maria Teresa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017b.

GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. Trad. Martha Conceição Gambini. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1990.

LOTITO, Denise Padilha. *Expressividade e Sentido: um estudo estilístico das metáforas de Lavoura Arcaica*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007.

NASSAR, Raduan. *Lavoura arcaica*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

A FICÇÃO CIENTÍFICA DISTÓPICA DE PRIMO LEVI E O NOVO CORONAVÍRUS: O VÍCIO DE FORMA DA TECNOLOGIA

PRIMO LEVI'S DYSTOPIAN SCIENCE FICTION AND THE NEW CORONAVIRUS: THE FORMAL DEFECT OF TECHNOLOGY

Aislan Camargo Maciera ¹

Luciana Massi ²

Carlos Sérgio Leonardo Júnior ³

Resumo: A pandemia do novo coronavírus tornou corrente a ideia de que estamos vivendo uma distopia. Instigados por essa ideia, exploramos neste ensaio o potencial de textos de ficção científica distópica para tensionar a noção de verdade científica ao omitir informações e gerar incertezas sobre a realidade, envolvendo artefatos tecnológicos que condicionam as possibilidades de vida e sociabilidade, como na novela *A máquina parou* de E. M. Forster. A partir do conto “Proteção” da obra *Vício de forma* de Primo Levi — judeu, químico e sobrevivente da Shoá —, discutimos sua percepção de ciência e estabelecemos um paralelo com nosso contexto abordando a tecnologia como cerceamento da liberdade e da verdade e como ampliação que limita a vida humana. Esperamos que esse ensaio contribua para que esse subgênero literário siga cumprindo o papel de nos alertar para os perigos iminentes da nossa sociedade.

Palavras-chave: Ficção científica; Distopia; Primo Levi; Coronavírus; Tecnologia.

Abstract: The new coronavirus pandemic has made the idea that we are living in the eminences of a dystopia. Instigated by this idea, we explore in this essay the potential of dystopian science fiction texts to tension the notion of scientific truth by omitting information and generating uncertainties about the reality, involving technological artifacts that condition the possibilities of life and sociability, as in the novel *The machine stops* by E. M. Forster. Based on the short story “Protection” from the book *Formal defect* by Primo Levi — Jew, chemist and survivor of Shoá —, we discuss his perception of science and we establish a parallel with our context approaching technology as a restriction on freedom and truth and as an extension that limits human life. We hope this essay may help this literary subgenre to continue fulfilling their alert role for the imminent dangers of our society.

Keywords: Science fiction; Dystopia; Primo Levi; Coronavirus; Technology.

1 Pesquisador de Pós-Doutorado e professor colaborador de Literatura Italiana do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP/São Paulo). E-mail: aislan@usp.br

2 Professora assistente do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Araraquara) e do Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciência da Faculdade de Ciências da UNESP/Bauru. E-mail: luciana.massi@unesp.br.

3 Mestrando em Educação para a Ciência na Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Bauru). Licenciado em Química pelo Instituto de Química da UNESP/Araraquara. E-mail: carlos.leonardo@unesp.br

A pandemia gerada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) alterou significativamente a nossa forma de vida e sociabilidade. A rápida disseminação do vírus e os efeitos causados pela doença ao redor do mundo colocaram-nos diante de diversas incertezas e medos, que exigem a busca por respostas imediatas, soluções da ciência ou até mesmo por refúgio e salvação.

Contudo, o Brasil se transformou em um experimento vivo de criação de variantes, de um Estado suicidário — pautado na violência estatal e na destruição de corpos (SAFATLE, 2020) — e do experimento da extrema direita, que ilustra claramente a estratégia de investir na crise como reação à crise social e histórica do capitalismo (MASCARO, 2020). A consequência do pensamento obscurantista desses governantes — e o reflexo das políticas de austeridade por eles conduzidas e implementadas nos últimos anos — é o sucateamento que a saúde, a ciência e a educação sofrem a partir do corte, congelamento e teto de recursos a elas destinados.

Todo esse contexto é responsável, por exemplo, pelo desconhecimento de grande parte da população sobre noções básicas da ciência, tais como: a diferença entre vírus e bactéria (e entre verme, que é combatido por um vermífugo receitado como prevenção à contaminação por um vírus); o processo de imunização pelas vacinas; a precarização das condições de trabalho e de qualidade do serviço da saúde pública; ou ainda a ausência de tecnologias básicas e de pessoal qualificado dedicado à pesquisa. A crise do capitalismo contemporâneo é agravada pela pandemia (MASCARO, 2020), impedindo o vislumbre de alternativas a um sistema que aceita a existência de patentes, que enriquecem uns poucos bilionários, às custas da divulgação da informação, da imunização e da vida de milhares de pessoas de países pobres ou geridos por políticas genocidas.

A FICÇÃO CIENTÍFICA DISTÓPICA E OS NOVOS MAPAS DO INFERNO

O cenário catastrófico que se apresenta, agudizado recentemente por desastres ambientais, parece conter elementos que podem caracterizar uma distopia: a desesperança, a invisibilidade de uma saída e a impotência. Essas são marcas de cenários distópicos apresentados pela literatura principalmente a partir da primeira metade do século XX, quando o grande avanço científico e tecnológico — consequência da Segunda Revolução Industrial — apresentou ao mundo uma nova realidade, povoada pelas máquinas, por um novo estilo de vida e por uma nova forma do indivíduo perceber a realidade. Foram três as distopias clássicas dessa época: *Nós* (1921) de Yevgeny Zamyatin, *Admirável mundo novo* (1932) de Aldous Huxley e *1984* (1949) de George Orwell.

De acordo com Suvin (2010, p. 383, grifo do autor, tradução nossa), uma distopia é a “[...] construção de uma comunidade específica onde as instituições sociopolíticas, normas e relações entre as pessoas estão organizadas de acordo com um *princípio radicalmente diferente* [menos perfeito] em relação à comunidade do autor”. Segundo Becker (2017), os governos autoritários, a presença da guerra e os desastres ambientais marcam esse tipo de literatura. O tensionamento da verdade também costuma ser um tema importante nas distopias, pois ela está diretamente relacionada ao controle da linguagem, uma vez que “[...]”

a ordem oficial hegemônica da maioria das distopias [...] apoia-se, como Antonio Gramsci observa, tanto na coerção como no consenso” (MOYLAN, 2000, p. 148).

No Brasil, Estado suicidário de Jair Bolsonaro, vivenciamos as barbáries de um poder político que ultrapassa o autoritarismo (SAFATLE, 2020). Com a pandemia da COVID-19, as tecnologias podem estar contribuindo para o cerceamento da liberdade e da verdade e para ampliar os limites da vida humana. O termo Infodemia (*Infodemic*) foi cunhado para se referir à crise comunicativa (PÉREZ-DASILVA, AYERDI, GALDOSPÍN, 2020) de circulação de mensagens falsas (*fake news*) sobre a pandemia. Assim, a sociedade parece caminhar para um cenário de ficção científica distópica, subgênero literário da distopia na qual a sociedade distópica se baseia não em princípios sociopolíticos, mas em princípios relacionados à ciência (biológicos, geológicos, químicos etc.) (MOYLAN, 2000; SUVIN, 2010). A distopia encontrou na ficção científica um gênero fértil e popular, capaz de aprofundar análises conflitantes com o utopismo de que uma sociedade melhor só é possível com auxílio da ciência e suas tecnologias (MOYLAN, 2000).

A ficção científica distópica se desenvolveu, principalmente, após a II Guerra Mundial, tecendo os “novos mapas do inferno” (MOYLAN, 2000). Porém, há exemplos significativos anteriores, nascidos entre o final do século XIX e o início do século XX, que se colocam na contramão do excessivo entusiasmo pelos avanços tecnológicos daquele momento.

Um dos textos mais ilustrativos dentro daquilo que pretendemos expor é a novela *A máquina parou* (1909) de E. M. Forster. A narrativa, pouco conhecida entre os leitores brasileiros é, efetivamente, uma das primeiras ficções científicas distópicas da literatura (MOYLAN, 2000; SUVIN, 2010). Nela, o autor cria um mundo alternativo, em tempo e espaço indefinidos, caracterizado pela perda da individualidade para um coletivismo tecnologicamente moderno dominado pela Máquina, criada pelo próprio homem, que passou a controlar toda a organização da sociedade e sua comunicação, sem que as novas gerações conhecessem os princípios do seu funcionamento, norteados por um manual e adorando-a cegamente.

Na história, acompanhamos Vashti em suas atividades cotidianas dentro de sua célula com iluminação artificial, um quarto onde ela permanece grande parte do tempo sentada sobre uma cadeira móvel e onde dispõe de diversos aparatos tecnológicos para se comunicar com os outros, ouvir música, dar palestras, dormir etc. Sua célula é uma das diversas células que compõem uma espécie de colmeia subterrânea, uma vez que a superfície terrestre é considerada inóspita devido à qualidade do ar. Com a ascensão da Máquina, o contato humano direto foi desencorajado, bem como a religião e a admiração pela natureza. “Pouca gente viajava naqueles dias já que, graças à ciência, a Terra era exatamente igual por toda parte. Os relacionamentos inesperados, nos quais a civilização havia depositado tantas esperanças no passado, tinham desaparecido” (FORSTER, 2018).

A história possui características que se aproximam de uma ficção científica distópica épica devido à presença da personagem Kuno, filho de Vashti, que representa o indivíduo divergente por questionar alguns princípios do sistema e conseguir escapar por um período para a superfície, percebendo que as condições “do lado de fora” não estão ruins como diziam. Depois que a comunidade é surpreendida pelas catastróficas falhas no sistema da Máquina, surge uma esperança em Vashti e Kuno de que haja vida na superfície. De acor-

do com Moylan (2000), a distopia épica possui um compromisso utópico e uma resistência ativa, indicando uma possibilidade de mudança, enquanto que a distopia mítica, também chamada de pseudo-distopia, tem uma postura antiutópica e uma resistência passiva, gerando um paradigma social; um texto distópico pode estar localizado em qualquer região do *continuum* que existe entre essas duas formas literárias.

A forte presença da tecnologia na nossa sociedade vem acompanhada de promessas de maior liberdade e acesso às informações. A ficção científica distópica denuncia os limites dessas supostas liberdades e verdades e permite estabelecer relações com o momento vivido atualmente. Alguns autores associam as mensagens falsas ao modo de produção e circulação de ideias na internet e nas mídias sociais, em que qualquer pessoa é produtora de informações, a difusão das mensagens é bastante ampla e variada e existem poucas formas seguras de verificação das informações (TANDOC JR.; LIM; LING, 2018; DELFINO; PINHO NETO; SOUSA, 2019; ALCANTARA; FERREIRA, 2020). Lima, Calazans e Massi (2021) alertam que esse fenômeno expressa a contradição sobre o monopólio da comunicação disputado por grandes multinacionais e empresas de mídias sociais, em que as multinacionais reivindicam a legitimidade da informação como forma de reação ao crescente mercado das mídias sociais.

A Máquina parou nos remete à pandemia causada pelo novo coronavírus e ao isolamento social por apresentar uma comunidade na qual o contato humano é evitado, não devido ao perigo de contaminação por um vírus, mas porque o toque era considerado desnecessário e poderia atrapalhar a mente. Assim, uma suposta liberdade maior da mente é condicionada a uma limitação, não vista pelos personagens como um cerceamento, como a suposta liberdade da internet, que vem acompanhada da dificuldade no estabelecimento da confiabilidade da informação.

Quando Vashti se afastou dos raios de sol e se desequilibrou, dando um grito, a atendente fez um gesto incivilizado: estendeu a mão para ampará-la.

“Como se atreve!”, disse a passageira. “Você passou dos limites!”

A atendente ficou confusa e pediu desculpas por não a ter deixado cair. As pessoas nunca tocavam umas nas outras. Esse costume tornara-se obsoleto, devido à Máquina. [...]

O dia arrastava-se, cansado. Os passageiros permaneciam sentados em suas cabinas, evitando-se mutuamente com uma repulsa quase física e ansiando por estar de novo abaixo da superfície da Terra. (FORSTER, 2018)

De forma similar, estamos confinados em nossas casas, à mercê das tecnologias para nos comunicarmos com amigos e familiares ou até trabalharmos. A capacidade de conjectura própria da ficção científica é explorada de maneira brilhante por Forster, que em 1909 imaginou ferramentas de comunicação virtual (Skype, Google Meet, Zoom etc.) que hoje, mais de 100 anos depois, podem ser acessadas facilmente em nossos computadores,

tablets e smartphones. A novela nos leva aos questionamentos: Estamos, com as tecnologias, efetivamente mais próximos e livres para nos comunicar? Quem controla essas formas de comunicação e restringe a nossa liberdade?

Um dos contos de ficção científica distópica do químico e escritor italiano Primo Levi (1919-1987), intitulado “Proteção”, também remete para essa questão. Levi foi um autor conhecido e difundido pela literatura de testemunho, nascida da experiência como prisioneiro da Alemanha nazista em um dos campos de concentração e extermínio do complexo de Auschwitz, durante a II Guerra Mundial. Sobrevivente da *Shoá*, ele também escreveu diversos contos fantásticos e de ficção científica ao longo de sua carreira, e em alguns deles, assim como Forster em *A máquina parou*, apresenta diversos paralelos com a situação de distopia latente que estamos vivenciando devido à pandemia. Levi viveu toda sua juventude no regime fascista de Mussolini até ser enviado para Auschwitz. Entendemos, portanto, que vivenciou diretamente experiências distópicas que se refletem em sua obra. Levi vivenciou com Hitler o único experimento de Estado suicidário anterior ao que estamos vivenciando (SAFATLE, 2020).

A FICÇÃO CIENTÍFICA E A VIDA DISTÓPICA DE PRIMO LEVI

Primo Levi foi um grande autor de narrativas ficcionais que caminham no território do fantástico e da ficção científica. Sua obra revela, desde o início, uma intensa articulação entre literatura e ciência, na qual é possível reconhecer a perspectiva investigativa e analítica adotada por ele como método, na tentativa de compreender o mundo. Esse movimento é claramente ilustrado no seu primeiro trabalho, *É isto um homem?* (1947). Nele, Levi reflete sobre o processo de desumanização vivido no campo de concentração, quase como um observador que, ao adotar esse olhar analítico para a experiência traumática vivenciada, consegue, ainda que parcialmente, se distanciar daquela realidade para melhor compreendê-la.

Após publicar seu segundo livro, *A trégua* (1963), narrativa que conta a “odisseia” da volta para casa após a liberação do campo de Auschwitz pelos russos, Primo Levi atinge relativo sucesso de crítica e público, inserindo-se no ambiente intelectual italiano. Para além da literatura de testemunho, desde a volta para casa, Levi já se dedicava a escrever alguns contos de ficção, que foram publicados de forma esparsa em alguns jornais e periódicos nas décadas de 1950 e 1960. Uma das principais influências para o autor, nessa perspectiva, era Aldous Huxley. Em diversos ensaios e entrevistas, bem como na publicação de sua antologia pessoal⁴, Levi elogia o escritor inglês que, ferido pela guerra, assim como ele, demonstrava por meio de sua obra, sobretudo aquela produzida entre as décadas de 1920 e 1940, (LEVI, 2016, p. 8) “uma sincera preocupação com o destino da humanidade”.

O primeiro volume de contos do autor foi lançado pela Einaudi em 1966, com o título de *Histórias naturais*. Pela primeira vez, o químico trazia ao grande público sua ficção, com narrativas que poderiam, se analisadas superficialmente, ser classificadas como simples

4 Em 1981, Primo Levi publica pela Einaudi o volume *La ricerca delle radici* (ainda sem tradução para o português), uma antologia pessoal na qual expõe os autores que mais contribuíram para a sua formação, tanto como químico quanto como escritor.

ficção científica. É importante ressaltar que tal gênero era considerado pela crítica, naquele momento, como um gênero secundário dentro da literatura, formado por textos de pouca profundidade e que tinham como objetivo o entretenimento. Dessa forma, *Histórias naturais* foi lançado sob o pseudônimo Damiano Malabaila, um artifício editorial, já que tanto Levi quanto seu editor temiam uma recepção negativa por parte do público e da crítica.

De fato, muitas foram as críticas negativas aos “divertimentos” de Levi. Mas aquilo que elas pareciam não enxergar é um ponto fundamental acerca da sua obra literária: não há, rigorosamente, nenhuma página escrita por Primo Levi que se dissocie da memória e da experiência como prisioneiro dos nazistas. Nesse sentido, todos os contos reunidos em *Histórias naturais* e no volume posterior, *Vício de forma* (1971), apresentam como pano de fundo a preocupação central de Levi: a condição humana em situações-limite, em contextos nos quais o *ser* humano é ameaçado. Em *Vício de forma*, encontramos exemplos de sua ficção científica distópica, que, segundo Mori (2015), apresentam dois temas recorrentes: 1) personagens que mal sabem do seu contexto; e 2) personagens pós-humanos devido à manipulação da natureza humana (física e mental). A autora define “[...] essa falta de consciência como *sconoscenza* (um substantivo italiano incomum que pode ser traduzido como ‘desconhecimento’)”⁵ [...]” (MORI, 2015, p. 275, tradução nossa).

Diferente da novela de Forster, os contos de ficção científica distópica de Levi se enquadram em uma região do *continuum* antinômico, conforme a caracterização de Moylan (2000), localizada mais próxima das características de uma distopia mítica ou pseudo-distopia. Entretanto, Mori (2015, p. 285, tradução nossa) afirma que o autor não deve ser considerado um escritor antiutópico, pois ele cria cenários em que parece não “[...] haver qualquer esforço da estrutura de poder para criar um modelo de perfeição. Em vez disso, os universos de Levi parecem ser ‘armadilhas’ das quais uma humanidade infeliz e perdida não sabe mais como escapar [...]”.

VÍCIO DE FORMA: ENTRE A CIÊNCIA, A TECNOLOGIA E O FUTURO DA HUMANIDADE

A obra *Vício de forma* possui contos escritos entre 1968 e 1970, que nascem a partir da percepção, por parte do autor, de uma ruptura, uma fissura estrutural presente no mundo em que vivia, de um vício de forma que frustra alguns aspectos da nossa civilização ou do nosso universo, apresentando-se em seus contos como uma realidade caótica, hiperdisciplinada e inquietante.

Inicialmente, a coletânea deveria intitular-se *Desumanismo*⁶ (tradução nossa), termo que evoca questões ligadas à preocupação com a dissolução daquilo que é humano, evocando questões ligadas ao *Lager*, aos campos de extermínio e ao uso da ciência e da tecnologia no mundo contemporâneo. No prefácio à segunda edição da obra, o autor explica a atmosfera na qual nasceram as

5 O termo é utilizado por Primo Levi, por exemplo, em *A trégua*, seu segundo livro. No trecho, Levi destaca que seus interlocutores pareciam se proteger “em uma fortaleza de ‘desconhecimento’ voluntária”, evitando ouvir o testemunho daqueles que, como ele, tinham sobrevivido aos horrores do Lager. O termo, em suma, intensifica o significado de ignorância, incapacidade de discernimento ou de demonstrar reconhecimento.

6 Conforme correspondência editorial de 10 de dezembro de 1970, na qual o editor transmite ao autor uma cópia do contrato para a publicação.

histórias que compõem o livro, marcada por uma visão apocalíptica daqueles anos. Grande parte das narrativas ali presentes trazem o tema da servidão imposta pela tecnologia, da submissão do homem à máquina. Além disso, esse é o livro que Levi mais traz ironia e humor, apesar do pessimismo visível em suas histórias.

A ideia do “vício de forma”, já expressa na apresentação de *Histórias naturais*, traduz a teoria científica do caos determinístico, que trata de sistemas complexos e dinâmicos, que têm em sua natureza a faculdade fundamental da instabilidade. Assim, Levi trata o avanço da técnica e da tecnologia de forma reticente, uma vez que é imprevisível determinar os desdobramentos que delas podem surgir. O autor utiliza a metáfora do “vício de forma” como maneira de expressar a falta de capacidade do pensamento humano em dar uma solução para problemas que comprometem o futuro da humanidade sobre a Terra. Na apresentação editorial do volume, provavelmente escrita pelo autor, a essência das narrativas é indicada por meio de considerações a respeito do futuro da humanidade (BELPOLITI, 2015). Levi questiona se no século XXI existiriam historiadores: segundo ele, a humanidade parece a cada dia “perder todo o interesse pelo passado” e preocupar-se mais em “desembaraçar o novelo do futuro”, e talvez perdesse, assim, o “gosto pelas obras do espírito em geral, dedicando-se unicamente a sobreviver”; tragicamente, conclui que, talvez, “no próximo século, a humanidade simplesmente deixe de existir” (BELPOLITI, 2015, p. 236, tradução nossa).

A formação e o conhecimento científico do autor, aliados à curiosidade que ele nutria pelas descobertas da ciência e pelos avanços tecnológicos — Levi era leitor assíduo da revista estadunidense *Scientific American* —, geram essa visão potencialmente catastrófica e pessimista, que antecipa elementos da nossa realidade. De acordo com Lukács (1968, 2018), a obra de arte autêntica é realista e tem o potencial de prever o futuro, não em um sentido metafísico, mas por ser um reflexo⁷ peculiar da realidade objetiva e possibilitar representações que condensam no típico (personagens e situações) problemas humanos que atravessam toda a história da sociedade de classes. O típico “[...] representado na obra deve se revelar como momento exatamente previsto, como momento necessariamente conservado na continuidade do desenvolvimento da humanidade” (LUKÁCS, 2018, p. 217). O escritor genial se coloca no lugar do típico de forma a pressentir o que ele prevê; ele realiza antecipações que não são matematicamente precisas, mas que têm base em tendências concretas da história humana, o que aproxima a literatura realista do verdadeiro humanismo (LUKÁCS, 1968, 2018). No processo de criação, escritores de ficção científica podem ter ajuda da ciência e da filosofia como “[...] instrumento para compreender com maior profundidade, riqueza e amplitude os fenômenos da vida” (LUKÁCS, 2018, p. 157).

Os contos de *Vício de forma* proporcionam uma espécie de meditação a respeito dos avanços científico-tecnológicos, que devem ser analisados dentro da sua complexidade em relação, inclusive, com os contextos sócio-políticos e históricos no qual estão inseridos. Diz Levi, ainda na apresentação editorial (BELPOLITI, 2015, p. 237, tradução nossa), que “enquanto metade do mundo ainda espera os benefícios da técnica”, a outra metade já tocou o solo lunar e está “intoxicada pelo lixo acumulado em poucas décadas”. E complementa: “não há escolha; à Arcádia não se retorna mais, e somente da técnica, e só dela, poderá vir a restauração da ordem planetária, o concerto do

7 No reflexo estético da realidade, a particularidade é o termo mediador e de convergência dos movimentos da dialética singular-particular-universal. “[...] existe um movimento da particularidade à universalidade (e vice-versa), bem como da particularidade à singularidade (e ainda vice-versa), e em ambos os casos o movimento para a particularidade é o conclusivo” (LUKÁCS, 2018, p. 153).

‘vício de forma’” (LEVI, 1971, tradução nossa)⁸. Importante associar esse distanciamento da ciência vivenciado por alguns e seu transbordamento sentido por outros em relação à vacinação contra a COVID-19, reconhecida pela própria OMS como um “apartheid de vacinas”, em que alguns países cogitam aplicar a terceira dose desnecessária apenas para não doar seu excedente para países que sequer aplicaram a primeira dose. No Estado suicidário de Bolsonaro, dinheiro público é investido em estudos sobre a terceira dose enquanto há falta de vacinas e prazos de intervalo vacinal têm sido desrespeitados por falta de doses (MUNDO..., 2021). Nesse cenário, como afirma Mascaro (2020, p. 25), “a materialidade econômica da exploração pode se fazer compreender para além da materialidade político-ideológica do capital que constitui o imediato das subjetividades”.

Os contos que formam o volume em questão podem ser considerados uma metáfora que ilustra parte da história da segunda metade do século XX. Algumas das narrativas abordam, por exemplo, as leis raciais, que são responsáveis pela segregação das minorias étnicas e religiosas, e a guerra, conduzida por ferramentas nascidas do avanço técnico-científico, que são dois dos eventos que caracterizam o século XX. Dentro desse universo, optamos pelo conto “Proteção” por considerá-lo realista, segundo o entendimento de Lukács (1968), e por ser uma metáfora que ilustra nossos tempos de isolamento social, incertezas, negacionismos, autoritarismo e dependência das tecnologias. Destacamos que, embora toda obra de arte realista seja partidária no sentido de expressar tomadas de posição do artista diante das lutas históricas, sua essência não é ser política nem ser transformadora da realidade; portanto, a literatura realista não precisa ser panfletária e levantar bandeira para sensibilizar o ser humano (LUKÁCS, 1968, 2018). Não procuramos no conto uma articulação profunda com a atualidade, pois a literatura envolve outros elementos, como o reflexo estético da realidade. Considerar o conto um fragmento da realidade é rebaixar a dialética do seu reflexo e torná-lo uma mera cópia fotográfica, e o prazer estético consiste na receptividade de uma realidade que “[...] é mais intensa do que a experiência obtida na própria realidade objetiva e que, precisamente nesta intensidade, revela imediatamente a oculta essencialidade real (LUKÁCS 2018, p. 265). Nosso objetivo, portanto, é identificar elementos estéticos que possibilitam estabelecer paralelos/metáforas com a atualidade, como procuramos demonstrar com a novela de Forster.

A TECNOLOGIA COMO CERCEAMENTO DA LIBERDADE E DA VERDADE E COMO AMPLIAÇÃO QUE LIMITA A VIDA HUMANA

O conto “Proteção” apresenta, seguindo uma constante presente nas distopias, uma sociedade — também em tempo e espaço indeterminados — em que a ameaça de micrometeoritos obriga, por lei, todos os cidadãos a usarem couraças pesadas (em torno de 6 quilos), que cobrem seu rosto, dificultando a alimentação e a respiração. Teorias conspiratórias cercam esse cenário, apontando para os exorbitantes lucros de grandes empresas, como a General Motors, que teria interesse na venda das couraças, e destacam o envolvimento da mídia, que noticia todo tipo de morte, como infarto, quando ocorrida durante o uso da couraça ou como resultado dos micrometeoritos, quando ocorrida sem a couraça. As-

⁸ Escrito por Primo Levi na “orelha” do livro.

sim, percebemos na sociedade imaginada por Levi que a ciência supostamente investigou esse fenômeno dos micrometeoritos — ainda que sem o devido esclarecimento ao público quanto aos critérios de verdade adotados nessa investigação — e produziu uma alternativa tecnológica para proteção da população.

Percebe-se ainda que a posse de recursos permite o uso de couraças mais confortáveis por serem mais leves e feitas sob medida, portanto, novamente a tecnologia beneficia de modo distinto os grupos sociais em função do seu pertencimento de classe. Paralelos com essa situação podem ser identificados, por exemplo, no desenvolvimento de modelos de máscara de proteção contra o coronavírus mais confortáveis e sofisticados, mais eficazes e com tecnologias acopladas. A partir da distopia iminente que estamos vivendo, é válida a conjectura de que essas máscaras de proteção podem vir a ser as novas vestimentas ou acessórios para o corpo humano, assim como as couraças em “Proteção”. As relações materiais econômicas também são fundamentais no conto e na realidade objetiva da pandemia, quando entendemos que essa crise do capitalismo contemporâneo culmina na pandemia como produto direto do modo de exploração da natureza e de produção de alimentos — que promove o contato de humanos com animais silvestres decorrente da queimada de florestas para criação de animais, que representam outra forma de contaminação e surgimento de pandemias. Após a instauração da crise sanitária, diversas formas de crise econômica emergem, desde a criação da falsa dicotomia entre empregos ou vidas até a configuração do apartheid de vacinas.

Todos esses elementos se manifestam no conto de Levi por meio da conversa entre dois casais de amigos que se reúnem para jantar. Roberto e Elena apresentam-se na casa dos amigos Enrico e Marta, vestidos com couraças estilizadas, diferentes daquelas geralmente utilizadas pela maioria das pessoas: “Elena vestia um esplêndido conjunto em aço AISI 304, com soldas em argônio quase invisíveis”, e Roberto, seu esposo, “envergava uma couraça leve, de modelo insólito”, ao que tudo indica, fora das especificações; era mais leve, como o próprio personagem explica: “Pesa seis quilos e oitocentos, faltam apenas duzentos gramas para o padrão, mas ninguém vai perceber” (LEVI, 2005, p. 178). O paralelo com o mercado de vacinas e os *sommeliers* de vacinas brasileiros revelam um dos aspectos perversos da crise do capitalismo brasileira e do Estado suicidário, em que alguns, por terem vagas garantidas em hospitais, escolhem quais vacinas tomar, enquanto outros sequer conseguiram sobreviver até a chegada das vacinas no Brasil — como demonstram diversos estudos sobre a alta mortalidade entre a população brasileira mais pobre e negra.

Diante dos questionamentos de Marta e Enrico a respeito das couraças vindas da Inglaterra, Elena e Roberto revelam a sensação de conforto que elas proporcionam, o que os fazem querer usá-las, mesmo desconfiando da existência dos micrometeoritos. Essa desconfiança aponta para elementos de autoritarismo governamental, que usa a ocultação da verdade como forma de controle da população. Percebemos nas personagens uma obtusidade como escudo protetor, conforme apontado por Mori (2015), para se adaptarem à realidade distópica imersa em medo e desconhecimento. A obtusidade “[...] implica uma capacidade humana diminuída de agir por meio de uma estratégia de sobrevivência baseada na limitação da própria inteligência” (MORI, 2015, p. 283, tradução nossa).

Levi nos traz mudanças significativas nos relacionamentos a partir da obrigatoriedade no uso das couraças de proteção. A partir de um pensamento da personagem Marta exposto pelo narrador onisciente, o autor nos propõe a reflexão, apontando o fim dos relacionamentos mais íntimos e próximos:

Um capítulo encerrado, se não por outros motivos, pelo incômodo caso da proteção obrigatória, que fazia com que não se soubesse se quem estava na frente era um jovem ou um velho, bonito ou feio, todos os encontros se limitando a uma troca de vozes e ao brilho de um olhar no fundo da viseira. Ela nunca entendera como uma lei tão absurda pôde ter sido votada; e no entanto Enrico lhe explicara várias vezes que os micrometeoritos eram um perigo verdadeiro, tangível, que havia vinte anos a Terra estava atravessando uma nuvem deles, e que bastava apenas um para matar uma pessoa, penetrando-a num instante, de lado a lado (LEVI, 2005, p. 179).

No conto, salta aos olhos também a desconfiança de alguns a respeito da “verdade”. Roberto nega que as mortes são causadas, em sua maioria, pelos micrometeoritos, e sentencia que “[...] tudo não passa de balela. Os casos de ‘morte pelo céu’, como agora se diz, são poucos e em proporção ridícula”; segundo ele, a maioria das mortes se davam por “congestões, infartos ou outros incidentes” (LEVI, 2005, p. 179). A antevisão de Levi é verdadeiramente espantosa, evidenciando sua genialidade ao construir personagens e uma situação distópica típicos e conseguir expressar — a partir deles e auxiliado pela sua formação científica e filosófica e pela sua vivência em Auschwitz — tendências estruturadas na concreta luta pela sobrevivência humana na sociedade de classes, de tal forma que hoje, em 2021, conseguimos traçar paralelos do seu conto com a realidade (LUKÁCS, 2018, 1968). A personagem em questão representa algo que, nos tempos atuais, faz parte da realidade de quem trabalha com educação, comunicação e ensino: o negacionismo. Nossa sociedade está marcada por uma horda de pseudo-estudiosos que se apegam a teorias da conspiração para negar fatos e dados empíricos, e construir pós-verdades intimamente ligadas a seus interesses ideológicos e pessoais. Pregam o revisionismo da história, contestam descobertas científicas, negam dados estatísticos e espalham, sobretudo por meio das redes sociais — muitas vezes com o auxílio de algoritmos e robôs — notícias falsas. Destacamos ainda a contagem realizada pelo site Aos Fatos em janeiro de 2021 (FREITAS; NALON; MOURA, 2020): em 741 dias do atual governo, foram proferidas 2228 mentiras pelo presidente Jair Bolsonaro. Safatle (2020) destaca que esse negacionismo muitas vezes implica em autodestruição, sendo essa uma das marcas que evidenciam a vivência do fascismo no Estado suicidário brasileiro.

Em outro trecho de “Proteção”, Roberto diz:

É tudo armação, lhes garanto. O infarto é cada vez mais frequente, mas é uma instituição que não serve a ninguém: em regime de pleno emprego, simplesmente tentaram utilizá-lo, e pronto. Se quem sofre um ataque está sem couraça, foi um MM, um micrometeorito, e sempre se encontra um perito para confirmar o laudo; se a couraça existe, então se caracteriza o infarto, e ninguém se importa. (LEVI, 2005, p. 179)

É evidente o paralelo que podemos estabelecer entre Roberto e aqueles que, em nossos dias, questionam o número de infectados e mortos pela COVID-19, a sua letalidade, a sua existência ou ainda as tentativas de maquiagem dos dados divulgados pelo governo, focando nos recuperados ao invés dos infectados como estratégia de ocultação da verdade, característica de governos autoritários. Reiteramos que esse efeito não é acidental, mas fruto de uma política característica do Estado suicidário e parte da estratégia de gestão da crise pela crise adotada por governos de extrema-direita (MASCARO, 2020; SAFATLE, 2020). No entanto, ele não é o único personagem a questionar a nova realidade imposta pela existência dos micrometeoritos. Em determinado ponto do diálogo entre os casais, Marta diz que “criaram uma necessidade; eles são muito bons em criar necessidades” (LEVI, 2005, p. 180). A indeterminação pessoal expressa pelo verbo na terceira pessoa do plural intensifica a desconfiança das duas personagens. Assim como na realidade imaginada por Levi, hoje faz parte do pensamento e das convicções de muitos (incluindo nosso governo) daqueles que negam a gravidade da situação de pandemia pela qual passamos, a existência de uma teoria da conspiração.

No conto, o uso de uma armadura supostamente amplia os limites da proteção da pele humana contra os micrometeoritos e, portanto, permite a continuidade da vida, embora possamos questionar que tipo de sociabilidade é possível nessa nova condição.

“[...] nela eu me sinto tão *snug* quanto uma barata num tapete. Protegida como numa fortaleza, e à noite, quando vou para a cama, me dispo de má vontade.”

“Protegida contra o quê?” [pergunta Marta]

“Não sei, contra tudo. Contra os homens, o vento, o sol e a chuva. Contra o smog e o ar contaminado e os dejetos radiativos. Contra o destino e contra todas as coisas que não se vêem nem se prevêem. Contra os maus pensamentos e contra as doenças e contra o futuro e contra mim mesma. Se não tivessem feito aquela lei, creio que ainda assim eu teria comprado uma couraça.” (LEVI, 2005, p. 180-181)

Essa colocação nos remete a um dos recursos das distopias e de regimes autoritários, em geral: a ocultação da verdade e a criação de inimigos imaginários. O atual chefe do executivo brasileiro costuma destacar seu apreço pela verdade (no sentido bíblico); porém, assessorado e apoiado pelas mais diversas correntes de pseudo-intelectuais — terraplanistas, antivacinas e afins — e por uma milícia digital vociferante e automatizada, sua “verdade” é aquela forjada pelo negacionismo e pelo revisionismo, atendendo ao propósito de criação de uma nova narrativa, que distorce fatos, ideologias e processos históricos e gera inimigos imaginários contra os quais se deve lutar. Alguns inimigos são semanalmente escolhidos, e entre os mais citados estão a China — que teria espalhado o vírus propositalmente pelo mundo a fim de “dominá-lo” ou ainda teria implantado *chips* nas vacinas para controlar as pessoas — e o comunismo, o sempre presente inimigo a ser derrotado. Alguns estudos mapearam essas estratégias de mensagens falsas revelando as contradições sociais e históricas que revestem esses enunciados (ALCANTARA; FERREIRA, 2020; LIMA, CALAZANS,

MASSI, 2021). Segundo Lima, Calazans e Massi (2021, p. 266), a manipulação é uma regra fundamental no conflito de classes, ainda que de forma variável em cada período histórico; assim, “as mensagens falsas são fruto de um modelo de produção que busca sua manutenção mesmo que isso custe a dizimação a classe trabalhadora”.

O decreto de “estado de calamidade pública” adotado por diversos municípios, estados e países, como forma de facilitar o combate à pandemia, revela tanto uma preocupação com o bem-estar social quanto uma possibilidade de instauração de regimes autoritários. Várias reflexões nesse sentido aparecem em artigos publicados por estudiosos na imprensa internacional, dentre as quais podemos citar aquelas do filósofo italiano Giorgio Agamben. Em artigo publicado em fevereiro de 2020⁹, diante do iminente *lockdown* a ser decretado na Itália, observava que determinadas medidas de restrição poderiam provocar “um verdadeiro e próprio estado de exceção” e concluía dizendo que “o estado de medo que se difundia entre os indivíduos, poderia traduzir-se em pânico coletivo, ao qual a pandemia oferecia um pretexto ideal” (AGAMBEN, 2020a, tradução nossa). Na opinião do filósofo, “a limitação das liberdades impostas pelos governos é aceita em nome de um desejo de segurança induzido pelos mesmos governos, que agora intervêm para satisfazê-lo” (AGAMBEN, 2020a, tradução nossa). Destacamos que a perspectiva de Agamben, naquele momento, ainda se pautava por um certo desconhecimento acerca dos efeitos da COVID-19 e das consequências que seriam causadas pela quarentena.

Em outro artigo publicado posteriormente, em 27 de março de 2020, intitulado “Reflexões sobre a peste”, Agamben questiona “a facilidade com a qual uma sociedade inteira aceitou sentir-se contaminada, isolar-se em casa e suspender as suas normais condições de vida, as suas relações de trabalho, de amizade, de amor e até mesmo as suas convicções religiosas e políticas” (AGAMBEN, 2020b, tradução nossa). As posições de Agamben são polêmicas, sobretudo quando, ao longo das suas reflexões, indica a comparação do confinamento e do isolamento social a campos de concentração, e suscitam a reação de outros pensadores da contemporaneidade, como Roberto Esposito, que se debruça sobre o conceito de biopolítica cunhado por Michel Foucault. Mas devemos considerar que o discurso de Agamben, de fato, desperta a reflexão, a partir do momento em que nos provoca com as perguntas: Até quando a situação de exceção irá perdurar? E quando — e se — ela acabar, quais liberdades nos serão devolvidas?

A partir da possibilidade de geração de um permanente autoritarismo, podemos trazer o exemplo do governo da Hungria, ligado à chamada extrema-direita: o primeiro-ministro Viktor Orbán, a partir de um decreto que instaura leis especiais sob a situação de pandemia, obteve poderes extraordinários que o permitiram concentrar todas as decisões em suas mãos. O estado de emergência por tempo indeterminado permitiu perseguições políticas, prisões de opositores — um ativista da oposição foi detido, em maio de 2020, por criticar as ações do executivo no Facebook, e teve seus dispositivos eletrônicos apreendidos (WALKER; RANKIN, 2020).

O contexto suscitado pelo conto dialoga com nosso contexto atual, mas ao contrário da ficção de Levi, é importante destacar que vivenciamos um perigo real que precisa ser

9 Artigo publicado em 23 de fevereiro de 2020, no qual Agamben ainda considerava que as medidas de isolamento social eram exageradas. O texto, que causou polêmica, foi seguido de outros nos quais o filósofo tratou diretamente da recente pandemia, a partir de duas perspectivas: como o contexto da pandemia reduziu a vida humana a uma exclusiva luta pela sobrevivência; e como as medidas adotadas pelas autoridades podem fazer surgir estados de exceção.

combatido de diversas formas, incluindo instrumentos de proteção como as máscaras, a vacinação e o isolamento social. Por outro lado, essa narrativa distópica nos alerta para a possibilidade de uma extrapolação dos perigos e das formas possíveis de proteção, ressaltando os riscos que podem decorrer desses exageros, afinal, governos autoritários “são muito bons em criar necessidades”, como nos alerta Levi. Além disso, Mascaro (2020) e Safatle (2020) defendem que a agudização da crise pode ser o estopim para mudanças efetivas na sociedade em direção a novas formas de vida, de produção e novas subjetividades.

VERDADE, DISTOPIA, AUTORITARISMO E O NOVO CORONAVÍRUS

Vimos que enquanto *A máquina parou* de Forster apresenta características que tendem para uma distopia épica, o conto “Proteção” de Primo Levi tende para uma distopia mítica (MOYLAN, 2000), uma vez que não são evidenciadas possibilidades de mudança e superação e de se chegar a uma verdade a respeito do que está por trás do uso das armaduras. O conto aproxima-se da novela na medida em que não aborda como a sociedade chegou àquela situação e como está organizada, e devido à relação das tecnologias com a sociabilidade. Contudo, em “Proteção”, as personagens parecem estar controladas por uma “força invisível” indetectável, controladas física e mentalmente pelo medo e pela impossibilidade de conhecerem o que de fato acontece à sua volta. Mas isso não quer dizer que não haja uma verdade: Levi parece nos alertar para os perigos dessas armadilhas morais do desconhecimento, que possuem a ciência como aliada, evidenciando “vícios de forma” da tecnologia que se modificam de forma rápida e imprevisível.

Encontramos em seus contos uma visão ambivalente dos avanços científicos e tecnológicos. O autor, que representa um caso único de contato entre a cultura científica e a humanística, traz em seus escritos tal concepção ambivalente: por um lado, exalta a capacidade humana de, por meio do conhecimento científico, buscar melhorias nas condições de vida ou curas para doenças; por outro lado, por meio das atmosferas obscuras de suas narrativas, expõe a descrença na mesma ciência, que se desenvolvia sem se preocupar com questões éticas e humanistas. O autor encontra na ficção científica distópica o modelo de literatura capaz de apresentar-se como porta-voz da capacidade humana de criar, mas também de destruir.

O conhecimento e o contato com os avanços científicos e tecnológicos do período pós II Guerra Mundial trazem a Levi a matéria-prima de seus contos, pautados pela incerteza a respeito do futuro, e nos quais encontramos uma visão crítica e de alerta, apontando para os problemas de uma sociedade cômoda e obtusa guiada pela ciência e suas tecnologias. Nesse ponto, o conto de Primo Levi nos convida a refletir sobre quais são os desdobramentos possíveis a respeito de nosso futuro, o futuro pós-pandemia. Muitos estudiosos trazem a real possibilidade do surgimento de um novo mundo, diferente daquele que conhecemos até agora, em partes devido ao possível acirramento de posturas governamentais autoritárias. Independentemente do viés — pessimista ou otimista — a respeito do futuro da humanidade, todos parecem dizer que precisamos nos reinventar. A literatura é reflexão. E, nesse caso, é fantasia que nos faz pensar na nossa própria realidade.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. L'invenzione di una epidemia. *Quodlibet*, 26 fev. 2020(a). Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-l-invenzione-di-un-epidemia>. Acesso em: 13 jan. 2021.
- AGAMBEN, G. Riflessioni sulla peste. *Quodlibet*, 27 mar. 2020(b). Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-riflessioni-sulla-peste>. Acesso em: 13 jan. 2021.
- ALCANTARA, J.; FERREIRA, R. R. A infodemia da “gripezinha”: uma análise sobre desinformação e coronavírus no Brasil. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*, n. 145, p. 137-162, dez. 2020.
- BECKER, C. V. *Inscrições distópicas no romance português do século XXI*. 2017. 180 f. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- BELPOLITI, M. *Primo Levi: di fronte e di profilo*. Milano: Ugo Guanda, 2015.
- DELFINO, S. S.; PINHO NETO, J. A. S.; SOUSA, M. R. F. Desafios da sociedade da informação na recuperação e uso de informações em ambientes digitais. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 17, p. 1-16, nov. 2019.
- FORSTER, E. M. *A máquina parou*. Tradução de Teixeira Coelho. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2018. *E-book*. Paginação irregular.
- FREITAS, A.; NALON, T.; MOURA, B. (ed.). Em 741 dias como presidente, Bolsonaro deu 2228 declarações falsas ou distorcidas. *Aos Fatos*, Rio de Janeiro, 11 jan. 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- LEVI, P. *Vizio di forma*. Torino: Einaudi, 1971.
- LEVI, P. *71 contos de Primo Levi*. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- LEVI, P. *O ofício alheio*. Tradução de Silvia Massimini Felix. São Paulo: UNESP, 2016.
- LIMA, G. S.; CALAZANS, M. M.; MASSI, L. Mensagens falsas sobre o novo coronavírus: legitimidade e manipulação na luta de classes. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, n. 147, p. 259-280, ago. 2021.
- LUKÁCS, G. Marx e Engels, historiadores da literatura. In: LUKÁCS, G. *Marxismo e teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 7-161.
- LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria da estética*.

São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

MASCARO, A. L. *Crise e pandemia*. São Paulo: Boitempo, 2020. *E-book*. Paginação irregular.

MORI, R. Worlds of “un-knowledge”: dystopian patterns in Primo Levi’s short stories. *Science fiction studies*, v. 42, n. 2, p. 274-291, nov. 2015.

MOYLAN, T. Part two: dystopia. In: MOYLAN, T. *Scraps of the untainted sky: science fiction, utopia, dystopia*. Boulder, CO: Westview, 2000. p.111-199.

MUNDO vive apartheid de vacinas contra Covid-19, diz diretor da OMS. *G1*, 17 maio de 2021. Coluna Bem Estar, Vacina. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2021/05/17/mundo-vive-apartheid-de-vacinas-contr-covid-19-diz-diretor-da-oms.ghtml>. Acesso em: 25 ago. 2021.

PÉREZ-DASILVA, J.-Á.; AYERDI, K.; GALDOSPÍN, T. Fake news y coronavirus: detección de los principales actores y tendencias a través del análisis de las conversaciones en Twitter. *El profesional de la información*, v. 29, n. 3, p. 1-22, maio 2020.

SAFATLE, V. Bem-vindo ao Estado suicidário. *AGB-Campinas*, 05 abr. 2020. Geral. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/site/2020/vladimir-satafle-bem-vindo-ao-estado-suicidario/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

SUVIN, D. A Tractate on dystopia 2001. In: SUVIN, D. *Defined by a hollow: essays on utopia, science fiction and political epistemology*. Oxford, UK: Lang, 2010. p. 381-412.

TANDOC JR., E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining “fake news”: a typology of scholarly definitions. *Digital journalism*, v. 6, n. 2, p. 137-153, ago. 2018.

WALKER, S; RANKIN, J. Hungary’s coronavirus laws prompt new showdown with Brussels. *The Guardian*, 13 maio. 2020. World, Europe, Hungary. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2020/may/13/hungary-viktor-orban-coronavirus-laws-prompt-new-showdown-with-brussels>. Acesso em: 25 ago. 2021.

COMO AS DISTOPIAS NASCEM? LITERATURA DISTÓPICA CONTEMPORÂNEA E A POLÍTICA BRASILEIRA¹

Antonio Rediver Guizzo²
Maíra Soalheiro Grade³

Resumo: Neste artigo, propomos um breve passeio por um pequeno excerto da literatura distópica contemporânea, a partir do qual estabelecemos pontos de contato entre o contexto político atual, em que repetidamente presenciamos a assunção ao poder de candidatos de extrema direita ou extrema esquerda que, semelhantemente, legitimam diferentes formas de violência contra opositores e posicionamentos ideológicos divergentes, no que tange às crises democráticas, ao recrudescimento do capitalismo liberal e à exceção como técnica de governo, em obras como *Cadáver Exquisito* (2017) de Agustina Bazterrica, *Nación Vacuna* (2017) de Fernanda Garcia Lao, *The Handmaid's Tale* (1985) de Margaret Atwood e *Soumission* (2015) de Michel Houellebecq.

Palavras-Chave: Literatura distópica contemporânea; pós-política; democracia em crise; capitalismo liberal; estado de exceção.

Abstract: In this article, we propose a brief tour through a short excerpt from contemporary dystopian literature, from which we establish points of contact between the current political context, in which we repeatedly witness extreme right or extreme left candidates taking power, who, similarly, legitimize different forms of violence against opponents and divergent ideological positions, with regard to democratic crises, the upsurge of liberal capitalism and the exception as a government technique, in books such as *Cadáver Exquisito* (2017) by Agustina Bazterrica, *Nación Vacuna* (2017) by Fernanda Garcia Lao, *The Handmaid's Tale* (1985) by Margaret Atwood and *Soumission* (2015) by Michel Houellebecq.

Key Words: Contemporary dystopian literature; post-politics; democracy is in crisis; state of exception.

Zeitgeist – O espírito do nosso tempo

1 Este artigo é resultado do projeto de pesquisa “Imaginários da Violência na Literatura Latino-Americana – literaturas do fim do mundo”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através de Bolsa de Produtividade em Pesquisa – PQ-2.

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada (PPGLC) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa – PQ-2. E-mail: antonio.guizzo@unila.edu.br.

3 Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Pós-Graduada Lato Sensu em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera-Uniderp e Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: maasoalheiro@hotmail.com. Atualmente é analista judiciária junto ao Tribunal de Justiça do Paraná e Presidente do Conselho Municipal de Enfrentamento às Violências do Município de Santa Helena/PR.

No século XIX, ao constituir-se como disciplina, a sociologia toma emprestado termos do campo lexical das ciências médicas para explicar os fenômenos sociais. Palavras como órgão, organismo, membro, corpo, sistema, remédio evidenciam uma estreita relação semântica entre corpo humano e sociedade. De lá para cá, a batalha política central é estabelecida em torno da disputa simbólica pela definição do que é patológico em uma sociedade e, conseqüentemente, qual seria o estado de normalidade.

Dos clássicos *Admirável mundo novo* (1932) de Aldous Huxley e *1984* (1949) de George Orwell aos contemporâneos *Cadáver Exquisito* (2017) de Agustina Bazterrica, vencedor do prêmio Clarín em 2017, *Nación Vacuna* de Fernanda Garcia Lao (2017), *The Handmaid's Tale* (1985) de Margaret Atwood (adaptada para a televisão pelo canal de streaming *hulu* em 2017), e *Soumission* (2015) de Michel Houellebecq, vencedor do prêmio Goncourt em 2015, a literatura distópica busca representar, em diferentes contextos ficcionais, as conseqüências nefastas de regimes governamentais totalitários. O que estas obras têm em comum? Governos que atuam em nome da luta contra uma patologia social maior.

O controle da linguagem e, sobretudo, dos corpos; o ordenamento jurídico sob permanente estado de exceção; a ausência de limites do poder soberano; a violência institucional autorizada; a violência simbólica como programa de persuasão das massas contra os opositores; a exclusão de grupos sociais (os *homines sacri*); a influência decisiva de crenças religiosas e/ou ideológicas nas ações governamentais; a promoção do medo do outro (ou das diferenças em *lato sensu*) como fator de coesão social são algumas características comuns aos universos representados nestas obras.

No entanto, tais características não se restringem aos universos ficcionais, e a literatura distópica contemporânea parece representar um “espírito do tempo” que rapidamente se dispersa pelos regimes democráticos ocidentais. Em outras palavras, o cenário político atual assiste à assunção ao poder de candidatos de extrema direita ou extrema esquerda que, semelhantemente, legitimam diferentes formas de violência contra opositores e posicionamentos ideológicos divergentes e pretendem normatizar a quase ou totalidade das dimensões sociais. Governos para os quais, conforme destaca Giorgio Agamben (2004, p. 13), “o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante”, paradigma para o qual é necessária a “criação” discursiva de um estado de emergência permanente, contra o qual medidas antidemocráticas, provisórias e excepcionais tornam-se um técnica cotidiana de governo.

Conservadores ou revolucionários, em busca de um passado idealizado ou de um futuro libertador, a ruptura (particípio passado do verbo latino *rumpere* - quebrar, partir, romper) com o presente parece ser a solução mágica a todos os problemas e, em conseqüência, a violência promovida pelo Estado tenta impor-se como necessária à urgente recuperação de um mundo ideal perdido no passado - *MAKE America great again*, slogan da campanha de Donald Trump - ou à transformação radical de um presente de opressão rumo a um futuro promissor - *Patria socialismo o muerte*, slogan de Hugo Chavez que virou lema militar obrigatório em todos os atos de serviço das Forças Armadas venezuelanas.

Neste artigo, propomos um breve passeio por obras distópicas e, a partir delas, tecemos uma leitura de eventos políticos da atualidade, sobretudo brasileiros. É possível evidenciar, no texto, a ausência de critérios específicos no recorte do objeto; entretanto, tal abertura

propõe uma “visada compreensiva” das vibrações de um corpo social (Maffesoli, 2010) sem a pretensão de estabelecer um sistema de explicação orientado em causas e consequências. A pergunta do título não será respondida, permanecerá como provocação a outras leituras e a outras relações que possam ser estabelecidas pela perspectiva de diferentes leitores.

LITERATURA DISTÓPICA E POLÍTICA CONTEMPORÂNEA: FRONTEIRAS IMPRECISAS

A violência do Estado, mascarada sob diferentes justificativas e caracterizada pela urgência, é representada em diferentes nuances na literatura distópica contemporânea. Em *Cadáver Exquisito* (2017) da escritora argentina Agustina Bazterrica, um vírus letal infecta todos os animais do planeta, que são sacrificados para evitar a extinção da humanidade. O governo, pressionado pela milionária indústria da proteína animal, legaliza o consumo de carne humana e a criação para abate. Estudos científicos surgem para justificar a medida governamental ao apontar a imprescindibilidade do consumo de proteína animal para a subsistência humana. O nome dado ao processo de reorganização social em torno do novo hábito alimentar é denominado “*Transición*”, a carne humana passa a ser chamada pelo termo eufemizado “*carne especial*”. Enquanto isso, os protestos contrários à medida, as suspeitas de que a ação governamental apenas visava à extinção dos pobres e imigrantes e as teorias de que o vírus é uma farsa são silenciados.

Um suposto estado urgente de necessidade, a pressão do capital econômico, a repressão dos opositores e a invisibilização da violência estatal por meio de ressignificações linguísticas e da ratificação das medidas através do discurso científico são alguns dos elementos do romance que problematizam este imaginário de transformação, no qual a violência torna-se passo necessário para a cura dos males sociais.

A violência como uma fase do processo que nos levaria a um ideal utópico de sociedade também caracterizou o pensamento político e filosófico que antecedeu as duas grandes guerras, sobretudo na filosofia de dois dos maiores pensadores da época.

Tanto para Hegel como para Marx, tudo se passa como se só através da violência pudéssemos mudar e só através da mudança pudéssemos obedecer a um destino teleológico que nos carregaria até o futuro no qual - finalmente - a violência cessaria, pois, sendo esse um futuro ideal utópico perfeito, nada mais precisaria ser mudado nele. Hegel o chama de Estado de Liberdade, e Marx, de sociedade sem classes. (Duarte, 2015, p. 69)

Obviamente, assumida a violência como parte de um movimento de transformação, surge a necessidade da construção discursiva de um grau zero a partir do qual a violência deve ser percebida socialmente ou, quando excessivamente visível, uma linha a partir da qual a violência caracteriza-se como legítima ou ilegítima. Como observa Slavoj Žižek (2014), a violência visível e ilegítima deve ser experimentada como uma perturbação, uma patologia do estado normal e pacífico da sociedade pelos indivíduos; enquanto a violência simbólica (promovida pelas ideologias dominantes) e violência institucional (promovida

pelos sistemas econômicos, políticos e jurídicos) devem constituir a percepção do “estado normal” das coisas. Esta também é a finalidade observada por David Lapoujade nos discursos oficiais que ocultam ou legitimam a violência.

[...] fazer desaparecer a violência, requalificar a violência como justiça. Não há mais violência, há somente ações de justiça e operações policiais (a serviço da justiça). Em outras palavras, a violência nunca está do lado da violência legítima, mas sempre do outro lado - revolta, insubmissão, insubordinação, protesto -, razão pela qual, aliás, se deve exercer a justiça legitimamente [...] Essa é a lógica do Estado ou dos aparelhos de poder: não somos violentos, a violência vem sempre de fora (2015, p. 80).

Assim, autorizam-se as técnicas excepcionais de governo, e a violência, quando ostensiva a ponto de não se deixar dissimular, legitima-se eficazmente por meio da ideia de “sacrifício em favor de”.

Esta é a ideia central de *Nación Vacuna* (2017) da escritora argentina Fernanda García Lao. O romance narra a história de uma Argentina que, após a derrota na guerra em “las M”⁴, opta por contar à população que saiu vencedora do conflito. Frente à ausência dos heróis da guerra vencida, inventa-se a história de que o exército inimigo, após a derrota e enquanto os combatentes argentinos comemoravam, envenenou as águas da ilha, matando a muitos dos heróis e deixando os outros com uma terrível doença contagiosa que limita as funções intelectuais. Parte da população contesta o abandono de seus heróis, e a Junta que governa o país desenvolve um projeto que visa encontrar mulheres saudáveis e aptas para, depois de vacinadas contra o contágio da doença, serem enviadas à ilha com a finalidade de engravidar dos combatentes, que sobreviveram em estado de demência, e trazer ao continente filhos desses heróis da guerra e, assim, confirmar a grandeza da pátria. Deste modo, em uma história em que o futuro do país exige a manutenção de uma narrativa fantasiosa e os corpos das mulheres são transformados em instrumento de redenção social, quatro voluntárias são supostamente enviadas a *las M*. Caso não sobrevivam, serão elevadas à categoria de “*Ciudadana Ilustre*” por Decreto.

A mistura de exploração sexual e patriotismo em *Nación Vacuna* ilustra ironicamente os custos de um regime totalitário de governo em que a ideia de “sacrifício em favor de” torna-se elemento indispensável da coesão social. Mortes misteriosas, mecanismos disciplinares de controle dos comportamentos, vigilância das manifestações contrárias à ideologia estatal e a presença constante de uma suposta ameaça externa são, entre outros, os instrumentos necessários à preservação do imaginário de uma gloriosa e promissora nação. Imaginário que, por contradizer a realidade, tem como custo um complexo e violento mecanismo de controle que tem como ponto central a ideia do sacrifício em favor de um bem maior, responsável pela manutenção de uma delirante coesão social incapaz de perceber os excessos governamentais.

4 Las M é provavelmente alusão à Guerra das Ilhas Malvinas; embora esta não seja nomeada em momento algum do romance.

No universo ficcional de *The Handmaid's Tale* (1985) de Margaret Atwood, ocorre um desastre climático que contamina com radiação o meio ambiente e, entre outras consequências, acaba por esterilizar a maioria das mulheres. Concomitantemente, por meio de guerra civil conflagrada no território americano, fundamentalistas religiosos assumem o poder e transformam os Estados Unidos da América na *República de Gilead*. Semelhantemente ao que acontece em *Nación Vacuna*, os corpos das mulheres se tornam propriedades de um Estado autoritário e marcado pela influência da religião, e as mulheres que ainda podem gerar filhos passam a viver como aias nas casas de integrantes do alto escalão do Exército, sendo obrigadas a manter relações sexuais com os *Comandantes*, a fim de cumprirem a função de gerar filhos para as famílias que detêm o poder político, econômico e religioso da nação. O destino das mulheres não pertencentes à elite e que não são capazes de engravidar (assim como das feministas e homossexuais) é ainda mais impiedoso – denominadas *Não mulheres*, são condenadas a trabalhar em lugares chamados de *colônias*, nos quais os níveis de radiação são altíssimos, causando a morte em um período curtíssimo de tempo.

É interessante notar que Offred, a protagonista, relata que a passagem de uma sociedade democrática para o estado de exceção retratado no romance não foi decorrente de uma ruptura instantânea. No período que antecedeu a criação da teocracia totalitária de *Gilead*, havia relatos na mídia a respeito de homens e mulheres encontrados mortos e torturados em circunstâncias não esclarecidas, mas como tais fatos não ocorriam com pessoas próximas à personagem, acabavam por ser ignorados e não eram interpretados como sinais de que um golpe à democracia estava prestes a acontecer. Ou seja, atos de extrema violência eram percebidos pela população como eventos reprováveis, porém isolados, não pertencentes a um movimento ideológico que em breve tomaria o poder no país.

Mas qual a relação entre essas três narrativas, além de pertencerem a um gênero distópico e serem escritas por mulheres? E o que tal relação ou coincidência teria a ver com a política contemporânea, sobretudo a brasileira? Em nossa leitura, trata-se da relação entre sacrifício e ordem social.

A ideia de “sacrifício em favor de”, obviamente, causa incidentes indesejáveis mesmo na percepção daqueles que são favoráveis aos regimes totalitários de governo; entretanto, tais incidentes, na lógica do bem maior, tornam-se desculpáveis, visto que são percebidos como danos colaterais admissíveis no tratamento (ou prevenção) de “patologias sociais” de maior gravidade. Sob esta lógica, o governante transforma-se em soberano, localizado em um limiar que, conforme demonstra Agamben (2002), não é fonte externa nem supressor do ordenamento jurídico, mas uma espécie de estrutura originária na qual o direito volta-se sobre a vida e a inclui no ordenamento através da suspensão do valor em si. Este é o movimento observado nos romances acima citados, a soberania que se transforma em “o ponto de indiferença entre violência e direito, o limiar em que a violência transpassa em direito e o direito em violência” (*ivi*, p. 38).

Retornando às formas contemporâneas de atuação governamental, Yascha Mounk, em *O povo contra a democracia* (2019), destaca como fenômeno da atualidade o gradual surgimento de democracias iliberais, regimes nos quais a maioria da população, por via de eleições democráticas, opta por subordinar as instituições independentes (tribunais superiores, Congresso Nacional etc.) às vontades de um governante visto como líder salvacionista, o

único capaz de trazer a harmonia social. Esta mesma maioria, conforme Yascha, também está cada vez menos disposta a tolerar os direitos de minorias étnicas e religiosas, compreendendo a restrição destes direitos como necessária à preservação de valores considerados essenciais para a coesão social.

Nesse sentido, Yascha Mounk caracteriza as democracias liberais como uma forma política que se fundamenta em três pontos igualmente problemáticos: a propagação, por parte dos líderes políticos, da crença na existência de uma solução rápida e fácil para os problemas sociais (quase sempre equivocada) que vai de encontro aos desejos da maioria, a defesa da supremacia irrestrita da vontade popular, mesmo quando contrária a concessões aos direitos ou interesses das minorias, e a tentativa de subordinar as instituições democráticas independentes ao arbítrio do executivo sob a justificativa do governante eleito representar a vontade do povo.

A atuação política orientada pela ideia de “sacrifício em favor de” favorece o desenvolvimento de um ambiente em que a tolerância a incidentes colaterais legitima a violência institucional, fato observado em acontecimentos como o de 06 de abril de 2019, em que integrantes do Exército Brasileiro, em uma operação realizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, dispararam 257 tiros em via pública contra um carro em que estava uma família e, posteriormente, alegaram ter confundido o carro com o de assaltantes. O motorista, um músico negro de 51 anos chamado Evaldo dos Santos Rosa, morreu durante a ação (Soares, 2019). O presidente Jair Bolsonaro, em declaração oficial sobre o acontecimento, afirmou que “O Exército não matou ninguém, não. O Exército é do povo e não pode acusar o povo de ser assassino, não. Houve um incidente, uma morte” e informou que seria investigada de quem foi a responsabilidade pelo acontecimento. Em outras palavras, a solução proposta para o caso foi a busca por uma responsabilização individual e o silenciamento quanto à forma de atuação do Estado no combate à criminalidade, opção que evidencia as entrelinhas do discurso de legitimação da violência estatal - nós (Estado) não somos violentos, a violência vem de fora; ou, na construção discursiva utilizada pelo presidente que apela a uma identificação gregária, nós, o povo (que somos o Estado), não somos violentos, “eles” são. Esse mecanismo ideológico de negação da violência, como o nomeia Marilena Chauí (2017), promove a circunscrição da violência ao campo da delinquência e da criminalidade e permite, de um lado, determinar quem são os agentes violentos (de modo geral, ladrões e assassinos pertencentes às classes populares) e, de outro, legitimar a violência policial contra a população pobre, os sem-terra, os negros, os indígenas, os moradores de rua, os favelados, os grevistas, os opositores políticos etc. (*ivi*, 2017, p. 40). Sob tal mecanismo, o excesso, mesmo quando demasiadamente visível, não coloca em questão a violência estrutural das forças policiais.

Ao lado da ideia de “sacrifício em favor de”, das narrativas distópicas ao contexto político jurídico brasileiro, poderíamos afirmar que também presenciamos uma política que renuncia ao elemento originário do político e elege o medo como princípio mobilizador, uma pós-política que se assenta na união assustadora de pessoas aterrorizadas, na intimidante tirania da maioria. Já não se trata mais, como na Grécia Antiga, da identificação da política com uma espécie de discurso racional no qual a linguagem é o campo da não-violência e da persuasão. Ao contrário, vivenciamos uma pós-política na qual a ideia de persuasão já não se vincula à expressão da verdade, mas à prática performática do convencimento.

Os combates ideológicos e as utopias de outrora, que pretendiam a compreensão científica do social e a proposição racional de outras realidades, perderam o lugar central no discurso político. A política, como observou Slavoj Žižek (2014), havia se tornado a administração especializada, objetiva, despolitizada e desinteressada da *Pólis*, e neste campo supostamente afastado das paixões, o afeto que melhor conseguiu se desenvolver foi o medo (e o seu correlato imediato: a raiva) – sentimento que participou ativamente da constituição tanto da subjetividade contemporânea quanto do rumo de inúmeras políticas públicas atuais nos quais são facilmente identificados o medo dos imigrantes, o medo do desemprego, o medo da criminalidade, o medo da “depravação” sexual, o medo do assédio, o medo da catástrofe ecológica, o medo das ameaças nucleares, etc.

Neste contexto, em que a política passa a ser campo do medo, os anseios despolitizados das massas dispersaram-se e tenderam a ser arregimentados por candidatos com tendências autoritárias, que assumiram o papel de animadores de um ódio desordenado, o papel do bem-compreensível vociferante da vizinhança (SLOTERDIJK, 2016). E investindo nessas paranoias, estes líderes horizontais, capazes de se transformarem em um denominador comum dos medos e dos anseios da grande massa das pessoas comuns, transformaram a política em um assunto simples. Como observa Mounk (2019), Donald Trump nos Estados Unidos, Nigel Farage na Grã-Bretanha, Fraude Petry na Alemanha e Marine Le Pen na França (e podemos incluir Jair Bolsonaro no Brasil) afirmam que as soluções para os problemas mais prementes de nosso tempo são bem mais simples do que o *establishment* político quer nos fazer crer e que a grande massa instintivamente saberia o que fazer.

Ou seja, encontramos-nos no mundo da pós-verdade⁵, um tempo em que os discursos políticos se caracterizam pelo apelo emocional, pouco importando a veracidade de seu conteúdo. Aos fatos se concede pouca ou nenhuma importância, e a pós-verdade constitui elemento central na configuração das relações sociais e na escolha daqueles que serão responsáveis por gerir a esfera pública. Christian Dunker, ao tratar sobre o nascimento da pós-verdade, afirma que sua principal característica é que requer “uma recusa do outro ou ao menos uma cultura da indiferença que, quando se vê ameaçada, reage com ódio ou violência”. (DUNKER, 2018, p. 28). Para a opinião pública, o que realmente importa é o apelo subjetivo do discurso e sua conformação com as convicções pessoais dos ouvintes. Dessa forma, precisamente neste ponto em que os medos, os ódios e a satisfação das convicções pessoais confluem, a pós-verdade adentra indissolúvelmente no populismo contemporâneo.

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, ao analisar o enfraquecimento das democracias ao redor do mundo na atualidade em *Como as democracias morrem* (2018), observam que, na era moderna, as democracias morrem lentamente nas mãos de líderes autoritários que não chegam mais ao poder através de um conflito armado, mas por meio de eleições legítimas e utilizam a lei para expandirem a própria autoridade e se perpetuar no poder.

Neste cenário, para Levitsky e Ziblatt, a melhor maneira de proteger a democracia na atualidade é evitar que candidatos com tendências autoritárias sejam eleitos. Para isso, os autores elencam quatro tipos de comportamento que ajudariam a reconhecer tendências autoritárias em aspirantes a cargos políticos: 1) rejeitam, em palavras ou ações, as regras

5 Aqui incluímos também a noção de *fake news*, visto não ser necessária a distinção ao argumento estabelecido, já que o foco comum é o apelo subjetivo/afetivo e não a questão da veracidade.

democráticas do jogo; 2) negam a legitimidade de oponentes; 3) toleram e encorajam a violência; e 4) dão indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia. (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018).

Durante o processo eleitoral do ano de 2018, Jair Messias Bolsonaro, atual presidente do Brasil, demonstrou todas as tendências listadas, conforme afirmou Levitsky em uma palestra realizada pela *Fundação Fernando Henrique Cardoso*. No que se refere à rejeição das regras democráticas do jogo, tal comportamento se evidenciou ao longo de toda a sua vida política, vez que, tanto durante seus mandatos como deputado quanto em seus discursos como candidato à Presidência, sempre exaltou a ditadura e afirmou que não houve golpe militar no ano de 1964.

Quanto à negação de legitimidade de oponentes, o atual Presidente, durante a campanha eleitoral, deixou claro que possuía a intenção de tipificar como terroristas os atos de movimentos sociais como o MST (*Movimento dos Trabalhadores Sem Terra*). Além disso, em um programa de televisão, afirmou que Fernando Henrique Cardoso (ex-presidente do Brasil) deveria ter sido morto pelo regime militar.

Em relação à tolerância e encorajamento à violência, é a tendência mais facilmente percebida no comportamento de Jair Messias Bolsonaro. Sobram exemplos de declarações que demonstram o apreço por armas de fogo, o incentivo à execução de “bandidos”, a defesa do uso da tortura etc.

Por fim, no que diz respeito às indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia, o Presidente utilizou sua conta no “Twitter” por diversas vezes para deslegitimar diversos meios de comunicação. Em uma dessas ocasiões, divulgou uma informação falsa a respeito de uma jornalista, fato que mereceu o repúdio de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), que divulgaram notas afirmando que se tratava de uma clara tentativa de uso de sua posição de poder para intimidar a mídia.

Aqui, outra relação possível com a literatura distópica contemporânea pode ser estabelecida através da obra *Soumission* (2015) de Michel Houellebecq que, em certa perspectiva, dialoga com um dos pontos centrais das obras de Yascha Mounk, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt: a lenta destruição da democracia a partir de seu próprio funcionamento interno (tal mecanismo também é evidenciado por diversos pesquisadores no governo de Jair Bolsonaro, como pode ser observado, por exemplo, na obra *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje* [2019]).

Na história de Houellebecq, o narrador em primeira pessoa, François, um conformista e enfadonho professor de literatura, acompanha a destruição da democracia na França por meio da assunção ao poder de Mohammed Ben Abbes, carismático candidato da Fraternidade Muçulmana que, depois de eleito, inicia uma série de mudanças sociais que lentamente consomem uma radical islamização da França. A despolitização das massas, o fim das ideologias, a decadência dos representantes da política do país, a criminalidade crescente, a falta de credibilidade nos meios tradicionais de informação e a indiferença e encastelamento da elite intelectual universitária são ingredientes da construção distópica da narrativa que permitem a instalação do regime totalitário de poder. Entretanto, dois outros pontos surpreendentes são a naturalidade com que o cenário distópico se instala e o cinismo com

que aqueles que compreendem o movimento político aceitam-no na medida em que são beneficiados.

Em *Soumission*, guerras, desastres ecológicos, vírus letais ou outras calamidades de grande proporção são totalmente desnecessárias, a distopia é o caminho natural da decadência da política ocidental. A Europa que já não tem condição de salvar a si mesma, o fim da democracia ocidental é inevitável, o que resta é a submissão.

Como observa Peter Sloterdijk (2012), quanto mais uma sociedade moderna se vê sem alternativa, mais sua elite se torna cínica, mais os representantes do poder ironizam suas próprias legitimações, e os valores fundamentais sob os quais se constitui a sociedade transformam-se imperceptivelmente em subterfúgios. Em outras palavras, os dominantes assumem com cinismo hipócrita as incongruências das próprias ideologias e ações. *C'est la vie*, é preciso ter ordem, diria François, o protagonista de *Soumission*, enquanto recolhe as benesses que o regime lhe oferece.

No governo de Jair Bolsonaro, a lenta destruição da democracia e o cinismo podem ser vistos, conforme Conrado Hübner Mendes (2019), através da dupla “pânico e circo”. Enquanto a instilação lenta e ininterrupta do pânico (através da pretensa ameaça à segurança física e patrimonial, à orientação sexual ou ao *status* social que todos estaríamos à mercê) visa justificar uma autoridade para o líder que se sobrepõe às instituições e à autonomia dos poderes (elementos que garantem o regime democrático); o circo é o espaço de alheamento alimentado pelas *fake news*, cinicamente construído para veicular descrições falsas ou adulteradas e ser blindado contra o contraditório.

QUO VADIS, MUNDO CONTEMPORÂNEO?

Se é verdade que a proliferação crescente de narrativas distópicas reflete um espírito do tempo que gradualmente se instala nos cenários políticos das sociedades contemporâneas, como evitar a gradativa corrosão das democracias e progresso do totalitarismo?

A primeira resposta sempre é a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos e de suas interações com o meio ambiente, sobretudo no que tange à melhoria de uma formação cultural, artística, política, histórica e científica que permita aos cidadãos uma melhor compreensão e administração da vida cotidiana e do futuro da *pólis*. Como consequência, assistiríamos ao fortalecimento da democracia liberal por meio do exercício de uma cidadania livre e responsável, na qual todos seriam capazes de tomar decisões com bases nos próprios conhecimentos, afastados das ameaças populistas e do recrutamento das massas pela via simplista dos afetos. Em síntese, investir em educação e no estado de bem-estar social.

Hoje, entretanto, surpreende-nos o uso de instrumentos que acreditávamos ser uma via para o esclarecimento necessário ao exercício democrático. Há alguns anos, era quase unânime a crença de que as novas tecnologias de comunicação social advindas do surgimento da internet seriam a ferramenta definitiva para o exercício dessa almejada cidadania livre e responsável, sobretudo pela real possibilidade que se vislumbrava de engajamento político dos cidadãos na governança pública. O acesso aberto, livre e horizontal das informações seria capaz de denunciar a fratura entre a realidade e os discursos políticos, jurídi-

cos e jornalísticos que intencionavam à dissimulação das desigualdades sociais e econômicas e à manutenção das relações assimétricas do poder e, conseqüentemente, o dispositivo imbatível para o aprimoramento da democracia. A sociedade civil, por fim, exerceria o protagonismo do poder que lhe é atribuído na idealização democrática e afastaria definitivamente do cenário político governos autoritários e/ou corruptos.

Entretanto, a realidade seguiu em direção oposta, e as mídias sociais tornaram-se um novo entrave à democracia. Como observa Christian Dunker (2017), em tempos de redes sociais, a verdade oscila de acordo com o objetivo político do detentor do discurso, e tais intenções parecem estar calcadas exclusivamente sobre a cultura de ódio e a recusa do outro. Instala-se assim o regime da pós-verdade, o conhecimento verdadeiro nada mais é do que aquele aceito como tal pela opinião pública, e o cinismo daqueles que compreendem a total inconsistência dessa perigosa forma de compreender a soberania popular torna-se o “discurso básico do espaço público e da vida laboral” (Dunker, 2017, p. 17).

Vivemos em uma sociedade onde milhões de pessoas compartilham criações fantasmagóricas de seus ódios, que se reproduzem e se proliferam a despeito de qualquer indício de realidade. E mesmo quando confrontados cabalmente com o real, haverá discursos ilógicos que facilmente serão assumidos como justificativas para negar a verdade factual.

E esses milhões de pessoas que representam o povo nas democracias liberais, como bem observa Yascha Mounk (2019, p. 29), estão cada vez mais iliberais, cada vez mais impacientes com o funcionamento das instituições independentes e cada vez menos dispostos a tolerar os direitos de minorias étnicas e religiosas. Ao mesmo tempo, como observa Sloterdijk (2016), o culto à personalidade orientado por uma idealização horizontal parece voltar a configurar as opções eleitorais da maioria. Não os “mais preparados”, mas aquele que “é como a gente” são os governantes atualmente eleitos. O líder das multidões é aquele que representa a síntese de todos esses medos e ódios e sabe eufemizar as faces do pavor e da ira por trás de uma vulgaridade cômica.

Yascha Mounk (2019, p. 33) destaca que “o nobre experimento da democracia multi-étnica só pode dar certo se todos os seus participantes começarem a pôr maior ênfase antes no que os une do que no que os divide”. A literatura distópica contemporânea, por sua vez, parece nos dizer que as únicas e possíveis conexões são o medo, a raiva, a mediocridade comunicativa dos líderes escolhidos pelas massas e a submissão autocomplacente e interessada de um grupo de intelectuais dispostos a servir como uma base pseudo-teórica para os mais gritantes disparates. As elites, dominadas pela pulsão autodestrutiva do capitalismo, assumem o controle do sistema político e, em troca de lucros cada vez mais imediatos e visivelmente não duradouros, acabam por expropriar lenta e continuamente os direitos que constituem o bem estar social e econômico da população.

Como dissipar tais paradoxos? O que fazer se o totalitarismo, como apontam tantas narrativas distópicas, for a consequência inevitável da expansão do capitalismo globalizado e a democracia liberal não for a última forma possível de governo, mas sim, a última e ineficaz tentativa de demover o capitalismo de sua estrutura autodestrutiva? O que fazer quando o espírito das massas pressente (sem compreender) essa potencial destruição e somente consegue responder pela via do medo e do ódio? Alguns felizardos terão a chance de fugir da República de Gilead e refugiar-se no Canadá, ou buscar asilo nos países nórdicos que

representam certo ideal do bem-estar social e da preservação da democracia (ideia presente no senso comum, mas que encontra conflitos com a realidade, sobretudo com a também ascensão de governos extremistas em alguns desses países). Seríamos, de fato, uma “sociedade ingovernável”, como afirma Grégoire Chamayou (2018), na qual o neoliberalismo já não se move por uma fobia ao Estado, mas a ele se alia, fazendo do autoritarismo político um meio para os fins do capital? Conforme Conrado Hübner Mendes, “A agonia antipolítica corrói a democracia em várias partes do mundo, e não faltam causas para esse estado de espírito. Bolsonaro veio para encarná-lo com virulência” (*ivi*, p. 185)

REFERÊNCIAS

- Agamben, Giorgio (2002). *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Agamben, Giorgio (2004). *Estado de Exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo.
- Atwood, Margaret Eleanor (2017). *O conto da aia*. Trad. Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco.
- Bazterrica, Agustina (2018). *Cadáver Exquisito*. Buenos Aires: Arte Gráfico Editorial Argentino.
- Chamayou, Grégoire. *Société ingouvernable: Une généalogie du libéralisme autoritaire*. Paris: Fabrique (La), 2018.
- Chauí, Marilena (2017). *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Duarte, Pedro (2015). Violência na mudança e mudança na violência. P. 59-78. In *Mutações: fontes passionais da violência*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo.
- Dunker, Christian. et. all. (2017). *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense.
- Houellebecq, Michel (2015). *Submissão*. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Huxley, Aldous (1982). *Admirável Mundo Novo*. São Paulo: Abril Cultural.
- Lao, Fernanda Garcia (2017). *Nación Vacuna*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Emecé.
- Lapoujade, David (2015). Fundar a violência: uma mitologia? P. 79-94. In *Mutações: fontes passionais da violência*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo.
- Levitsky, Steven; Ziblatt, Daniel (2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Maffesoli, Michel. *O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva*. Trad. Aluizio

Ramos Trinta. Porto Alegre: Sulina, 2010.

Mendes, Conrado Hübner et all. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Mouk, Yascha (2019). *O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Trad. Cássio de Arantes Leite, Débora Landsberg. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras.

Orwell, George (2009). *1984*. São Paulo: Companhia das Letras.

Portal da Folha de São Paulo. *Slogan “PÁTRIA, SOCIALISMO OU MORTE” vira lema militar obrigatório* (2007). Matéria publicada em 10 mai. 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1005200702.htm>. Acesso em 13 jun. 2021.

Portal G1 – Globo.com. *‘O Exército não matou ninguém; o Exército é do povo’, diz Bolsonaro sobre morte a tiros de músico no Rio* (2019). Matéria publicada em 12 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/04/12/o-exercito-nao-matou-ninguem-o-exercito-e-do-povo-diz-bolsonaro-sobre-morte-a-tiros-de-musico-no-rio.ghtml>. Acesso em 24 mai. 2021.

Sloterdijk, Peter (2016). *O desprezo das massas*. Trad. Claudia Cavalcanti. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade.

Soares, Rafael (2019). *Os 257 tiros contra o carro de Evaldo dos Santos Rosa*. Matéria publicada em 23 mai. 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/os-257-tiros-contra-carro-de-evaldo-dos-santos-rosa-23687091>. Acesso em 02 jul. 2021.

Žižek, Slavoj (2014). *Violência*. São Paulo: Boitempo.

**A LINGUAGEM COMO (DES)CONSTRUÇÃO DO SUJEITO:
UMA ANÁLISE SOBRE INTOLERÂNCIA E REPRESSÃO NOS CONTOS
TERÇA-FEIRA GORDA E AQUELES DOIS,
DE CAIO FERNANDO ABREU**

**Marina Silveira de Deus¹
Marcelo Lachat²**

Resumo: Este artigo discute a temática da intolerância e da repressão, no que concerne à sexualidade e à subjetividade, nos contos *Terça-feira gorda* e *Aqueles dois*, da obra *Morangos Mofados*, de Caio Fernando Abreu. Como fundamentos teóricos para essa discussão, recorre-se, sobretudo, aos trabalhos de Michel Foucault (1988, 2010), Judith Butler (2003), Stuart Hall (2006), Sara Salih (2013), Heloísa Buarque de Holanda (1982) e Bruno Souza Leal (2002). Desse modo, investiga-se em que medida a linguagem, enquanto um mecanismo de (des)construção, contribui para a estrutura de repressão sexual e subjetiva, sendo capaz de (des)construir o próprio sujeito.

Palavras-chave: Caio Fernando Abreu; literatura brasileira contemporânea; sexualidade; subjetividade; intolerância e repressão.

Abstract: This paper aims to discuss the themes of intolerance and repression, with regard to sexuality and subjectivity, in the short stories *Terça-feira Gorda* and *Aqueles Dois*, from the book *Morangos Mofados*, written by Caio Fernando Abreu. As theoretical fundamentals for this discussion, we resort to the works of Michel Foucault (1988, 2010), Judith Butler (2003), Stuart Hall (2006), Sara Salih (2013), Heloísa Buarque de Holanda (1982) and Bruno Souza Leal (2002). Thus, it is analyzed how the language, as a (de) construction mechanism, contributes to the structure of sexual and subjective repression, leading to the (de)construction of the subject himself.

Keywords: Caio Fernando Abreu; contemporary Brazilian literature; sexuality; subjectivity; intolerance and repression.

1 Graduada em Letras pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). E-mail: marinasilveirad@gmail.com

2 Professor adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). E-mail: marcelo.lachat@unifesp.br

“Existir” o próprio corpo não é exatamente o mesmo que “ser” o próprio corpo.
(SALIH, 2013, p. 105)

INTRODUÇÃO

Quando se lê Caio Fernando Abreu, é provável que se tenha a sensação de que aquilo expressado por ele foi feito da maneira mais aguda e intensa possível, em uma espécie de “tudo ou nada”: a dor queima, o amor exaspera, a frustração sufoca. A leitura de *Morangos Mofados* não é diferente. Essa obra, composta de 18 contos, foi publicada em 1982 e se divide em três partes: “o mofo”, “os morangos” e “morangos mofados”. Nela, Caio Fernando trata de temas como sexo, política e arte popular, empregando uma linguagem contundente que suscita a impressão de que ele realmente enfiou “um dedo na garganta” e fez “sair uma flor” (ABREU, 2019, p. 172), cujos espinhos fazem sangrar.

Latejando a poesia melancólica de Caio Fernando, *Morangos Mofados* consiste em sangria e não em sangramento: na primeira parte do livro, os contos criam uma atmosfera de insegurança, repressão e impotência; na segunda, os textos revelam uma frustração mais dolorida; e a terceira parte mostra um resquício de esperança. O autor relata a melancolia do desbunde, da geração que largou a luta armada, mas se manteve envolvida no movimento de resistência da contracultura: “*Morangos Mofados* fala desse tempo, de seus atores, das expectativas e dos resultados dessa viagem. Assim como numerosos relatos, que ultimamente vêm surgindo, falam da outra opção da viagem dessa geração, a luta armada” (BUARQUE DE HOLANDA, 1982, p. 4).

Essa reação à repressão social pode ser percebida, em um de seus aspectos, na forte presença da sexualidade na obra de Caio Fernando Abreu. Nesse sentido, como propõe Bruno Souza Leal, embasando-se em Foucault, “a ‘sexualidade’, antes de ser um elemento ‘natural’, é o resultado de [um] conjunto de relações de poder, históricas”, que determinam o vínculo entre ela e a identidade pessoal. Portanto, o indivíduo moderno ou contemporâneo, “diante de uma individualidade problemática, tem sua identidade em xeque e busca na própria sexualidade a chave para si, vivenciando uma relação que tem forma no palco da história” (LEAL, 2002, p. 13). Especificamente, entre os contos de *Morangos Mofados*, *Terça-feira gorda* e *Aqueles dois* parecem ser os mais explícitos e impactantes quanto à sexualidade; entretanto, hoje, o impacto não resulta apenas da história narrada, mas também por se tratar de uma realidade intolerante ainda atual, embora o livro tenha sido publicado, pela primeira vez, em 1982.

Por essa razão, este artigo pretende analisar a temática da intolerância e da repressão, no que concerne à sexualidade e à subjetividade, nesses dois contos de Caio Fernando Abreu. Com base, sobretudo, nos trabalhos de Michel Foucault (1988, 2010), Judith Butler (2003), Stuart Hall (2006) e Sara Salih (2013), considera-se que a formação da identidade do ser humano está intrinsecamente conectada aos aspectos sexuais e subjetivos.

1. SUBJETIVIDADE E SEXUALIDADE NOS CONTOS *TERÇA-FEIRA GORDA E AQUELES DOIS*

Na primeira parte do livro – “o mofo” –, há o conto *Terça-feira gorda*, que tratando de intolerância sexual, narra o encontro de dois rapazes em um dia de carnaval. Ao longo da narrativa, as personagens envolvem-se, beijam-se e são vítimas de violências verbais desde o início do encontro, como piadas pejorativas e xingamentos homofóbicos: “Ai-ai, alguém falou em falsete, olha as loucas, e foi embora. Em volta, olhavam” (ABREU, 2019, p. 54). Sem dar importância às ofensas, as personagens vão para a praia e têm uma relação sexual, mas o conto se encerra com os rapazes sendo agredidos fisicamente por um grupo de homens que os vê nus na praia.

O conto *Aqueles dois*, que tem como relevante subtítulo “história de aparente mediocridade e repressão”, também fala de intolerância, evidenciando-a mais bruscamente nos acontecimentos do final da narrativa. A história descreve o encontro e o envolvimento de dois homens, Raul e Saul, que trabalham em uma repartição, narrando sua aproximação e a atração que passam a sentir um pelo outro, conquanto sutilmente, pois nenhum ato sexual se consuma de fato e a narrativa parece trazer à tona aspectos mais subjetivos do que sexuais a respeito das personagens. O conto termina com os dois perdendo o emprego; isso porque seus colegas de trabalho, ao notarem o envolvimento entre eles, são tão intolerantes ao ponto de preconceitosamente falarem com o chefe da repartição para que sejam demitidos.

Ainda que não seja explicitamente sexual como *Terça-feira gorda*, observa-se que em *Aqueles dois* o tema da intolerância é bastante latente no que diz respeito ao que podemos chamar de “pré-sexual”, aquilo que concerne à subjetividade do indivíduo que vai se descobrindo – ou se reconhecendo, se preferirmos – afetiva e sexualmente através do encontro com o outro: “Num deserto de almas também desertas, uma alma especial reconhece de imediato a outra” (ABREU, 2019, p. 145). A partir dessa percepção, podemos considerar *Terça-feira gorda* uma denúncia acerca da intolerância sexual enquanto tentativa de punição e “endireitamento” daquilo que não se encaixa nos padrões heteronormativos; e *Aqueles dois*, uma denúncia sobre a intolerância sexual enquanto punição e proibição, mais ligada a descobertas subjetivas do que ao ato sexual.

Ambos os contos trazem o subjetivo e o sexual, porém em medidas diferentes. No primeiro, que narra uma relação breve e mais marcadamente sexual, as personagens se mostram em um processo de entendimento subjetivo bem definido: “Eu era apenas um corpo que por acaso era de homem gostando de outro corpo, o dele, que por acaso era de homem também” (ABREU, 2019, p. 54). Já o segundo texto relata uma relação mais longa e o desenvolvimento dela à medida que as personagens vão mudando, percebendo que se atraem uma pela outra e fazendo questionamentos subjetivos, o que possibilitaria um relacionamento tanto afetivo quanto sexual, mas que não chega a se concretizar:

Foi na noite de 31, aberto o champanhe na quitinete de Raul, que Saul ergueu a taça e brindou à nossa amizade que nunca vai terminar. Beberam até quase cair. Na hora de deitar, trocando a roupa no banheiro, muito bêbado, Saul falou que ia dormir nu. Raul olhou para ele disse você tem um corpo bonito. Você também,

disse Saul, e baixou os olhos. Deitaram ambos nus, um na cama atrás do guarda-roupa, outro no sofá. Quase a noite inteira, um podia ver a brasa acesa do cigarro do outro, furando o escuro feito um demônio de olhos incendiados. Pela manhã Saul foi embora sem se despedir, para que Raul não percebesse suas fundas olheiras (ABREU, 2019, p. 153).

Com a leitura dos contos, somos convidados à reflexão quanto à importância de respeitar o que o outro sente e deseja; mais do que isso, a leitura suscita uma observação particular sobre a repressão na formação subjetiva e sexual do indivíduo. Então, antes de considerar a repressão sexual presente nos contos e a fim de pensar o processo dessa formação, é importante compreender um pouco mais pontualmente os conceitos de subjetividade e sexualidade.

De acordo com Foucault, o procedimento cartesiano, levando em consideração a existência do sujeito como algo incontestável, “instaurou a evidência na origem, no ponto de partida do procedimento filosófico (...) colocando a evidência da existência própria do sujeito no princípio do acesso ao ser (...) que fazia do ‘conhece-te a ti mesmo’ um acesso fundamental à verdade” (FOUCAULT, 2010, p. 15). Assim, a partir da ideia do acesso à verdade, há dois pontos: o primeiro seria a concepção da espiritualidade, na qual o sujeito precisa se modificar para acessá-la, de tal maneira que seria transfigurado, pois só a verdade completaria o ser mesmo do sujeito; e o segundo, na Idade Moderna, quando se admite que o acesso se daria através do conhecimento, sem que o ser do sujeito tenha que se modificar e, conseqüentemente, o resultado seria o conhecimento como finalidade e não algum modo de completude ou salvação. Dessa maneira, o ato de conhecimento abrangeria condições tanto internas – estrutura do objeto que se busca compreender – quanto externas – ter uma formação –, bem como condições morais – esforçar-se, não enganar etc. –, mas que “não concernem ao sujeito no seu ser: só concernem ao indivíduo na sua existência concreta, não à estrutura do sujeito enquanto tal” (FOUCAULT, 2010, p. 18).

Nesse processo de conhecimento, o outro se torna indispensável na medida em que auxilia o indivíduo na formação do seu “eu”. Observa-se que a relação com o outro pode se dar pelo exemplo, isto é, o outro como um modelo de comportamento; pela transmissão de princípios e de conhecimento; e por meio do que Foucault chama de “mestria socrática” (FOUCAULT, 2010, p. 116), que seria a descoberta, a percepção através do diálogo. É nesse sentido que a necessidade do outro se caracteriza como contribuição para a formação de um “*status* de sujeito”:

A necessidade do outro funda-se (...) sobretudo, no fato de que o indivíduo, mesmo na origem, mesmo no momento de seu nascimento, mesmo quando estava no ventre da mãe, como diz Sêneca, jamais teve com a natureza a relação de vontade racional que caracteriza a ação moralmente reta e o sujeito moralmente válido. Conseqüentemente, não é para um saber que substituirá sua ignorância que o sujeito deve tender. O indivíduo deve tender para um *status* de sujeito que ele jamais conheceu em momento algum de sua existência. Há de substituir o não sujeito pelo *status* de sujeito, definido pela plenitude da relação de si para consigo.

Há que constituir-se como sujeito e é nisso que o outro deve intervir. Creio que aí se encontra um tema muito importante em toda história da prática de si e, de modo mais geral, da subjetividade no mundo ocidental (FOUCAULT, 2010, p. 117).

Portanto, o outro intervém como um agente na constituição do indivíduo enquanto sujeito, na reformulação do indivíduo e formação do sujeito, de modo que isso acontece a todo momento e desde seu nascimento. Visto que o processo de formação subjetiva acontece no encontro com o outro, e na medida em que o indivíduo reage às estruturas – tanto internas quanto externas – constituintes de seu próprio “eu”, podemos inferir que o processo de formação sexual se configura de maneira bastante similar ao de formação subjetiva. Nesse sentido, como ressalta José Castello (*in* ABREU, 2019, p. 181-182), “os contos de Caio falam, quase sempre, da instabilidade do ser”. Neles, o sentido é algo a se inventar continuamente, porque a vida é um grande vazio; “só o sexo – ainda que transitório e triste – conserva a sensação elementar de existir”.

Assim, para pensar a formação sexual, é preciso levar em consideração, quando se trata de sexo, “quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz” (FOUCAULT, 1988, p. 16). Dessa maneira, torna-se possível observar por meio de quais discursos o poder alcança as formas individuais do desejo e do prazer, “com efeitos que podem ser de recusa, bloqueio, desqualificação, mas também de incitação e de intensificação” (FOUCAULT, 1988, p. 16).

Em *Terça-feira gorda*, falas preconceituosas – “Veados, a gente ainda ouviu, recebendo na cara o vento frio do mar” (ABREU, 2019, p. 55) – revelam como “o domínio do poder sobre o sexo seria efetuado através da linguagem, ou melhor, por um ato de discurso que criaria, pelo próprio fato de se enunciar, um estado de direito” (FOUCAULT, 1988, p. 81). Isso porque o poder impõe uma ordem, reduzindo a sexualidade a uma dualidade entre o que se permite e o que se proíbe, sendo possível inferir que a formação sexual se dá, sobretudo, por meio do discurso, das experiências discursivas acerca da sexualidade, além do encontro com o outro.

É pertinente destacar ainda que os discursos não são só e inevitavelmente submetidos ao poder. Há aqueles que reforçam o mecanismo de controle do poder, enquanto há outros que o expõem e limitam, mas a percepção e a reação às estruturas internas e externas, que constituem o indivíduo, parecem se tornar possíveis apenas quando se questionam os níveis dos discursos.

Essa construção discursiva pode ser observada a partir das concepções de identidade cultural propostas por Stuart Hall, em *A identidade cultural na pós-modernidade*. O autor discorre sobre como se produziram, em uma transição mais histórica do que biológica, o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno, sendo este último compreendido como uma identidade mutável e impermanente, pois “à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente” (HALL, 2006, p. 13). Mesmo que o indivíduo tenha a percepção de vivenciar a identidade como se estivesse unificada, ainda haverá fragmentação, uma vez que essa formação se daria “através de processos inconscien-

tes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (HALL, 2006, p. 38), surgindo menos da completude do que da falta, que se preenche “a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros” (HALL, 2006, p. 39).

Essa capacidade de constante (re)identificação do sujeito no processo de formação pode ser observada em *Terça-feira gorda*, quando uma das personagens faz uso de elementos culturais bastante característicos para descrever a outra personagem por quem se atrai: “(...) a boca gosmenta de tanta cerveja morna, vodca com coca-cola, uísque nacional, gostos que eu nem identificava mais (...). Usava uma tanga vermelha e branca, Xangô, pensei, lansã com purpurina na cara, Oxaguiã segurando a espada no braço levantado, Ogum Beira-Mar sambando bonito e bandido” (ABREU, 2019, p. 53). Os elementos revelam justamente uma mistura cultural cada vez mais comum, contrastando *coca-cola*, que seria uma bebida característica dos Estados Unidos, com *uísque nacional*, por exemplo. E, ainda, em “ritmo de carnaval”, citando orixás, como *Xangô* e *Iansã*, figuras próprias da Umbanda, religião afro-brasileira.

Já em *Aqueles dois*, nota-se que a aproximação das personagens se dá justamente pela identificação que surge a partir do interesse que elas compartilham por cinema. Isso se evidencia no seguinte trecho:

Até que um dia Saul chegou atrasado e respondendo a um vago que-que-houve contou que tinha ficado até tarde assistindo a um velho filme na televisão. (...) Raul deteve os dedos sobre o teclado da máquina e perguntou: que filme? *In-fâmia*. Saul contou baixo, Audrey Hepburn, Shirley MacLaine, um filme muito antigo, ninguém conhece. Raul olhou-o devagar, e mais atento, como ninguém conhece? Eu conheço e gosto muito (...).

Outros filmes viriam nos dias seguintes, e tão naturalmente como se alguma forma fosse inevitável, também vieram histórias pessoais, passados, alguns sonhos, pequenas esperanças e sobretudo queixas (ABREU, 2019, p. 148-149).

O cinema se revela um elemento que faz parte da formação do gosto das personagens e, portanto, constituinte de suas identidades; porém, mais do que isso, ele é o componente que possibilita a identificação e a interação de uma com a outra, o que contribui para a formação e a reformulação do sujeito.

2. A LINGUAGEM COMO (DES)CONSTRUÇÃO DO SUJEITO

A teoria *queer* nos auxilia na investigação sobre as contribuições da linguagem para a estrutura de repressão sexual, pois se trata de uma teoria de gênero que discute questões acerca da formação da identidade e da subjetividade dos indivíduos, propondo que os processos de formação são construções culturais, políticas e linguísticas, as quais não dão conta da complexidade humana e revelam-se, por vezes, mecanismos de controle social.

Para Judith Butler (cf. SALIH, 2013, p. 11), tendo em vista que a identidade do indivíduo não é algo fixo ou incontestável, “o ‘sujeito’ (...) não é um indivíduo, mas uma estrutura linguística em formação, uma vez que o sujeito está sempre envolvido num processo de devir”. Entretanto, é importante destacar que, para Butler, os atos não são praticados necessariamente por um sujeito já existente; eles são efeitos que culminam na construção da identidade, fazendo com que ela pareça sólida e presente desde sempre. Essa visão é nomeada por Butler como *performatividade*: a identidade – sobretudo, identidade de gênero – é um processo sem fim, de modo que somos criados pelas instituições, pelos discursos e pelas práticas, que determinam nosso sexo, nossa sexualidade e nosso gênero. Assim, a construção do sujeito consiste mais em uma desconstrução, pois manipula – e reprime – o processo de formação subjetiva de uma pessoa, tornando-a resultado de um discurso e não característica descritiva da experiência.

Somos inseridos, dessa maneira, em uma estrutura binária que estabelece os padrões que devemos seguir antes mesmo de podermos compreender que esses padrões nada têm de natural: eles apenas servem como elementos reguladores para uma sociedade patriarcal que coloca em segundo plano – ou melhor, rejeita – tudo o que diz respeito ao feminino: a fêmea, a feminilidade, o gay, a lésbica e assim por diante. Somos ensinados a representar um corpo sexuado de acordo com as características que o sistema entende como coerentes; somos rotulados – denominados “menina” ou “menino” – antes mesmo de nascermos e devemos atender à *performatividade* anterior a nós para que não fiquemos à margem do que a sociedade impõe como “natural”, ainda que não exista uma relação direta entre sexo, sexualidade e gênero, nem uma relação entre o gênero e o corpo de um indivíduo, sendo possível “ser uma fêmea ‘masculina’ ou um macho ‘feminino’” (SALIH, 2013, p. 67).

Desse modo, os corpos são construídos discursivamente; mas como seria possível resignificar o discurso por meio desse próprio mecanismo de criação? Como vimos, o conto *Terça-feira gorda* narra o encontro de dois rapazes, descrevendo o momento de atração, o envolvimento entre eles e a violência que sofrem. No entanto, a história é narrada de forma natural e sugere certa inocência devido ao tom empregado para descrever esse encontro e envolvimento:

Ele encostou o peito suado no meu. Tínhamos pelos, os dois. Os pelos molhados se misturavam. Ele estendeu a mão aberta, passou no meu rosto, falou qualquer coisa. O quê, perguntei. Você é gostoso, ele disse. E não parecia bicha nem nada: apenas um corpo que por acaso era de homem gostando de outro corpo, o meu, que por acaso era de homem também. Eu estendi a mão aberta, passei no rosto dele, falei qualquer coisa. O quê, perguntou. Você é gostoso, eu disse. Eu era apenas um corpo que por acaso era de homem gostando de outro corpo, o dele, que por acaso era de homem também (ABREU, 2019, p. 54).

Aqui é importante observar que o termo “bicha” não é utilizado de forma pejorativa pelo narrador, mas sim para dizer que aquele homem que se aproximava não parecia ser afeminado e, por isso, não dava indícios de ser homossexual. É possível ler essa passagem como uma espécie de denúncia: “bicha” é um termo tradicionalmente usado para ofender e,

por conseguinte, reprimir os sujeitos do sexo masculino que agem conforme um conjunto de características femininas, sendo ou não homossexuais. Assim, o uso dessa palavra no texto – tendo em vista que ela é proferida, com naturalidade, por uma personagem homossexual – revela como a linguagem empregada para distanciar, ferir e discriminar é por vezes apropriada pelo grupo atacado e tem seu significado alterado. Já que de acordo com a teoria *queer* não existe uma relação direta entre sexo, sexualidade e gênero, infere-se que a forma como o narrador utiliza o vocábulo “bicha” funciona como contraste para dizer que a homossexualidade independe da feminilidade, acentuando que se trata de “apenas um corpo que por acaso era de homem” atraído por outro corpo também por acaso masculino, o que acaba por evidenciar a naturalidade daquilo que a sociedade enxerga como “não-natural”.

Ao final do conto, observa-se como a agressão que acontecia verbalmente se exacerbou e se tornou física; aquilo que não foi reprimido através da fala foi brutalmente interrompido por um grupo de pessoas representativo de um modo de pensar e agir machista, intolerante e violento, muito comum em nossa sociedade:

Mas vieram vindo, então, e eram muitos. Foge, gritei, estendendo o braço. Minha mão agarrou um espaço vazio. O pontapé nas costas fez com que me levantasse. Ele ficou no chão. Estavam todos em volta. Ai-ai, gritavam, olha as loucas. Olhando para baixo, vi os olhos dele muito abertos e sem nenhuma culpa entre as outras caras dos homens. A boca molhada afundando no meio duma massa escura, o brilho de um dente caído na areia. Quis tomá-lo pela mão, protegê-lo com meu corpo, mas sem querer estava sozinho e nu correndo pela areia molhada, os outros todos em volta, muito próximos (ABREU, 2019, p. 56-57).

Portanto, nessa narrativa, a prática sexual entre dois sujeitos do mesmo sexo foi motivo para que as personagens fossem agredidas, porque a crença de que tal prática seja algo errado, não-natural, uma espécie de perversão, é o que alimenta o discurso intolerante. Essa instituição binária artificial das relações, consoante Sarah Salih (2013, p. 41), “suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica”, e, por isso, sustenta o discurso repressivo, a fim de conferir controle e regulá-lo segundo os moldes de uma sociedade patriarcal. Assim, esse discurso alimenta a linguagem repressora que, por sua vez, alimenta o discurso. Ao denunciar a intolerância, Caio Fernando trata da sexualidade com alto grau de consciência formal: os próprios pensamentos da personagem que narra o conto suscitam a visão da relação homossexual com naturalidade, desconstruindo os supostos “bons” costumes. O texto dói porque revela, em uma história de amor de carnaval, o preconceito e a repressão que impedem qualquer final feliz:

Fechando os olhos então, como um filme contra as pálpebras, eu conseguia ver três imagens se sobrepondo. Primeiro o corpo suado dele, sambando, vindo em minha direção. Depois as Plêiades, feito uma raquete suspensa no céu lá em cima. E finalmente a queda lenta de um figo muito maduro, até esborrachar-se contra o chão em mil pedaços sangrentos (ABREU, 2019, p. 57).

É interessante considerar também uma possível relação entre as máscaras de carnaval e a homossexualidade: as personagens de Caio Fernando não usam máscaras, agem livre e naturalmente, mostram-se como são e sofrem preconceito. Como afirma o narrador desse conto, “a dor é a única emoção que não usa máscara” (ABREU, 2019, p. 55). O texto dói não apenas porque torna explícita a intolerância sexual, mas por ela ser algo ainda tão corriqueiro em nossa sociedade.

Em *Aqueles dois*, a intolerância se evidencia, sobretudo, no fim da narrativa; todavia, é possível observar ao longo de toda a história uma atmosfera repressiva. Como já referido, esse texto descreve o encontro e o envolvimento de dois homens que trabalham em uma repartição. Já de início o ambiente de trabalho é retratado como um “deserto de almas”: “entre cervejas, trocaram ácidos comentários sobre as mulheres mal-amadas e vorazes, os papos de futebol, amigo secreto, lista de presente, bookmaker, bicho, endereço de cartomante, cliques no relógio de ponto, vezenquando salgadinhos no fim do expediente, champanhe nacional em copo plástico” (ABREU, 2019, P. 145). Os dois homens se conheceram, eram sinceros e não vazios como os demais: “Num deserto de almas também desertas, uma alma especial reconhece de imediato a outra (...). Acontece, porém, que não tinham preparo algum para dar nome às emoções, nem mesmo para tentar entendê-las” (ABREU, 2019, p. 145-146). Ambos vinham de relacionamentos que não haviam funcionado e eram novos na firma, eram “dois moços bonitos, todos achavam. As mulheres da repartição, casadas, solteiras, ficaram nervosas quando eles surgiram” (ABREU, 2019, p. 147). E aos poucos os dois foram se aproximando, mas de maneira tão orgânica e sutil que nem perceberam estar tão próximos. Em uma de suas conversas, trocaram os números de telefone, passaram a se encontrar e se tornaram amigos. As pessoas do trabalho começaram a comentar e a observá-los, dada a proximidade entre eles:

Aos domingos, agora, Saul sempre telefonava. E vinha. Almoçavam ou jantavam, bebiam, fumavam, jogavam cartas, falavam o tempo todo. Enquanto Raul cantava – vezenquando “El día que me quieras”, vezenquando “Noche de Ronda” –, Saul fazia carinhos lentos na cabecinha de Carlos Gardel pousado no seu dedo indicador. Às vezes olhavam-se. E sempre sorriam. Uma noite, porque chovia, Saul acabou dormindo no sofá. Dia seguinte, chegaram juntos à repartição, cabelos molhados do chuveiro. Nesses dias as moças não falaram com eles. Os funcionários barrigudos e desalentados trocaram alguns olhares que os dois não saberiam compreender, se percebessem. Mas nada perceberam, nem os olhares nem duas ou três piadas enigmáticas (ABREU, 2019, p. 151).

Nessa passagem é possível notar como a repressão, apesar de despercebida pelas duas personagens, era já existente no ambiente em que trabalhavam: as pessoas comentavam, olhavam e evitavam os dois. Como vimos anteriormente, de acordo com Butler, aqueles que não “fazem” seu gênero corretamente são punidos pela sociedade, pois o gênero – enquanto sequência de atos – ameaça a sobrevivência da matriz heterossexual no momento em que não segue os padrões culturalmente determinados. Assim, o fato de os rapazes chegarem juntos ao trabalho com os cabelos molhados gera o pré-julgamento de que provavelmente

havam tomado banho juntos, embora isso não tivesse acontecido.

No decorrer da narrativa, a mãe de um dos rapazes morre e as personagens se encontram para conversar. Nessa noite bebem muito e se abraçam fortemente, “tão próximos que um podia sentir o cheiro do outro” (ABREU, 2019, p. 152), mas em seguida despedem-se. Por serem sozinhos, os dois passam o ano-novo juntos, bebem muito novamente e brindam à amizade; na hora de dormir, deitam-se nus e elogiam os corpos um do outro, sem, contudo, consumir-se o ato sexual. Então, quando as férias chegam, são chamados pelo chefe, que “foi direto ao assunto: tinha recebido algumas cartas anônimas. Recusou-se a mostrá-las. Pálidos, os dois ouviram expressões como ‘relação anormal e ostensiva’, ‘desavergonhada aberração’, ‘comportamento doentio’, ‘psicologia deformada’, sempre assinadas por Um Atento Guardião da Moral” (ABREU, 2019, p. 154).

Raul e Saul acabam sendo demitidos sob argumentos como “a-reputação-de-nossa-firma ou tenho-que-zelar-pela-moral-dos-meus-funcionários” (ABREU, 2019, p. 154). É nesse momento que a intolerância é explicitada e toma uma dimensão radical na vida das personagens principais, pois são demitidas como resultado do preconceito e da incompreensão de seus colegas de trabalho. Esse comportamento das demais personagens pode ser compreendido – jamais justificado – ao se considerar que a matriz cultural exige que as identidades que não decorrem do sexo biológico não possam existir e, como ressalta Butler:

Nesse contexto, “decorrer” seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. Ora, do ponto de vista desse campo, certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformam às normas da inteligibilidade cultural (BUTLER, 2003, p. 39).

Por esse motivo, ainda que o envolvimento sexual entre Raul e Saul não tenha se consumado, a proximidade entre eles foi razão suficiente para que, inseridos em um ambiente machista e repressor, fossem alvo de preconceito e intolerância. A repressão refletida no comportamento de seus colegas de trabalho ao longo do conto não surtiu efeito imediato sobre os dois: não notam e não são afetados diretamente pelo que os outros falam ou insinuam. Nas cartas recebidas pelo chefe, a linguagem é agressiva e preconceituosa, em conformidade com a estrutura da matriz cultural que torna coerente somente aquilo que se adequa a uma heterossexualidade normativa. Nesse caso, a linguagem pode ser enxergada como mecanismo de desconstrução do sujeito, usada para desfazer, regular, controlar, punir e repreender toda e qualquer subjetividade que, de alguma maneira, pareça desviar-se da matriz, seja na manifestação de gênero, sexo ou sexualidade.

Essa questão da narrativa de Caio Fernando também pode ser observada nos contextos atuais: pessoas se inibem e se reprimem em ambientes de trabalho, rodas de colegas, encontros de família etc., em uma tentativa de proteção pessoal. A incompreensão a respeito da liberdade alheia de sentir e desejar resulta em intolerância e, muitas vezes, em controle social, como verificamos no conto *Aqueles dois*, no qual a demissão é resposta a um comportamento amoroso genuíno e livre, porém capaz de ameaçar a estrutura da matriz hete-

rossexual, visto que sustenta uma proposta de resignificação.

Dessa forma, observa-se que a brutalidade da repressão sexual está também nos menores detalhes, em uma violência persuasiva, dos discursos, mais psicológica do que física, produzindo a (des)construção de sujeitos para reafirmar um mecanismo de controle social. No momento em que se institui um sistema binário, exclui-se aquilo que não se encaixa nele, promovendo-se a intolerância ao determinar o que é ou não apropriado à estrutura heterossexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face das análises dos contos *Terça-feira gorda* e *Aqueles dois*, fica evidente como a alegação de que há incoerência no gênero, no sexo ou na sexualidade de alguém se trata de uma tentativa de colonização da subjetividade e dos desejos alheios. Na nossa sociedade, essa alegada incoerência é utilizada como um mecanismo de controle social, sobretudo, através dos mecanismos de (des)construção da linguagem, como pudemos observar.

Essas análises nos auxiliam no entendimento acerca da importância de resignificar as estruturas atuais frente a um cenário ainda bastante intolerante, sendo cada vez mais urgente refletir sobre as construções socioculturais, políticas e linguísticas, bem como acerca dos costumes, visando a repensá-los criticamente.

Desse modo, podemos considerar que, da mesma forma que a linguagem contribui para a estrutura de controle, ela seria capaz de auxiliar na resignificação dessa estrutura e na construção do indivíduo livre e não predeterminado. Nesse sentido, de acordo com as discussões de Butler a respeito do sujeito moldado pela matriz, seria possível “fazer” esse sujeito de outras maneiras. Assim, compreendendo o gênero como um devir, uma sequência de atos e, portanto, como uma possibilidade de renovação da matriz cultural, podemos vislumbrar a linguagem não apenas como mecanismo de construção do gênero, mas também como ferramenta para resignificações. Para tanto, “Butler sugere que é mais efetivo explorar a temporalidade aberta dos signos, os quais podem ser retirados de seus contextos prévios e resignificados de formas inesperadas e subversivas” (SALIH, 2013, p. 157, 158). Por isso, um primeiro passo rumo à construção orgânica e experiencial de cada indivíduo aconteceria ao resignificarmos os termos linguísticos que determinam a incoerência e são utilizados para excluir e repreender indivíduos que, em maior ou menor medida, não se encaixam na matriz cultural machista e patriarcal.

Portanto, a partir da resignificação da linguagem, seria possível romper com a continuidade da estrutura repressiva dentro das instituições que sustentam o discurso, possibilitando a livre construção da identidade como consequência de experiências vividas e não cerceadas pela intolerância à liberdade de ser e sentir com verdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Caio Fernando. *Morangos mofados*. Posfácio de José Castello. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa. *Hoje não é dia de rock*. Texto publicado no Jornal do Brasil em 24 e 31/10/1982.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução, Renato Aguiar – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)*. Edição estabelecida sob a direção de Francois Ewald e Alessandro Fontana, por Frédéric Gros; tradução Márcio Alves da Fonseca, Salma Annus Muchail. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEAL, Bruno Souza. *Caio Fernando Abreu, a metrópole e a paixão do estrangeiro: contos, identidade e sexualidade em trânsito*. São Paulo: Annablume, 2002.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria Queer*. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

O ÓDIO E SUAS REVERBERAÇÕES: UM QUESTIONAMENTO PARA OS ESTUDOS LITERÁRIOS

HATE AND ITS REVERBERATIONS: A QUESTION FOR LITERARY STUDIES

Dionei Mathias¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir o fenômeno do ódio e suas reverberações, buscando traçar alguns parâmetros teóricos para sua discussão nos estudos literários. O artigo está dividido em duas partes: a primeira discute algumas dimensões teóricas que podem nortear questionamentos interessados na representação ficcional do ódio, tentando identificar motivações e materializações no espaço sociocultural; a segunda busca ilustrar seus potenciais com base na discussão do romance *Ohnehin* de Doron Rabinovici. Ambientado na Áustria, o romance encena o encontro de diferentes agrupamentos sociais e dos conflitos que emergem desse encontro, problematizando as formas de materialização do ódio. O artigo conclui com algumas propostas de análise dentro do escopo das literaturas nacionais e da metodologia comparatista.

Palavras-chave: Ódio; estudos literários; Doron Rabinovici; *Ohnehin*.

Abstract: This article aims to discuss the phenomenon of hate and its reverberations, trying to outline some theoretical parameters for its discussion in literary studies. The article is divided into two parts: the first discusses some theoretical dimensions that can guide questions interested in the fictional representation of hate, trying to identify motivations and materialization in sociocultural spaces; the second part seeks to illustrate its potentials based on the discussion of Doron Rabinovici's novel *Ohnehin*. Set in Austria, the novel stages the meeting of different social groups and the conflicts that emerge from this meeting, questioning the forms of materialization of hatred. The article concludes with some proposals for analysis within the scope of national literatures and comparative methodology.

Keywords: Hatred; literary studies; Doron Rabinovici; *Ohnehin*.

¹ Professor do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da UFSM. Doutor em Letras pela Universität Hamburg. E-mail: dioneimathias@gmail.com

INTRODUÇÃO

Talvez seja possível afirmar que no cerne de todas dinâmicas sociais há movimentos afetivos, movimentos estes que propiciam a coesão social ou que engendram sua dispersão. Nesse cenário, as diferentes malhas culturais responsáveis pela dinâmica de representação remetem a formas de canalizar energias afetivas, definindo como atores sociais concretizam suas ações ou interações, suas redes teleológicas ou comunitárias. Em diferentes graus de consciência, as narrativas culturais fazem ofertas de sentido, proporcionando com isso sugestões de itinerários de como canalizar a afetividade. Dessa canalização, surgem por exemplo as lógicas de inclusão e exclusão, de hierarquização, de proteção ou de ataque. Traduzida em malhas culturais, a afetividade move atores sociais ou agrupamentos a agir, resistir ou compactuar.

A literatura, como arte da palavra, reverbera essas dinâmicas afetivas no plano ficcional, ao engendrar formas de interação na realidade diegética, mas sobretudo também ao oferecer um direcionamento da percepção, incitando o leitor a adotar uma lente de acesso ao mundo ou também desautomatizando seu crivo de apropriação de realidade, de modo a aprender a enxergar de outras formas. No modo como personagens interagem, revelam-se movimentos da canalização afetiva e do pensamento de convívio sociocultural. Nesse mesmo movimento, as estratégias de sentido inscritas em textos literários criam tessituras, desbravando formas de imaginar como relações com o entorno da vida podem ser concretizadas. Uma pergunta que talvez caiba fazer é como a literatura e seus universos ficcionais contribuem para compreender as dinâmicas de canalização do afeto.

Raramente, a instauração de investimentos afetivos é algo retilíneo, óbvio, consciente. Em grande parte, afetividade subjaz aos processos racionais conscientes, sem que o indivíduo consiga apreender suas dimensões, imaginando agir unicamente com base na razão, uma herança das narrativas iluministas. Muitas vezes, afetividade se concretiza de forma dispersa, sem um objeto claro de investimento, mas sem, com isso, deixar de impactar nas modalidades de convívio social. Ódios, invejas, desprezos, por um lado, amor, solidariedade, confiança, por outro, representam, a modo de exemplo, formas de afetividade que podem oscilar entre dispersão e canalização, impactando na maneira como a interação com o outro acaba concretizada ou como ações são planejadas, em forma de concessão de chances ou discriminação.

O trajeto entre dispersão e canalização é longo e demanda uma organização narrativa sólida, em forma de relacionamentos duradouros, identificação com agrupamentos sociais ou fidelidade a uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008) no âmbito nacional. Isto é, à canalização afetiva precede uma fase de consolidação do afeto, por meio da construção de uma narrativa de mundo que legitime essa visão, seja a nível pessoal ou na esfera macro-social. Para que a afetividade saia do modo de dispersão para o modo de canalização, portanto, é necessário um ator social disposto a enfeixar esses afetos e incitar indivíduos ou grupos a investir sua afetividade em nome de uma narrativa. A máquina da propaganda nazista fez isso, pautando o enfeixamento na superioridade racial e na exclusão. O movimento pelos direitos civis realizou algo semelhante, tendo como foco a igualdade e a inclusão. Em ambos os exemplos, a afetividade foi objeto de canalização, tendo como narrativa uma visão

de mundo e, com isso, uma oferta de sentido, com a qual uma quantidade substancial de atores sociais se identifica ou não. A primeira investiu na cultura do ódio, a segunda depositou seus esforços na cultura da solidariedade.

Antes da canalização, afetividades muitas vezes se encontram dispersas, em menor ou maior grau de canalização. Isto é, há atmosferas afetivas que convidam ou não à canalização. Não parece ser provável que ódio (para a finalidade de exclusão) ou amor/solidariedade (para a finalidade de inclusão) sejam consolidados, sem uma série de elementos contextuais que confluam para a construção de uma narrativa sólida, apta a disciplinar as ações individuais, com seus projetos de futuro. Parece haver momentos em que o contexto está mais propício ou não para enfeixar energias afetivas, suscitando identificações que permitem imaginar outras narrativas de futuro. A coesão narrativa que decorre dessa canalização é complexa e pode ter elos causais múltiplos.

Textos literários reverberam essas dinâmicas e engendram atmosferas afetivas, no marco da canalização ou da construção de atmosferas. Dessas construções emergem visões de futuro e do convívio social. Nesse cenário, parece ser pertinente que estudiosos da literatura voltem seu olhar para essas ofertas de sentido e façam suas reflexões sobre as dinâmicas afetivas com as quais a arte da palavra confronta seus leitores. Tendo esse objetivo como horizonte, este artigo procura refletir sobre as reverberações do ódio, discutindo a forma como elas se dispersam ou canalizam na realidade diegética. Para ilustrar a argumentação, o artigo tem como objeto de estudo o romance *Ohnehin* de Doron Rabinovici. Autor de origem israelita e residente na Áustria, ele transita entre as culturas e tem um olhar atento para o modo como dinâmicas afetivas emergem em espaços sociais, interessando-se, por exemplo, pelo ressurgimento do antissemitismo, mas também identificando paralelos com experiências do contexto de fluxos migratórios.

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE ÓDIO

Como disposição afetiva, o ódio implica um alto teor de envolvimento por parte do sujeito que o experimenta. Em muitos casos, isso significa que há uma atribuição considerável de importância para aquilo que está em jogo. Uma primeira pergunta, portanto, reside em identificar o que motiva o surgimento do ódio e o que ele revela sobre o indivíduo que o experimenta. Em grande parte, o que suscita o ódio é fruto de uma interpretação da realidade, tecida no bojo de uma visão de mundo. Isto é, a dinâmica afetiva emerge dos sentidos e seus impactos na construção identitária individual. Em sua tipologia do ódio, Ferran apresenta os pontos de partida:

No ódio, experimentamos sentimentos desagradáveis de sermos ameaçadas, atacadas ou menosprezadas pela outra; sentimos hostilidade em relação a ela. Além disso, o ódio envolve a experiência de uma ameaça à autoestima. Existem várias dimensões de autoestima que podem ser ameaçadas: elas podem incluir a integridade física e mental, imagem, normas ou valores de uma pessoa. Além disso, a outra pode representar uma ameaça para nós mesmas, para outras pessoas

relacionadas a nós ou para os grupos a que pertencemos. No ódio, a ameaça à autoestima não implica necessariamente sentimentos de impotência. O xenófobo que odeia os estrangeiros se sente ameaçado por eles, mas não se sente impotente (FERRAN, 2021, s. p.).

O que parece desencadear o ódio, antes de mais nada, é a identificação do perigo de questionamento da imagem individual. Isto é, no processo de inserção sociocultural, o indivíduo aprende a construir uma imagem de si, atribuindo valores e depreendendo sentidos de determinadas formas de organizar as narrativas do si. Quando confrontado com atores sociais que não confirmam essa narrativa ou que o confrontam com sentidos que não permitem a manutenção da imagem de si já consolidada, o sujeito se vê forçado a reagir. Essa reação pode ser múltipla e não precisa necessariamente desembocar na instauração do ódio. O que vai decidir o caminho a ser percorrido para dar seguimento na tessitura de identidade é o modo como cada indivíduo interpreta a realidade, ou melhor, como aprendeu a interpretar a realidade, no seio da família, da comunidade ou do espaço nacional a que se sente afiliado.

Uma motivação do ódio, por conseguinte, é a ameaça (real ou imaginada, fruto da interpretação) à própria imagem e àquilo a que o indivíduo acorda valor. Baumeister e Butz (2005) argumentam no mesmo sentido, incluindo as ameaças materiais. Nesse cenário, o indivíduo se encontra confrontado com um contexto de interação social e de administração narrativa que desestabiliza os sentidos que formam a base de seu ser no mundo. Nesse sentido, o ódio parece representar uma espécie de defesa, enfeixando a energia afetiva individual, a fim de garantir a estabilidade imagética, no plano individual ou sociocultural. Esse mecanismo de defesa pode ser adotado por grupos dominantes, quando veem suas premissas questionadas, mas pode igualmente se materializar em grupos minoritários, diante de movimentos de silenciamento ou exclusão.

A inserção individual em narrativas socioculturais parece fortalecer esse mecanismo de defesa. Ao se inserir numa comunidade que pensa, sente, age ou se comunica de forma semelhante (HANSEN, 2011), a probabilidade de ter a própria imagem questionada diminui, embora não desapareça. Daí provém a necessidade premente de pertencer, pois o pertencimento não acorda somente satisfação existencial, ele fornece igualmente um muro de proteção contra os perigos de desestabilização imagética. No sentido positivo como negativo, o grupo fornece uma narrativa que fundamenta a imagem do si, ao mesmo tempo, produz uma tessitura sobre o espaço da vida, proporcionando explicações sobre como a existência pode (ou deve) ser concretizada naquelas coordenadas. Daí provém a simpatia e a identificação com o próprio grupo e a desidentificação com agrupamentos alheios (HARRINGTON, 2004, p. 75).

Novamente, isso está relacionado a interpretações de mundo e a ofertas de sentido que circulam entre os atores sociais que compõem uma comunidade. Em seu estudo, Staub argumenta:

O ódio no nível do grupo é freqüentemente promovido por uma ideologia ou sistema de crenças sobre arranjos sociais desejáveis ou ideais que oferecem a pro-

messa de uma vida melhor para uma nação ou para toda a humanidade. Essas ideologias tendem a especificar a estrutura desejável da sociedade ou o relacionamento desejável entre os grupos. A ideologia pode elevar o grupo, defendendo arranjos sociais em que o grupo que detém a ideologia tem superioridade sobre os outros em geral ou sobre outros particulares (ideologias nacionalistas e racistas), ou defendendo que o grupo seja purificado pela eliminação de outros de seu meio que o contaminam (STAUB, 2005, p. 54).

Como no plano individual, o ódio gerado a nível de grupo está atrelado a questões identitárias. Agrupamentos se formam com base em narrativas compartilhadas cuja função reside em fornecer elementos que norteiem a existência. Dessas tessituras, indivíduos depreendem roteiros para comportamentos, valores, projetos de futuro, mas também lógicas de discriminação, inclusão e exclusão, em consonância com aquilo que o agrupamento entende ser o percurso almejável. Os pertencimentos a grupos (a nível local, regional ou nacional), portanto, disponibilizam narrativas, com maior ou menor grau de fechamento para o diálogo, em que estão previstas formas de pensar a solidariedade, mas também de canalizar o ódio e transformá-lo em diferentes tipos de comportamentos agressivos. O caminho à violência explícita como resultado da canalização do ódio exige uma máquina de narrativas contundentes. Até lá, o ódio permeia o espaço social de forma dispersa, revelando-se em diferentes categorias de hostilização.

Nesse bojo, racismo, homofobia e misoginia, por exemplo, resultam de identidades de grupo e princípios de exclusão (MOSS, 2001, p. 1316), com um conjunto de narrativas que prevê formas aceitáveis de concretizar a identidade, num determinado espaço sociocultural. Ódios e hostilizações não são produtos somente de irrupções esporádicas de afetos descontrolados, eles se instalam em forma de internalização de hábitos (SZANTO, 2020, p. 454), isto é, se aprende, de geração em geração, no cerne da família e da comunidade, a acalantar expressões do ódio e da hostilidade. Narrativas dominantes oferecem (ou não) roteiros para sua concretização. Em grande medida, é a qualidade da estrutura narrativa e, sobretudo, o *know-how* de instrumentalização que vão definir como as energias físicas e anímicas são enfeixadas para dar expressão ao ódio.

Dominar técnicas narrativas, portanto, não representa somente um instrumento-chave na arte da palavra, trata-se de um habilidade central no espaço social, pois permite engendrar visões de mundo que coordenam investimentos de energia e ações alheias. As reverberações do ódio estão inseridas em narrativas, com maior ou menor grau de elaboração. Representando uma irrupção momentânea ou sendo fruto de uma canalização, a narrativa fornece a contextualização e a interpretação de mundo de onde o ódio origina. Nesse sentido, Sternberg tece a seguinte reflexão:

A propaganda de ódio, que propõe temas de narrativas, normalmente cumpre uma ou mais de três funções. Uma primeira função é a negação da intimidade com a entidade-alvo (por exemplo, líder, país, grupo étnico). Uma segunda função é a geração da paixão. E uma terceira função é gerar compromisso com falsas crenças por meio da implantação de falsas pressuposições, o encorajamento de

peças a suspender ou distorcer seus processos de pensamento crítico e o encorajamento de pessoas a chegarem a conclusões direcionadas (muitas vezes falsas) com base na pseudológica de falsos pressupostos e pensamento crítico falho (STERNBERG, 2005, p. 41).

Nas três etapas previstas por Sternberg, a narrativa instala uma interpretação de realidade e, com ela, uma atitude diante do outro. Na citação, o contexto remete sobretudo à produção sistematizada do ódio, com a finalidade de incitar grandes massas a agirem em consonância com a proposta ideada pela propaganda. Com o estabelecimento de culturas do ódio se assegura a estabilidade da identidade e, com isso, do poder, já que uma quantidade considerável de atores sociais concretizam a imagem do si a partir dos pressupostos fornecidos por essa macronarrativa.

Para que essa narrativa tenha êxito, ela precisa criar um alvo claro que apresente características maliciosas, reais ou não (FISCHER et alia, 2018, p.313), precisa generalizar e apresentar as características como imutáveis (JOHANSEN, 2015, p. 51), estabelecer hierarquias que justifiquem primeiramente o desprezo, posteriormente o ódio (FISCHER/GIENER-SOROLLA, 2016, p. 349). Nesse cenário, o outro se transforma em objeto cuja humanidade e dignidade são elididas para que o ódio possa, de fato, se instalar. Vale reforçar: identidades coletivas podem instaurar culturas da solidariedade e do respeito, mas também podem incitar à perseguição e ao silenciamento. Com frequência, o espaço da vida traz à tona todos os matizes possíveis, oscilando entre canalização e dispersão, de acordo com o contexto macrosocial.

2. REVERBERAÇÕES DO ÓDIO NA LITERATURA

O romance de Rabinovici apresenta um espaço social complexo, onde forças múltiplas definem as modalidades do convívio social. Ambientado em Viena, o texto encena o encontro e a negociação identitária de vários agrupamentos. Um foco especial recai sobre a presença do antissemitismo e da xenofobia como formas de aproximação a grupos não dominantes. Nisso, a encenação do ódio raramente é explícita. Pelo contrário, ela emerge de forma sorradeira, revelando como culturas do ódio vicejam em diferentes dimensões do cotidiano. Esse elemento parece ser especialmente importante para o autor, no sentido de mostrar como práticas do ódio têm continuidade, são transformadas, por vezes, realocadas, representando em todos esses movimentos uma estratégia de administração de identidade pessoal e, sobretudo, do grupo dominante.

Talvez o mais importante foco de problematização do romance seja a continuação do antissemitismo. Diferentes personagens são confrontados com essa forma de expressão do ódio. Alguns foram vítimas da perseguição nazista e confinados em campos de concentração como Paul Guttman, imigrante romeno que opta por retornar para a Áustria após o fim da guerra; outros pertencem à geração do pós-guerra, engajando-se para manter o passado da barbárie presente na memória coletiva, como Lew Feininger, moscovita que, via Áustria, vive por um período em Israel e, após algum tempo, retorna à Áustria, onde

trabalha com exposições de cunho histórico. Na sequência, a discussão se volta para as experiências de Lew Feininger, em dois momentos de seu percurso na Áustria.

A primeira experiência remonta ao período em que realiza seu serviço comunitário, a alternativa para o serviço militar obrigatório. Ele opta por trabalhar na área de geriatria, onde encontra pessoas socializadas na cultura nazista do ódio. O episódio é narrado a partir da perspectiva do amigo Stefan:

Stefan teve que pensar em seu amigo Lew, nas histórias do serviço comunitário em uma enfermaria geriátrica, como Lew fora questionado por um paciente, de quem ele havia lavado as fezes do corpo, com um pano ensaboadado: Qual é o seu nome?

Lew Feininger

Não me toque, seu judeu imundo (RABINOVICI, 2005, p. 31).

O uso do lexema “histórias” sugere reiteraões, com episódios similares. Importante, nesse contexto, é a reação do paciente, ao identificar a origem judaica. A irrupção do ódio não é fortuita. Pelo contrário, ela remete a um processo de socialização em que toda uma geração internalizou a narrativa do ódio e a utilizou como norte da construção identitária. A imagem de si do paciente ainda resgata dessa socialização os sentidos que formam a base de seu comportamento e ações. Nesse cenário, ele não consegue enxergar Lew como alguém que o ajuda num momento de fragilidade, ao invés disso, ele adota o crivo de percepção instalado pela propaganda nazista, transformando o interlocutor em objeto. Importante nesse contexto é a constatação de que a cultura do ódio, uma vez semeada, não desaparece com o fim de conflitos bélicos, por exemplo. Ela permanece incrustada na base da produção de sentido que emerge da imagem do si.

Num segundo episódio, Lew Feininger, agora como profissional atuante no mercado de trabalho, é convidado pela administração pública de uma cidade do interior da Áustria a proferir uma palestra, por ocasião da inauguração de um memorial às vítimas do regime nazista. A inauguração do memorial tem como objetivo, claro, rememorar, mas também marcar uma batalha contra as “manchas marrons” que se alastram na região. Lew não hesita em criticar as comunidades próximas que preferem rememorar o passado nazista, glorificando a cultura do ódio. Dias mais tarde, ele lê a repercussão de sua fala nos jornais da província:

Mas, alguns dias depois, tiveram de admitir que estavam errados, porque o discurso de Feininger em Bärnberg deixara uma impressão duradoura, talvez não exatamente aquela que ele almejava, mas quem seria tão mesquinho a ponto de reclamar disso, uma vez que o principal jornal da província dedicou dois artigos a Lew Feininger, embora seu nome não tenha sido reproduzido corretamente. Aqui era possível ler sobre um Lev Weininger, o representante dos judeus, que aproveitou a hora do luto de domingo para discursos de ódio contra Grundl. Em

um comentário, até se disse que, ao fazer tais declarações, os judeus ‘despertariam nos filhos dos ex-perpetradores a disposição para novas perpetrções’ (RABINOVICI, 2005, p. 101).

Como no episódio discutido anteriormente, também aqui a cultura do ódio não desapareceu com o fim do regime. Com efeito, ela permanece ativa, imbricada agora numa nova configuração discursiva. Se antes era possível dar voz à cultura do ódio de forma pública e explícita, as sanções do pós-guerra transformaram as possibilidades de sua articulação, *mas as narrativas do ódio definitivamente não desapareceram. Os artigos no jornal encenam dois vetores do ódio: num primeiro momento, buscam desacreditar o trabalho de Lew, transformando-o em alvo do ódio, mas ele também revela como a cultura do ódio ainda medra, servindo de base para a construção de imagens do si. Lew suspeita inclusive que o próprio prefeito que o convidou a palestrar tenha apoiado a publicação dos ataques no jornal. Nessa esteira, a cultura do ódio busca verificar até que ponto pode voltar a se articular no espaço público, atacando e retrocedendo, de forma insidiosa, em consonância com as reações.*

A estratégia parece residir em experimentar e desbravar os limites da reação pública, a fim de reverter a configuração discursiva que legitima a instauração de determinadas imagens do si. A cultura desse ódio continua a supurar, o que reforça que marcadores históricos como 1945, por vezes, não delimitam adequadamente práticas socioculturais. Enquanto a configuração discursiva não permite uma canalização explícita em forma de práticas sistêmicas, predomina o princípio da dispersão que se expressa a partir das brechas existentes no controle social. Por elas, a cultura da hostilidade faz seus experimentos e tateia os limites existentes no espaço social.

Práticas da canalização afetiva têm continuidade, elas se expressam com base nas novas configurações discursivas dominantes, especialmente tendo em vista suas sanções. *Essas novas configurações, claro, podem instaurar culturas da solidariedade e suspender práticas do ódio. O contrário também ocorre. No romance, Rabinovici encena, com extrema agudeza, como essas práticas se transformam. Os episódios anteriores ilustram como a continuação ou transformação se expressa na atmosfera do antissemitismo, mas Rabinovici não perde de vista as novas formas de canalização ou dispersão do ódio. A partir da perspectiva de Sophie, o leitor tem acesso a outra dimensão do clima social, encenado na realidade diegética:*

Isso era verdade, Sophie admitiu, mas talvez fosse permitido lembrar aos senhores aqui que o terror da extrema direita assombra o país há meses e que no início do ano uma bomba estraçalhou quatro pessoas de origem rom, que no mesmo dia um croata foi gravemente ferido. Quatro pessoas, seus ancestrais ainda foram deportados para campos de concentração pelos nazistas, a maioria deles foi morta, baleada, gaseada, alguns sobreviveram, mas muito mais perpetradores ainda estavam vivos (RABINOVICI, 2005, p. 45).

Sophie relembra acontecimentos recentes, durante uma discussão sobre racismo na Áustria. Nesse horizonte, a cultura do ódio, com suas diferentes modalidades de agressão e hostilização, não se direciona somente contra judeus. Com efeito, ela busca novos alvos

(ou não tão novos, como é o caso da minoria rom), a fim de canalizar ódios pautados por diferenças étnicas. A fala de Sophie enfatiza a continuidade de culturas da agressão racista e chama a atenção para a convivência do espaço social. Ela também problematiza a fragilidade da memória – um tópico central do romance – indicando aos amigos como o esquecimento rapidamente se impõe, servindo como auxílio para a cultura do ódio. A rememoração das práticas do ódio, nesse contexto, obviamente é ambivalente, pois está atrelada a um projeto de futuro a nível individual e sociocultural. Ela pode servir ao propósito de não esquecer e assim tentar imaginar um convívio social pautado pelo princípio do respeito, mas também pode servir para acalantar culturas da hostilidade e mantê-las ativas. O modo como a rememoração acaba sendo empreendida revela algo sobre projetos identitários de indivíduos, grupos e nações.

Esquecer, por sua vez, não significa automaticamente o desaparecimento, podendo ser, em alguns contextos, um estímulo à indiferença. *É justamente essa uma das críticas mais intensas do romance, pois ele encena como até mesmo personagens bem intencionadas são absorvidas pelo vórtice da sociedade de consumo, imergindo num comportamento de indiferença que prefere não se posicionar diante das culturas do ódio. Também aqui a identidade tem um papel de destaque. A sociedade de consumo prega o princípio da maximização do prazer e da potencialização da imagem do si. Pautados por essas ofertas, os agentes de narrativas identitárias, por vezes, optam por não empreender o esforço de identificar a continuidade das culturas do ódio e debelar seus efeitos deletérios. No lugar de um posicionamento de resistência, surge o caminho do consumo e mediatização do prazer como percursos afetiva e intelectualmente menos onerosos. Culturas do ódio também podem ser frutos da indiferença.*

Enquanto medra a indiferença em relação a espaços compartilhados da vida, acompanhada do imperativo do consumo e autoencenação imagética, ao menos *é isso que o romance sugere*, culturas do ódio se fortalecem, investindo na fragilização da coesão social, ao procurar novos alvos:

Dois dias antes da abertura oficial da exposição, mais uma vez foram enviadas bombas por todo o país. Por correio. Lew Feininger não foi ao escritório na manhã seguinte. Ele absorveu todas as notícias sobre os ataques, vasculhou os jornais em busca de notícias. Uma carta explodiu nos dedos de um médico de origem síria e feriu sua mão direita. Outra destinatária era uma devota assistente social católica e ajudante de refugiados, uma senhora de 71 anos que vivia sozinha no campo e lá acolhia pessoas que buscavam asilo (RABINOVICI, 2005, p. 163-164).

A cultura do ódio que emerge dessa citação é, ao mesmo tempo, canalizada, pois tem alvos concretos pautados por um programa do ódio, e *é dispersa*, já que sua canalização ainda não ocorre de forma explícita e passível de articulação em nível macrosocial. A exposição de qual fala a citação tem como foco as marchas da morte, ao final do segunda guerra mundial. Aqui, o ódio tem como motivação a xenofobia, atacando atores sociais que se destacam por diferenças étnicas e aqueles que optam por prestar algum auxílio, no processo de assentamento, no espaço da cultura dominante. Uma intenção central do romance de

Rabinovici certamente é o desejo de desencadear reflexões sobre como as culturas do ódio herdadas na socialização nazista têm (ou não) continuidade na sociedade contemporânea, convidando o leitor a criar analogias, traçar diferenças, mas também suscitar posicionamentos. O ódio não desapareceu, ele continua presente no espaço social e vem à tona, com novas formas de expressão e com novos alvos para legitimar a canalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na literatura austríaca, Doron Rabinovici não se encontra sozinho com essas inquietações. Marlen Haushofer, Elfriede Jelinek, Thomas Bernhard, para citar somente alguns nomes de repercussão internacional, se juntam a esse esforço de problematizar as supurações do ódio. E isso não é uma especialidade dessa literatura nacional específica. Seja ela austríaca, alemã, suíça, mas também brasileira, americana ou francesa, as chagas do ódio permeiam as inquietações que incitam intelectuais a fazer uso da arte da palavra, a fim de suscitar questionamentos, desautomatizar percepções ou oferecer alternativas para imaginar o futuro. Nesse cenário, refletir sobre as encenações do ódio nos mais diversos usos da ficção representa um questionamento importante, claro, se acordarmos às tessituras ficcionais o papel da *crítica social e quisermos, a partir de seus produtos, refletir sobre o espaço compartilhado da vida*.

Se o uso de produtos ficcionais pode desencadear essas reflexões, então a representação do ódio pode servir como ponto de partida para suscitar discussões importantes para a contemporaneidade. No escopo das literaturas nacionais, o foco pode recair sobre as instalações, continuações e transformações da expressão do ódio, dentro de espaços socioculturais específicos. No âmbito da literatura comparada, o interesse pode se voltar para identificar como culturas do ódio se instalam e se reproduzem para além dos espaços nacionais, mas também pode servir como gatilho para comparar dinâmicas de administração afetiva ou de resistência às práticas do ódio. Os questionamentos certamente não terminam por aí, especialmente tendo em vista que textos ficcionais possuem a característica de encenar aquilo que ainda não conseguimos enxergar.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAUMEISTER, Roy F.; BUTZ, David A. Roots of hate, violence, and evil. In: STERNBERG, Robert J. (ed.). *The Psychology of Hate*. Washington: American Psychological Association, 2005, p. 87-102.

FERRAN, Ingrid Vendrell. Hate: toward a Four-Types Model. *Review of Philosophy and Psychology*, 2021, sem paginação.

FISCHER, Agneta; GINER-SOROLLA, Roger. Contempt: Derogating Others While Keeping Calm. *Emotion Review*, v. 8, n. 4, 2016, p. 346–357.

FISCHER, Agneta; HALPERIN, Eran; CANETTI, Daphna; JASINI, Alba. Why We Hate. *Emotion Review*, v. 10, n. 4, 2018, p. 309-320.

HANSEN, Klaus P. *Kultur und Kulturwissenschaft: eine Einführung*. Tübingen: Francke. 2011.

HARRINGTON, Evan R. The Social Psychology of Hatred. *Journal of Hate Studies*, v. 3, n.1, 2004, p. 49–82.

JOHANSEN, Birgitte Schepelern. Locating hatred: On the materiality of emotions. *Emotion, Space and Society*, v. 16, 2015, p. 48-55.

MOSS, Donald. On hating in the first person plural: thinking psychoanalytically about racism, homophobia, and misogyny. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, v. 49, n. 4, 2001, p. 1315-1334.

RABINOVICI, Doron. *Ohnehin*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2005.

STAUB, Ervin. The origins and evolution of hate, with notes on prevention. In: STERNBERG, Robert J. (ed.). *The Psychology of Hate*. Washington: American Psychological Association, 2005, p. 51-66.

STERNBERG, Robert J. Understanding and combating hate. In: STERNBERG, Robert J. (ed.). *The Psychology of Hate*. Washington: American Psychological Association, 2005, p. 37-49.

SZANTO, Thomas. In hate we trust: The collectivization and habitualization of hatred. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, v. 19, 2020, p. 453–480.

EDUCAÇÃO PÓS-AUSCHWITZ: IMPLICAÇÕES DE UM TEXTO CLÁSSICO

José D'Assunção Barros¹

Resumo: Um dos mais célebres textos sobre os riscos da presença do fascismo nas sociedades contemporâneas foi o célebre *Educação Pós-Auschwitz* – inicialmente proferido por Theodor Adorno como palestra, em 18 de abril de 1965, e pouco depois publicado como artigo em Frankfurt (1967). Este texto recoloca o conceito de fascismo em uma nova escala, afastando-se da conceituação histórica do fascismo, mas permitindo avançar em uma compreensão sobre a permanência de comportamentos que podem ser ditos como fascistas nas sociedades contemporâneas. Neste artigo, pretendemos revisitar essa discussão lançada por Adorno, a partir deste texto clássico, cotejando-o eventualmente com outros textos e acrescentando exemplos históricos posteriores a ele, como o massacre de tutsis em Ruanda, em 1994. Nos tempos atuais, em que os comportamentos fascistas parecem aflorar em muitos momentos, a rediscussão deste texto clássico sobre o fascismo mostra-se oportuna.

Palavras-chave: Utopia; Fascismo; Adorno; Comportamento fascista.

Abstract: One of the most celebrated texts on the risks of the presence of fascism in contemporary societies was the famous *Post-Auschwitz Education* - initially given by Theodor Adorn as a lecture, on April 18, 1965, and shortly afterwards published as an article in Frankfurt (1967). This text reinstates the concept of fascism on a new scale, moving away from the definitions brought by the historical conception of fascism, but allowing us, on the other hands, to advance in a comprehension about the permanence of behaviors that can be said as fascists in contemporary societies. In this article, we intend to revisit this discussion launched by Adorno in this classic text, eventually comparing it with other texts and adding also later historical examples, such as the Tutsi massacre in Rwanda in 1994. Since nowadays the fascist behaviors seem to emerge in many moments, the approaching of this classic text about fascism can be particularly important.

Keywords: Utopia; Fascism; Adorno; Fascist behaviors.

¹ Historiador e Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua como professor adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), nos cursos de graduação e pós-graduação em História, e como professor permanente no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. E-mail: jose.d.assun@globomail.com

REVISITANDO UM TEXTO EMBLEMÁTICO

Entre os textos curtos escritos por Theodor Adorno (1903-1969) – um dos mais notórios membros da chamada Escola de Frankfurt – “Educação Pós-Auschwitz” merece, ao nosso ver, especial destaque. Adorno, como se sabe, foi um intelectual multidisciplinar, como outros ligados ao Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt, e percorreu sistematicamente sobre áreas diversas como a Filosofia, Sociologia, Psicologia, Educação e Música. O texto em análise, como veremos, constrói-se na interconexão entre as quatro primeiras destas áreas de saber. Tematicamente, também há algo a ressaltar sobre a abrangência deste pequeno texto, e sobre sua inserção no próprio contexto histórico de seu autor. Pertencendo a uma linhagem paterna judaica convertida ao protestantismo², e precisando se exilar da Alemanha durante a perseguição nazista não apenas por isso – mas também em decorrência de sua inserção nos círculos marxistas de Frankfurt – Adorno migra para os EUA em 1938. Desde então, sob impacto da ameaça nazista que se concretizava em seu país natal, o filósofo frankfurtiano esteve particularmente atento a temas de reflexão e pesquisa como a xenofobia, racismo, antissemitismo, anti-intelectualismo – bem como à imposição destes comportamentos através dos regimes totalitários ou mesmo através da psicologia de massas imposta pelo sistema capitalista e desenvolvimentos tecnológicos da vida moderna. As formas de dominação explicitamente totalitárias como o Nazismo – regime que Theodor Adorno teve de enfrentar contemporaneamente – ou ainda aquelas sorrateiras que se impõem através de sistemas alienantes no nível da Indústria Cultural, dos sistemas educacionais ou dos próprios mecanismos que subjazem na vida cotidiana, mereceram uma atenção especial na palheta de preocupações filosóficas de Adorno.

Educação Pós-Auschwitz é um destes textos que se mostram particularmente atuais de tempos e tempos, pois, ao discorrer sobre problemas relacionados à sua própria época e a seu lugar sociopolítico de produção, também abordam questões recorrentes em outros momentos e espacialidades. O texto nos fala do mundo contemporâneo, da barbárie que se esconde sob a civilização, da interação entre a modernidade tecnológica e a agressividade ou indiferença em relação ao outro, dos modos explícitos e implícitos de dominar as massas e os indivíduos modernos. É neste sentido que desejamos visitar este célebre texto – não à maneira de uma resenha que apresente todas as suas ideias passo a passo, mas sim recuperando algumas questões importantes do texto que podem ser inspiradoras para o enfrentamento de problemas da atualidade. Além disso, acontecimentos posteriores tanto à Auschwitz da Segunda Guerra, como à elaboração do texto de Adorno em meados dos anos 1960, podem contribuir para iluminar a atualidade de algumas questões evocadas pelo autor frankfurtiano neste emblemático texto. Aliás, o próprio contexto que vivemos no mundo de hoje, e em nosso país de modo particular, justifica este encaminhamento e a utilidade do texto adorniano para uma reflexão sobre o mundo em que vivemos. Como se sabe, o planeta tem conhecido nas duas últimas décadas um recrudescimento de tendências

2 O pai de Adorno, Oscar Wiesengrund, converte-se ao protestantismo na mesma época de nascimento de Adorno, que chega a ser batizado. A mãe de Adorno, Maria Calvelli-Adorno de La Piana, era católica, e descendente de um oficial francês da nobreza corsa (cfe. WIGGERSHAUS, 2012, p. 98).

como o sexismo, xenofobia, racismo, e tal se tem expressado tanto no fortalecimento de tendências políticas relacionadas à ultradireita ou à estranha combinação da ultradireita com o neoliberalismo, como também em práticas cotidianas que adquirem a feição de verdadeiros retrocessos sociais e comportamentais.

Uma pequena e rápida digressão talvez seja especialmente oportuna para situar a impressionante reatualidade deste texto de Adorno nos nossos tempos contemporâneos. De fato, hoje vivemos um momento ameaçado de todos os lados por conservadorismos de todos os tipos e por graves retrocessos sociais no planeta. O neoliberalismo, em articulação com o capitalismo financeiro global, dissolve conquistas que já estavam bem estabelecidas para os trabalhadores, e o Estado de Bem Estar Social parece estar prestes a desaparecer no ar deixando à margem inúmeras famílias pertencentes às classes menos favorecidas. Nos Estados Unidos, nação dominante no capitalismo mundial, as fronteiras com o México são fechadas com muros de concreto e ferro erguidos pelo governo, enquanto os migrantes ilegais são perseguidos e colocados em ambientes que não ficam tanto a dever aos campos de concentração³. A invasão da Venezuela, que espreita o cenário latino-americano no momento em que escrevo este texto, em fevereiro de 2019, vê-se travestida de ajuda humanitária, mas atende a grandes interesses econômicos. Sob a capa discursiva do “humanitarismo”, implacáveis interesses políticos e econômicos conjugados pelo “império estadunidense” pretendem resolver através de uma intervenção externa neste país – depondo um governo democraticamente eleito – problemas sociais que, na verdade, suas próprias ações causaram através de embargos econômicos e alianças que buscaram isolar aquele país e financiar a sua crise política.

Talvez nunca, como nos dias atuais, tenham se mostrado ser tão incontornáveis as contradições entre Capitalismo e Democracia – ou pelo menos entre esta e os modelos de capitalismo que até então vigoraram no decorrer da história planetária. Se o século XX havia apresentado inúmeros exemplos de ditaduras tradicionais – e já na sua primeira metade assistira com perplexidade ao surgimento dos regimes totalitários em uma Europa que acabou sendo conduzida à sua Segunda Grande Guerra Mundial – o nosso século XXI parece assistir, nos anos mais recentes, à emergência de novos tipos de ditaduras, como o daquelas que não precisam mais se impor basicamente pela violência física (embora isso também continue a ocorrer), e sim através de novos modelos que envolvem o controle dos poderes judiciários e a manipulação de amplos setores da população através das mídias tradicionais e dos novos recursos digitais.

3 O muro que divide Estados Unidos e México – na verdade iniciado em proporções mais modestas pelo governo democrata Clinton, em 1994, mas depois adquirindo proporções, consistência e extensão muito maiores com o projeto sustentado pela mais recente administração republicana de Donald Trump (2017) – separa não apenas dois países, pois de certa forma simboliza a cisão brutal entre dois mundos. Um é amplamente modernizado e consegue invisibilizar as suas próprias desigualdades sociais e deslocar para periferias as parcelas de população desfavorecidas e desassistidas. Esse primeiro mundo constitui a metade que se faz dominante no capitalismo global – ainda que, em contrapartida, não tenha conseguido resolver o problema de geração de empregos para os próprios cidadãos naturais dos países que dele fazem parte. O outro mundo é visivelmente subdesenvolvido ou apenas relativamente desenvolvido, com gritantes problemas sociais, infraestruturais e econômicos, sendo este o caso do México e de outros países da América Latina, África, Ásia e Leste Europeu, chegando alguns destes países a situações extremas e catastróficas que projetam para fora não apenas ondas de migrantes em busca de uma vida melhor e mais aceitável, mas verdadeiras levas de refugiados que são empurrados para além de seus países pela fome endêmica, pelas guerras e pela violência contra grupos étnicos.

Já é típica a situação de vários países da América Latina, que nos quinze primeiros anos do novo século haviam conseguido trazer ao centro do poder político programas sociais relativamente avançados e agora vivem retrocessos, à maneira de viagens para trás no tempo, que não deixam de incluir surpreendentes recrudescimentos das desigualdades sociais capitalistas, do racismo herdado do período colonial, do sexismo que tem sua longuíssima duração associada ao patriarcado, e mesmo daqueles modos de repressão que fazem lembrar, de uma outra maneira, as ditaduras totalitárias da primeira metade do século anterior. De todo modo, este contexto não é propriamente o tema central da presente reflexão, e apenas o evocamos para demonstrar a atualidade de uma análise interpretativa que revise *Educação por Auschwitz*. Antes, porém, será oportuno recuperar rapidamente o perfil autoral de Theodor Adorno (1903-1969).

ADORNO: BREVÍSSIMO PERFIL INTELECTUAL

Adorno talvez pudesse ter seguido o caminho da Música, área na qual teve uma expressiva formação – inclusive no campo composicional, a partir de seu contacto com a célebre Segunda Escola de Viena liderada por Arnold Schoenberg (1874-1951)⁴. Mas a filosofia o atraía igualmente, e desde cedo, sob orientação de seu mentor Sigfried Kracauer (1889-1966), foi apresentado à *Crítica da Razão Pura*, de Kant. Não tardaria, por outro lado, a interagir com filósofos marxistas como Gyorgy Lukács (1885-1971) e Ernst Bloch (1885-1977). Desde então seus horizontes filosóficos, conforme veremos adiante, expandem-se consideravelmente. Com relação à dupla dedicação à filosofia e à música, isto explica, na produção intelectual de Adorno, a recorrência do tema da música como objeto de reflexão filosófica – uma maneira de harmonizar sua dupla formação musical e filosófica⁵. Além disso, cedo Adorno encontraria em seu caminho formativo alguns de seus colaboradores intelectuais, entre eles Max Horkheimer (1895-1973) e Walter Benjamin (1892-1940), o que também ajuda a compreender as condições e circunstâncias que proporcionaram a possibilidade de formação da Escola de Frankfurt – sediada no *Instituto para Pesquisa Social* fundado nesta cidade alemã.

O acorde intelectual de Adorno traz a interação entre notas diversas: a inserção em uma vertente flexibilizadora do materialismo histórico, o diálogo com a psicanálise freudiana, a concentração em temáticas de estudo que envolvem a relação entre cultura e poder, e a influência ou diálogo crítico com intelectuais diversos, que vão de Nietzsche e Kant aos

4 Arnold Schoenberg, Alban Berg e Anton Webern são os principais representantes desta escola de compositores que investiu, após 1909, no rompimento com o tradicional sistema tonal: primeiro compondo músicas atonais livres associadas à estética expressionista, e depois de 1923 instituindo um sofisticado sistema para a linguagem atonal que ficou conhecido como dodecafonismo. O atonalismo e o dodecafonismo estavam entre as práticas de vanguarda na música da primeira metade do século XX, e Adorno chegou a ser aluno de Alban Berg. Quanto à designação “segunda escola de Viena”, esta corresponde ao reconhecimento de uma primeira escola de Viena, na época do classicismo musical do século XVIII, sob a liderança estética de Mozart e Haydn.

5 A publicação de artigos sobre estética musical, por Adorno, é particularmente expressiva entre os anos de 1921 e 1932. A guinada mais recorrente para a reflexão mais propriamente filosófica inicia-se após este período inicial, com a publicação de sua Tese sobre Kierkegaard (*a construção do estético*), em 1933.

expoentes mais modernos do materialismo histórico. Entre estes últimos, sabe-se a influência que o filósofo, historiador e crítico literário marxista Gyorgy Lukács (1885-1971) estenderia a todos os membros desta escola, e em particular a Adorno, que o conheceu pessoalmente em 1925⁶. Trata-se, contudo, de um diálogo ao mesmo tempo formativo e crítico, pois Adorno, a certo momento, encarregar-se-á de analisar o que considera os desvios de Lukács diante de sua relação prática com o Partido Comunista Húngaro⁷. Por fim, não podemos esquecer os próprios diálogos de Adorno com seus companheiros da Escola de Frankfurt, em especial com Max Horkheimer (1895-1973), com o qual escreveu a quatro mãos a basilar *Dialética do Esclarecimento* (1947).

Uma obra sintomática de Adorno, que ajuda a compreender algumas de suas preocupações em Educação Pós-Auschwitz é *Dialética Negativa* (1966), um livro lançado um ano depois da palestra que gerou *Educação Pós-Auschwitz*. Trata-se de confrontar simultaneamente a dialética hegeliana e o positivismo lógico. Afirma-se, aqui, o respeito à negação, às contradições, ao diferente, ao dissonante, ou mesmo àquilo que se mostra “inexpressável”. Conforme esta perspectiva, para evitar que a razão se torne dominadora, tal como ocorre na racionalidade tradicional e sistemática, seria preciso aceitar a dualidade de sujeito-objeto, interrogando este último ao mesmo tempo em que é interrogado sempre e concomitantemente o sujeito diante do objeto, sem se saber sequer se será possível chegar a compreendê-lo por inteiro. Texto igualmente importante para entender intratextualmente a palestra de Adorno – ao qual, aliás, o autor faz algumas referências em Educação Pós-Auschwitz, é *A Personalidade Autoritária: estudos sobre o preconceito* (1950), o qual mostra que a preocupação do autor com o fenômeno nazifascista e com a emergência de comportamentos e caracteres autoritários na modernidade capitalista, inclusive no seio das sociedades democráticas, é uma temática de interesse constante na produção intelectual de Adorno. Neste livro anterior, Adorno já mostra seu interesse em investigar ou mesmo propor uma teoria global da personalidade. Quais são as forças que organizam uma personalidade mais ou menos duradoura no interior de um indivíduo, e que terminam por lhe proporcionar certos padrões de comportamento ou um mesmo complexo de respostas a situações específicas? Esta questão, que organiza o conjunto de reflexões em *A Personalidade Autoritária* (1950) – destinada a investigar um tipo específico de personalidade e a empreender estudos sobre o fascismo latente – retorna em *Educação Pós-Auschwitz*.

A preocupação em estudar o fascismo latente – não propriamente ou necessariamente os regimes nazifascistas que afloraram na primeira metade do século XX, mas sim o fascis-

6 Adorno entra em contacto com a obra de Lukács já em 1921, com a leitura do livro *Teoria do Romance* (LUKÁCS, 1914/1915).

7 Lukács – que juntamente com Karl Korsch (1886-1961) havia sido um dos fundadores da tradição interpretativa que ficou conhecida como *marxismo ocidental* – havia sido Ministro da Cultura, em 1919, na República Soviética da Hungria. Com relação ao marxismo ocidental, Merleau-Ponty – em *As Aventuras da Dialética* (1955) – situa como obras fundadoras desta tendência as obras *Marxismo e Filosofia*, de Korsch, e *História e Consciência de Classe*, ambas publicadas em 1923. Esta última teria particular influência entre os intelectuais que fundariam a chamada Escola de Frankfurt. Mais tarde, em *Considerações sobre o Marxismo Ocidental* (1976), Perry Anderson também considera estes dois autores, unidos a Gramsci, como a tríade fundadora do marxismo ocidental, logo seguidos por todo o grupo ligado à Escola de Frankfurt, entre os quais Horkheimer, Herbert Marcuse, e o próprio Adorno, além de outros nomes como Lefebvre, Goldman e Althusser.

mo que espreita de maneira visível ou invisível nas próprias sociedades ditas democráticas – constitui uma temática compartilhada não apenas por Adorno, mas também por outros frankfurtianos como Horkheimer, Lowenthal e Guterman. O interesse, portanto, não é apenas (e nem principalmente) estudar os líderes e militantes fascistas, embora isto também possa ocorrer; mas também investigar o fascismo latente em cidadãos comuns, e inclusive nas sociedades ditas democráticas. Neste último âmbito, há tanto a possibilidade de investigar o apoio deste cidadão comum – ativo ou passivo – à emergência e consolidação no poder de programas políticos fascistas, como a investigação do fascismo que ocorre diuturnamente, permanentemente latente ou manifestando-se em ambientes e ocasiões específicas⁸.

AUSCHWITZ: SÍMBOLO DA BARBÁRIE

Iniciemos nossa compreensão e interpretação sobre este pequeno texto que, já em seu título, traz uma referência histórica dramaticamente importante. Auschwitz, é um fato bem conhecido, era o complexo de quatro campos de concentração nazistas colocados em funcionamento entre 1941 e 1944, na cidade polonesa de Oswiecim – localidade tragicamente escolhida para a concretização do projeto de extermínio preconizado pela “solução final” hitlerista. Ficaram tristemente célebres as suas câmeras de gás e fornos de incineração, produtores da monstruosa “fumaça humana” que podia ser percebida saindo para fora destes espaços sinistros de desumana destruição proporcionados pelo Nazismo. As instalações também proporcionavam oportunidades para experiências utilizando prisioneiros judeus como cobaias, e procedimentos de tortura dos quais hoje podemos nos conscientizar através do Museu do Holocausto, erguido nestes locais.

Símbolo da barbárie mais monstruosa que podia até então ser concebida, Auschwitz inspirou em Adorno uma reflexão sobre a urgência de nos prevenirmos contra a possibilidade de que tais eventos e processos, e outros similares, um dia pudessem se repetir. Indaga-se, entretanto, a partir de uma reflexão desenvolvida por Sigmund Freud (1856-1939) em *Mal Estar da Civilização* (1930), sobre até que ponto certos desenvolvimentos da chamada “civilização” não seriam precisamente aquilo que “origina e fortalece, progressivamente, o

8 A *Personalidade Autoritária* (1950), de Adorno, concentra-se principalmente no fascismo latente; os estudos sobre lideranças fascistas, agitadores e praticantes ativos de ações fascistas e violentas, bem como sobre as estratégias de manipulação das massas empregadas pelas lideranças e pelos sistemas fascistas, encontram-se em artigos diversos destes autores (cfe. ADORNO, 1951 e LOWENTHAL e GUTERMAN, 1949-a e b). Na própria *Dialética do Esclarecimento* (1947), escrita por Adorno e Horkheimer, há uma sessão de estudos sobre agitadores fascistas estadunidenses da época. Já em *A Personalidade Autoritária* (1950), a presença deste tipo de personalidade autoritária entre as “pessoas comuns” é examinada através de uma sistemática pesquisa empírica com questionários distribuídos e respondidos em um universo de população de cerca de 2100 estadunidenses brancos de classe média, inscritos na faixa etária de 20 a 35 anos, e, principalmente, não participantes de milícias e partidos políticos. Além disso, ocorreram 80 estudos de caso neste universo, selecionando indivíduos que alcançaram pontuações muito elevadas ou muito baixas de fascismo latente. Deste modo, embora a palestra *Educação Pós-Auschwitz* flutue no plano das considerações teóricas e mesmo se permita a certas especulações, a constatação da presença da personalidade autoritária em pessoas comuns e nas sociedades ditas democráticas já havia sido objeto de uma cuidadosa pesquisa. A própria investigação de diferentes aspectos da personalidade profascista, encontra em *A Personalidade Autoritária* uma análise sistemática que separa em sessões as distintas disposições inconscientes como a agressividade autoritária, a submissão autoritária, e outras. Deste modo, se *Educação Pós-Auschwitz* permite-se à reflexão livre, que flana entre os vários assuntos, em *A Personalidade Autoritária* o modo de exposição é sistemático. Ao lado disto, esta obra é ainda mais diretamente atravessada por um diálogo com a Psicanálise.

que é anticivilizatório” (ADORNO, 2019, p.1). A barbárie, ademais, estava historicamente na própria origem da civilização. Neste sentido, pergunta-se em que medida essa barbárie não faria parte de nossa própria estrutura psíquica inconsciente, ao menos em alguma de suas instâncias. A relação dialética entre Civilização e Barbárie, neste e em outros aspectos, torna-se objeto de uma reflexão fundamental na perspectiva adorniana.

A citação inicial do texto de Freud situa a reflexão de Adorno em uma tensa ambiguidade entre uma perspectiva pessimista sobre os destinos da civilização e um vago otimismo decorrente da evocação da possibilidade de mudar este destino, ou pelo menos de se prevenir contra ele, através da ação orientada conscientemente. Se a civilização parece favorecer progressivamente o “anticivilizatório”, estaríamos, em outras palavras, diante de uma espécie de entropia que aponta para o terrível horizonte da “banalização do mal” – uma expressão que não é de Adorno, mas de Hannah Arendt⁹, mas que aqui se encaixa adequadamente. Como o Walter Benjamin de *Teses sobre a História* (1940), Adorno se pergunta para onde conduz o trem do progresso dito civilizatório. Estaríamos em uma “via de mão única”, ou seria preciso questionar o “anjo do progresso” que é sugado pelo futuro enquanto olha aterrorizado para os destroços deixados na história passada pelos progressos da civilização humana?¹⁰ Ao formular a sua versão de um pessimismo que, de algum modo, seria típico da maior parte dos frankfurtianos, Adorno termina por questionar a tradicional perspectiva otimista de certos pensadores iluministas acerca de um pretenso progresso que nos disponibilizaria uma civilização cada vez mais favorável à vida humana.

Nos quadros de uma civilização que tendesse efetivamente ao progresso, como Auschwitz teria sido um dia possível? Afinal, tais barbaridades foram encaminhadas por seres humanos ditos civilizados. Esta contradição perturbadora leva Adorno a inverter a questão. Como, se ainda são mantidas as mesmas condições que proporcionaram o advento de Auschwitz, tais eventos não continuam a ocorrer mais frequentemente? Mas, será que, efetivamente, Auschwitz não estaria ocorrendo todos os dias, de outras maneiras que não aquela mais evidente e bombástica que se expressa pela emissão de “fumaça humana” nos campos de concentração? Que formas de fascismo, sorradeiras, secretas, indelévels, não estariam agindo ou espreitando para aflorar a cada momento em nossas sociedades ditas civilizadas? Se a violência explícita de Auschwitz impacta pela sua brutalidade a todos que contemplam os resíduos de sua história nos museus do holocausto, não haveria outras formas de intolerância, de coisificação do ser humano, de rejeição da alteridade, de autoritarismo dissimulado em novas práticas de exclusão, ocorrendo ainda hoje nos ambientes de trabalho, nas relações entre os desiguais e diferentes, no próprio sistema de educação formal e informal?

9 O conceito é introduzido por esta cientista política no livro *Eichmann em Jerusalém* (1963).

10 A imagem do “anjo da história” arrastado pela tempestade do progresso foi inspirada em Walter Benjamin por um desenho de Paul Klee (1920), adquirido pelo filósofo em 1921. Em suas *Teses sobre o Conceito de História* (1940), Benjamin evoca esta imagem: “Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso” (tese n° 9).

Para compreender essa sinistra reatualização de Auschwitz que é exposta como um risco por Adorno, situemos, neste momento – antes de prosseguir pela crítica e pela proposta adorniana inserida em *Educação Pós-Auschwitz* – este texto que parte de um acontecimento emblemático que teria se dado entre 1941 e 1944, mas que na verdade é escrito vinte e cinco anos depois. *Educação Pós-Auschwitz* constituiu uma palestra transmitida pela Rádio de Hessen, em 18 de abril de 1965, e seria mais tarde publicada em *Zum Bildungsbegriff der Gegenwart*, na Frankfurt de 1967. Em 1965, na ocasião de feitura do texto, Adorno já alertava para o aspecto desesperador da constatação de que “tanto a estrutura básica da sociedade como os seus membros, responsáveis por termos chegado onde estamos, não mudaram nestes vinte e cinco anos” (ADORNO, 2019, p.1). Estamos já em 2019, sessenta e quatro anos depois da composição deste texto por Adorno, e talvez possamos perguntar, ainda nos dias de hoje: houve mudanças, desde então? Alguns problemas evocados neste texto de 1965 são surpreendentemente atuais.

As perspectivas de soluções que Adorno irá sugerir em seu texto, aqui e ali, circulam por áreas diversas do problema e de seu enfrentamento. O esporte, a música, a solidariedade, a reversão da tecnologia a favor do humano, a conscientização dos próprios agentes da violência, a educação escolar voltada para a primeira infância, o esclarecimento humanista para as pessoas comuns que se deixam mergulhar na alienação e na indiferença, pauta um universo de reflexões relativamente abrangente. Algumas das soluções e observações propostas por Adorno, como ele mesmo ressalta, são apenas especulativas – convites, de certo modo, a pesquisas e projetos posteriores. Práticas como os esportes ou a música poderiam, é claro – a partir de exemplos trazidos pelo próprio Adorno – contribuir para dissolver esse fascismo que nos espreita através de dispositivos vários. Por outro lado, sabemos que o esporte e a música também foram usados pelo totalitarismo. O ambiente competitivo proporcionado pelo esporte, por exemplo, abre dois caminhos. Não é difícil perceber que a competitividade agressiva pode facilmente ser associada à guerra, ou à mesma mentalidade que faz surgir e perpetuar a guerra. Mas há também o esporte solidário, e o esporte que canaliza a agressividade para uma via construtiva. A arte, de todo modo, humaniza, cria seus próprios espaços de solidariedade. Antes de chegar a este ponto, porém, Adorno se pergunta pelos “perseguidores”, por aqueles que perpetraram Auschwitz. Quem eram eles? Que condições possibilitaram a sua emergência e afirmação social? Sua reflexão caminha no sentido de compreender que aqueles que encaminharam tais atos de violência contra o outro seriam precisamente aqueles que se mostravam incapazes de desenvolver reflexões sobre si mesmos¹¹.

O Nazismo, em certo sentido, seria um bom exemplar da barbárie localizado no tempo; mas, na verdade, as práticas tipificadas por Auschwitz – apenas uma pequena ponta visível de um processo muito mais diversificado e sombrio – estariam ocorrendo todos os dias. Elas retornam, afloram em certos momentos, adquirem maior nitidez em determinados ambientes e situações; mas ali estão elas, sombrias e sorradeiras, presentes em um sistema que proporciona a inconsciência sobre si mesmo, parceira da incapacidade de aceitar o outro. O primeiro passo para criar condições de massacrar o outro, aliás, é o que nos diz Adorno, é esquecer-se de si mesmo:

¹¹ “É preciso evitar que as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si mesmos” (ADORNO, 2019, p. 2).

Aquele que é duro contra si mesmo, pensa adquirir o direito de sê-lo contra os demais, e se vinga da dor que não teve a liberdade de demonstrar, que precisou reprimir (ADORNO, 1995, p.127)¹².

A falta de consciência, de criticidade, está entre as condições que possibilitam a emergência e consolidação de uma vida fascista. A “aceitação incondicional daquilo que é dado”, ou que parece estar dado, prossegue Adorno, é uma porta aberta para o fascismo. De igual maneira, o problema de saber lidar com a liberdade adquire aqui uma centralidade importante. As dificuldades de lidar com sua própria ‘liberdade’ em sua relação imprescindível com a ‘responsabilidade’ espreitam a todos como uma ameaça de que os indivíduos modernos, inseridos em suas sociedades, substituam os seus superegos por autoridades externas – o que certamente ocorreu no fascismo e nos investimentos nos “líderes”, “duces”, “führers” e “generalíssimos” que foram feitos pelas sociedades que deslizaram para o totalitarismo. Outras, podem não ter tido sucesso na imposição política de seus líderes – aos quais se devia a mesma obediência incondicional – mas a sua recorrência tanto nas Europa como nas Américas foi uma espécie de sinal dos tempos (“anauê!”). Do ponto de vista de uma releitura adorniana das proposições de Freud, os ditadores e líderes nacionalistas autoritários assumem, em muitos casos, essa posição do superego, e tornam-se capazes de conduzir as sociedades a extremos políticos de ódio e violência. Muitos se tornam “mitos”, são carregados nos ombros. Não parece importar tanto que não tenham nada de útil a dizer; é preciso apenas que pareçam ter algo a dizer, e por vezes bastam algumas fórmulas vazias e contraditórias.

Vamos nos ater, inicialmente, à linha argumentativa desenvolvida por Adorno desde o início de sua palestra *Educação Pós-Auschwitz*. Seu alerta principal é o de que, longe de ser “uma aberração no curso da história” – um fenômeno superficial desviante, ou um ponto fora da curva – a experiência fascista dos totalitarismos do último século representou apenas uma recorrência da barbárie. Para exemplificar isso, Adorno cita inicialmente outro genocídio já conhecido em sua época, desde o período da Primeira Guerra Mundial, mas ao qual se tem dado muito pouca atenção: o chamado “genocídio armênio”, com o assassinato planejado de um milhão de indivíduos armênios pelos otomanos¹³. Se pudesse prever o futuro, Adorno poderia perfeitamente ter citado o tristemente célebre genocídio de Ruanda, ocorrido em 1994, portanto cinquenta anos depois do genocídio perpetrado pelos nazistas. Ademais, Adorno observa que “a invenção da bomba atômica, capaz de matar centenas de milhares literalmente de um só golpe, insere-se no mesmo nexos histórico que o genocídio nazista” (ADORNO, 2019, p.1). Deste modo, se o nazismo foi um estado de exceção, paradoxalmente este estado de exceção parece ser antes uma regra, fadada a se repetir, a não ser

12 A premissa de que quem é duro consigo mesmo também o é com os demais aparece bem discutida em *A Personalidade Autoritária* (1950), na parte em que se examina a valorização do poder e da dureza.

13 O genocídio armênio foi o assassinato sistemático, a partir de 1915, da minoria armênia que habitava a região da Turquia, então controlada pelo império otomano. Estima-se ter ocorrido o assassinato de um milhão e meio de armênios. Em duas fases, primeiro ocorreu o massacre da população masculina jovem, depois uma “marcha à morte” à qual foram obrigados idosos, mulheres, crianças, e enfermos, condenados a caminhar, para morrer, no deserto sírio. Isso ocorreu vinte e seis anos do holocausto nazista.

que nos coloquemos em permanente estado de alerta e sejamos capazes de agir diariamente contra a barbárie. O papel da Educação, neste sentido, mostra-se primordial.

O GENOCÍDIO DE RUANDA A ATUALIDADE DE *EDUCAÇÃO PÓS-AUSCHWITZ*

Gostaríamos de, neste momento, investir em uma digressão, trazendo à palheta de exemplos um evento bem posterior à morte de Adorno, mas que mostra a atualidade da reflexão de que a violência da barbárie continua a espreitar os tempos contemporâneos. Saltando para a antessala do novo milênio, poderemos ver que os danos da educação e da moldagem social de indivíduos na formação das tragédias contemporâneas podem ser bem exemplificados com o caso de Ruanda, o brutal genocídio africano ocorrido em 1994, o qual, adicionalmente, também poderá contribuir para mostrar como – cinquenta anos depois das experiências de Auschwitz, e trinta anos depois de Adorno proferir a sua palestra – a barbárie continua sendo uma ameaça tão forte como na época do Nazismo. A digressão ajudará simultaneamente a iluminar a atualidade do texto de Adorno sobre a Educação Pós-Auschwitz, e a mostrar como se constroem política e socialmente as tragédias ligadas à barbárie¹⁴.

Ruanda é um pequeno país encravado na região dos Grandes Lagos da África centro-oriental, estando cercado pelas fronteiras com o Zaire, Uganda, Tanzânia e Burundi – este último também vindo a ser um pequeno país em circunstâncias similares e habitado por uma população análoga em termos de identidades tribais predominantes¹⁵. Os países desta região, após a partilha da África no Congresso de Berlim em 1885, foram atribuídos ao controle da Alemanha. No caso de Ruanda, excepcionalmente, a passagem ao controle alemão ocorreu em 1890, no congresso de Bruxelas. De todo modo, após a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, a colônia passaria ao controle belga.

Basicamente, em termos de presenças étnicas, Ruanda era partilhada por dois povos relativamente próximos na aparência, e que sob certos aspectos nem implicariam em uma necessidade maior de serem identificados como populações distintas: os hutus e tutsis¹⁶. Ambos os povos utilizam a mesma língua (kinyarwanda). Pesquisas sobre o genoma das populações africanas mostram que os dois grupos têm origens distintas, decorrentes de migrações ancestrais para o mesmo local, mas que também apresentam interpenetrações. De qualquer maneira, não apresentam muitas diferenças ao nível de aparência. Se quisermos apenas apontar algumas tendências físicas, podemos dizer que os tutsis, em comparação aos hutus, tendiam a serem mais altos, terem a cor negra da pele um pouco mais clara, e o nariz mais afinado. Dedicavam-se originariamente ao pastoreio, enquanto os hutus dire-

14 Aproveito, aqui, algumas reflexões que incluí em livro recente: *Igualdade e Diferença* (BARROS, 2016).

15 Ruanda e Burundi, melhor dizendo, passam a se distinguir apenas em 1959, após a expulsão do rei Kigele V da colônia belga, confirmando a derrocada da monarquia tutsi. No Burundi, que alcançaria a sua independência em 1962, seguiu-se um governo tutsi, e o país será igualmente marcado por um crescimento da hostilidade entre tutsis e hutus.

16 Uma terceira etnia, a dos twas – povos pigmeus que eram os mais antigos na região – não teve peso significativo no xadrez ruandês de tensões intertribais. Em Ruanda, por sinal, os twas também utilizavam o mesmo idioma dos tutsis e hutus.

cionaram-se historicamente para a prática da agricultura. Em Ruanda (e no Burundi), os tutsis constituíam a minoria étnica; mas é importante salientar que, na Ruanda moderna, já era frequentemente difícil distinguir um tutsi de um hutu só pela aparência, embora as carteiras de identidade na Ruanda pós-colonizada apresentassem o indicativo da etnia à qual pertenciam cada um dos vários indivíduos pertencentes à população ruandesa.

Voltemos ao período colonial. Os alemães que passaram a controlar Ruanda após a partilha da África viram a oportunidade de enfatizar ainda mais a divisão entre tutsis e hutus – povos que viviam perfeitamente misturados e coabitavam em paz a região conformada por Ruanda e Burundi. A classe dirigente monárquica, antes do domínio colonialista, vinha do seio da população tutsi, mas isso não chegava a afetar as possibilidades de convivência entre os dois grandes grupos. Para usar a diferença intertribal a seu favor, os alemães selecionaram um dos grupos para ocupar posições de colaboração e constituir uma camada diferencial mais próxima dos colonizadores. Os tutsis – além de constituírem uma minoria, e, portanto, serem úteis para tal propósito – tinham características que os alemães consideraram mais próximas dos europeus: a tendência a uma altura mais elevada, tonalidade de pele mais clara e nariz mais afilados. Foram os escolhidos, através de um processo de discriminação, para ocuparem a posição privilegiada no plano bipartido de desigualdades ao qual deveria se sujeitar a população local.

Depois de transferido o controle de Ruanda para os belgas, com a derrota alemã na Primeira Grande Guerra, prosseguiu essa ênfase na divisão entre tutsis e hutus como estratégia de sujeição colonial. Os belgas, que exerceram um domínio ainda mais duro que o dos alemães, consideraram-na oportuna, e de fato intensificaram a política de clivagem e atribuição aos tutsis de funções privilegiadas, reforçando suas possibilidades de assumirem cargos na administração estatal, acesso ao treinamento militar e educação privilegiada. As escolas, por exemplo, eram previstas para serem frequentadas pelos tutsis, e não pelos hutus. Talvez por isso instituíam como requisito para o postulante uma estatura mínima.

Esse processo de desigualdade estabelecido pelos europeus – com deliberada ênfase na clivagem entre essas duas diferenças, a dos tutsis e hutus – fez crescer gradualmente a hostilidade entre os dois grupos desde o período colonial. Um primeiro marco de maior acirramento ocorreu em 1959, quando a maioria hutu derrubou a monarquia tutsi. Três anos depois, em 1962, Ruanda afirmou sua independência, e a minoria tutsi ficou à mercê das hostilidades dos hutus: muitos foram expulsos do país ou migraram para países limítrofes, embora uma parte dos tutsis tenha permanecido em Ruanda.

Em seu exílio na Uganda, um grupo de refugiados tutsis fundou um movimento intitulado Frente Patriótica Ruandesa. Esses tutsis radicais, amparados em um pequeno exército, invadiu mais tarde, através da fronteira ugandesa, a Ruanda já dominada pelos hutus, estabelecendo-se na região fronteira com planos de futuramente reocuparem terras no território ruandês ou mesmo o próprio poder político. O movimento de retorno dos tutsis radicais provocou uma reação de radicais da população hutu. Apoiado pelo governo hutu de Ruanda, através de programas de rádio e de uma campanha sistemática, foi estimulado ainda mais o ódio étnico de hutus em relação aos tutsis¹⁷.

17 O xadrez ruandês de tensões intertribais contou ainda com a agravante trazida pela derrubada de um avião, em 6 de abril de 1994, no qual viajavam os presidentes hutus da Ruanda e do Burundi. O governo foi logo ocupado pelo grupo Poder Hutu, que culpou os tutsis pelo atentado. Armava-se o cenário para um violento conflito.

Literatura e Autoritarismo, Santa Maria, n. 39: Resistência à espiral da distopia e do ódio. Jan.-Jun. 2022, p. 123-146.

<http://dx.doi.org/10.5902/1679849X63956>

Recebido em 24 de janeiro de 2021 – Aceito em 24 de maio de 2021

Entre abril e julho de 1994, um massacre meticulosamente planejado – envolvendo um sistemático recrutamento de hutus e a concomitante distribuição de armas – foi desfechado pelos hutus radicais contra os tutsis, e também contra hutus moderados que eram críticos da política governamental¹⁸. A golpes de facão e tiros, milhares de tutsis foram assassinados em um dos maiores massacres do mundo contemporâneo. Mais tarde, os tutsis da Frente Patriótica Ruandesa sentiram-se fortalecidos para avançar em direção a Kigale, capital de Ruanda, e finalmente substituíram os hutus no poder, provocando agora migrações de hutus radicais para o Zaire¹⁹.

O que nos mostram os conflitos entre tutsis e hutus em relação à interpenetração das desigualdades e diferenças? Temos aqui duas diferenças construídas na sua oposição radical, ou enfatizadas, que evoluem até a ocorrência de um massacre. Temos também grupos externos – os colonizadores alemães e belgas – como fomentadores dessas diferenças para seus próprios propósitos, recriando sobre elas um novelo de desigualdades que contribuiria insidiosamente para um acirramento ainda maior da alteridade radical. Originalmente diferenças tribais capazes de coabitar a sua região ancestral em perfeita paz – e que até partilhavam a mesma língua e cultura, não sendo nem mesmo muito fácil de se distinguir uma da outra por traços físicos – as etnias hutus e tutsis foram levadas à mútua hostilidade por processos até então estranhos ao seu curso histórico. Interesses colonialistas, instituidores de desigualdades, foram os principais responsáveis por estas duas etnias se virem mergulhadas na alteridade radical.

O massacre de Ruanda é, neste sentido, um exemplo de como o entremeado de desigualdade e diferença pode conduzir a desdobramentos sociais desastrosos. Houve ainda a atuação de fabricantes e negociantes de armas, que proporcionaram uma base concreta instrumental para o massacre, o que nos mostra mais uma vez a interação entre capitalismo e barbárie. Além disso, a tragédia mostra mais outra face da barbárie, esta bem oculta pela boa política internacional. O massacre de tutsis em Ruanda, em 1994, revela-nos a condenável omissão das Nações Unidas diante de um genocídio previamente arquitetado e anunciado. De igual maneira, os estadunidenses, habituais interventores em conflitos regionais quando têm interesses a defender, declinaram do seu habitual discurso de polícia planetária neste caso.

Eis um aspecto bem sintomático, que ajuda também a iluminar a continuidade da barbárie ainda nos dias de hoje. Nos momentos em que escrevo este texto, em fevereiro de 2019, arquiteta-se através de uma articulação internacional, liderada pelo governo estadunidense, uma invasão da Venezuela com vistas a impor a substituição do governo eleito popularmente, sob o pretexto de “ajuda humanitária” ao povo venezuelano, que na verdade sofre com o boicote econômico proporcionado pelas mesmas forças que, no instante seguinte, se prontificam a prestar a “ajuda humanitária”. Deste modo, estas forças “humanitárias” provocam a

18 Parte dos hutus radicais estava organizada no partido Parmehutu (Partido do Movimento de Emancipação Hutu).

19 As milícias hutus que promoveram o grande massacre de Ruanda, e que depois se viram forçadas a fugir para o Zaire, hoje República Democrática do Congo, eram conhecidas como *interahamve* (“aqueles que lutam juntos”) e estavam sob a liderança de Georges Rutaganda. Unidos a hutus congolezes, e encorpados por soldados do governo hutu deposto, passaram desde então a constituir o Exército de Libertação de Ruanda (a Alir). Em 2001, a Alir fundiu-se com o Movimento de Libertação Hutu, e formando as Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR). O xadrez de tensões continua armado para o movimento de suas peças.

calamidade social, o desespero de segmentos inteiros da população de um país, para depois prestar uma ajuda humanitária militarizada que traz consigo o domínio econômico dos recursos naturais do país e a imposição de um governo fantoche, fabricado para esse fim entre os opositores de última hora e com a ajuda de mídias comprometidas com os interesses opressores. Uma vez dominado, o país pode ser submetido a um processo de exploração de sua população trabalhadora, ao sugar de seus recursos naturais (neste caso, o Petróleo), e ao esvaziamento da consciência crítica de seus habitantes. Conforme se vê, a barbárie assume formas sutis – cínicas, poderíamos dizer – disfarçadas de “ajuda humanitária”. Será tão pior o nazismo? Mas este já é outro exemplo, que já nos levaria mais longe.

Seria oportuno observar que a barbárie não ocorre necessariamente apenas no polo da extrema-direita, e que poderiam ser citados massacres e expurgos ocorridos durante o governo stalinista, que configurou um totalitarismo de esquerda. A barbárie não é necessariamente fascista, embora o fascismo necessariamente implique em barbárie. O nazismo, de todo modo, é incontornavelmente o melhor exemplar nestes casos. Isto porque os próprios pressupostos declarados do nazismo – o que pode ser muito facilmente verificado através da leitura do livro *Mein Kampf*, escrito por Adolf Hitler em 1924 – declaram com todas as letras a discriminação racial, a superioridade de uma pretensa raça ariana sobre as outras, o projeto de extermínio do inimigo escolhido para a barbárie de primeira hora (o judeu), e o planejamento de futuros extermínios ou escravização de outros grupos. A barbárie não é nem um pouco disfarçada no hitlerismo: ela é consciente de si, exposta a todos que quizerem ler o que se apresenta com o nazismo. O livro será vendido como best-seller alemão em sua época, principalmente após a ascensão de Hitler à chancelaria: distribuído em escolas alemãs, será também ofertado a casais nubentes que iniciam um grupo familiar.

Posto isto, poderíamos dar mais exemplos, à direita e à esquerda, mas não é o caso da presente reflexão²⁰. Fora da discussão em torno do eixo direita / esquerda, e ao longo de toda a história, também encontraremos mais barbáries. Com alguma facilidade encontraremos bons exemplares com a Santa Inquisição. Obviamente que o conceito de “barbárie” apresenta uma extensão muito mais considerável do que o de “fascismo”, que necessariamente é um fenômeno moderno e contemporâneo. De todo modo, a partir de certo momento desta reflexão, vamos acompanhar Adorno no uso mais extensivo da ideia de “repetição de Auschwitz”. Na última seção deste ensaio, evocaremos mesmo um conceito mais dilatado de fascismo, lembrando um uso que lhe foi dado por Michel Foucault, ao explorar esta palavra em uma outra extensão conceitual (1977). Por fim, vale lembrar que com uma das acepções de “fascismo” – nos momentos em que a palavra é empregada não para se referir ao regime de Mussolini, mas a um conjunto de regimes totalitários de direita que vão do nazismo alemão e do fascismo italiano ao salazarismo e franquismo – a persistência destes dois últimos regimes até a década de 1970 justifica esse uso pelo menos até este período.

20 É minha opinião que o socialismo autêntico é incompatível com a barbárie. Mas não se trata o caso de abordar este tema, neste momento. Mas quanto ao Nazismo, não há como sustentar a ideia de que a barbárie, a discriminação, o projeto de supremacia racial, o extermínio ou escravização de outros povos, a xenofobia, a incitação ao fanatismo e a manipulação da inconsciência coletiva – entre outros aspectos – não o constituam visceralmente. Basta ler os livros escritos pelos próprios ideólogos nazistas.

RETORNANDO À REFLEXÃO ADORNIANA

Prossigamos com a reflexão sobre alguns dos aspectos mais importantes trazidos pelo autor frankfurtiano em *Educação Pós-Auschwitz*. Ao investigar a presença do comportamento fascista em nossas sociedades modernas, Adorno parece ter em vista o esclarecimento analítico sobre diferentes sujeitos coletivos e tipos individuais ao mesmo tempo, e escolhe saltar da análise de um destes tipos a outro sem maiores avisos, o que solicita uma leitura atenta do texto, que não é propriamente didático. Horas há em que Adorno está falando dos indivíduos nazistas ou fascistas propriamente ditos, considerando a perturbadora questão que indaga: como se constrói um fascista? Nestes momentos, suas reflexões analíticas voltam-se para os líderes do movimento. No entanto, em outras ocasiões, Adorno parece estar se referindo aos tipos fascistas que compõem um coletivo maior: não os líderes propriamente ditos, mas a massa de militantes destes movimentos políticos, os membros das gangues neonazistas que habitam algumas das cidades modernas, os apoiadores radicais de sistemas de preconceitos, as diferentes camadas de agressores.

Já em outros momentos, Adorno perscruta a massa de indivíduos comuns (não militantes) que apoiaram estes regimes e que ainda hoje dão ocasionalmente lastros eleitorais a propostas análogas. Não são indivíduos de extrema-direita por convicção, mas sim pessoas comuns que podem se afinar eventualmente com a extrema-direita e com suas ideias, em um certo nível de alienação carente de maior convicção e com uma flutuação difícil de prever. Por fim, às vezes Adorno parece querer entender, desesperadamente, como foi possível ocorrerem Auschwitz e outras realizações da barbárie sem uma resistência da sociedade mais ampla. Desespera-se diante da presença histórica (e atual) de pessoas que não fizeram o fascismo, mas que também não fizeram nada para detê-lo. Conforme se vê, é preciso surpreender Adorno nos saltos que ocorrem entre as análises dos tipos humanos que construíram o fascismo e que reatualizam diuturnamente a barbárie (os “agressores” de todos os tipos), e as análises que buscam compreender as pessoas comuns que se deixaram instrumentalizar pelo fascismo: ou o apoiando sem convicção, ou o justificando por omissão. A presença de agressores, e de pessoas comuns instrumentalizadas pela barbárie, mesmo sem se dar conta disto, recorre cotidianamente, e é preciso despender uma energia analítica para estes dois polos de preocupações.

Face a esta flutuação entre diversos sujeitos históricos que se relacionaram de maneiras distintas com os acontecimentos fascistas e as experiências da barbárie, o texto precisa ser lido com cuidado. Não podemos dormir sobre ele – e essa parece ter sido a intenção de Adorno ao não facilitar didaticamente a leitura (ou audição da palestra) com uma certa organização do discurso em tópicos que deixassem claro sobre quem ele está falando a cada momento. Temos de compreender, por fim, que o texto é decorrente de uma palestra prevista para emissão radiofônica. Isso dá um certo direito a Adorno de viajar mais livremente sobre o seu tema, empreendendo as flutuações que já fizemos notar.

Toda a argumentação principal de Adorno neste texto está centrada na ideia de que, para evitar a recorrência futura de eventos como Auschwitz, torna-se particularmente importante uma análise acurada dos mecanismos que tornam possível a emergência de comportamentos como o dos fascismos – seja no que se refere aos seus indivíduos, seja no

que concerne aos seus coletivos – ou mesmo como os comportamentos microfascistas que surgem na vida cotidiana. Promover uma tomada de consciência destes mecanismos, e, sobretudo, esclarecê-los aos próprios perseguidores e agressores que produzem as violências de todos os tipos (o primeiro e segundo grupo de agentes atrás descrito), é um dos projetos expostos no texto. Enquanto isso, o autor frankfurtiano indica a igual urgência de despertar de seu sono alienante os outros grupos – os que não são fascistas, mas nada fizeram para deter o fascismo, por exemplo, ou aqueles que produzem comportamentos fascistas cotidianamente sem saberem que estes comportamentos são fascistas, ou mesmo sem se darem conta de que estes comportamentos são agressivos e injustificáveis.

A Educação, na ótica adorniana, assume aqui uma dupla face. De um lado, destaca-se a urgência de atentar para uma educação voltada para a primeira infância – uma vez que, retomando um princípio freudiano, Adorno apoia-se na ideia de que o caráter se forma principalmente nesta fase do desenvolvimento individual. Deste modo, para formar futuras gerações – libertas dos mecanismos geradores da mentalidade fascista e das suas formas de favorecimento em vários níveis – a Educação teria um trabalho especial a dedicar à primeira infância. Por outro lado, a Educação precisaria também se ocupar do esclarecimento geral com vistas a proporcionar uma tomada de consciência das gerações adultas do presente – principalmente levando consciência aos próprios perseguidores. A ideia de impedir o afloramento de personalidades predisponentes ao fascismo ampara-se na concepção de que estas não são natas, mas sim psicossociais. Esse pressuposto tanto é mantido em Educação Pós-Auschwitz, como já aparecia em *A Personalidade Autoritária* (1950).

Vejamos um primeiro ponto. A consciência de si é chave para compreender o outro; e a formação do próprio indivíduo é diretamente ligada aos modos como ele trata o outro²¹. A auto-identificação e os modos de lidar com a alteridade são elementos que interagem reciprocamente. Esta dialética apresenta vários aspectos na argumentação de Adorno. Podemos começar com a ‘identificação cega com o coletivo’, típica dos modos de pensar e de agir dos indivíduos que terminam por constituir a base de modelos totalitários e de comportamentos exemplificáveis com as experiências fascistas. Assim, conforme ressalta o autor frankfurtiano, “pessoas que se enquadram cegamente em coletivos convertem a si próprios em um material, dissolvendo-se como seres autodeterminados; isto combina com a disposição de tratar os outros como sendo uma experiência amorfa” (ADORNO, 2019, p.5). A ‘consciência coisificada’ complementa este processo. Ou, nas palavras de Adorno, “no começo as pessoas deste tipo tornam-se, por assim dizer, iguais a coisas; em seguida, na medida em que o conseguem, tornam os outros iguais a coisas” (ADORNO, 2019, p.5). Percebe-se, com relação a este aspecto e ao anterior – e, na verdade, com relação às demais instâncias da formação de mentalidades à maneira fascista – que cada modo de anular a si mesmo repercute em uma concomitante tendência a anular o outro. No que concerne aos personagens que se apresentam como líderes, ou mesmo simples militantes ou integrantes dos movimentos de tipo fascista, Adorno denominou ao complexo de características pertinentes a estes indivíduos como “caráter manipulador”.

21 A incontornável interação entre o Eu e o Outro é uma constatação que já aparece como um pressuposto freudiano em *Psicologia das Massas e análise do Eu* (1921).

A relação do ser humano com a tecnologia – ou, mais propriamente, a deterioração do humano no tecnológico, é outro aspecto importante examinado por Adorno:

“Não se sabe com certeza como se verifica a fetichização da técnica na psicologia dos indivíduos, onde está o ponto de transição entre uma relação racional com ela e aquela supervalorização, que leva, em última análise, quem projeta um sistema ferroviário para conduzir as vítimas a Auschwitz com maior rapidez e fluência, a esquecer o que acontece a estas vítimas em Auschwitz” (ADORNO, 2019, p.6).

O problema não é novo. Podemos pensar no físico estadunidense Robert Oppenheimer, diretor do Projeto Manhattan, cujo produto final foi a criação da primeira bomba atômica, depois atirada sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Ou no coronel Paul Tibbets, que batizou com o nome de sua mãe, Enola Gay, o avião que iria pilotar com vistas a lançar sobre Hiroshima a bomba atômica, a qual, de sua parte, foi apelidada de “garotinho”. Mais perturbado ficou seu companheiro de tripulação, Robert Lewis, que escreveria no seu diário: “Tenho certeza de que toda a tripulação sentiu que essa experiência foi mais do que qualquer ser humano jamais imaginou ser possível. Parece impossível compreender. Quantos japas acabamos de matar?”. Ao ver o cogumelo gigante que se formava depois da explosão, exclamou: “Deus, o que fizemos?”. Os célebres “cumpridores de ordens” que apenas “fazem o seu trabalho”, e que se escondem burocraticamente na sua missão destrutiva, foram bem tipificados por Hannah Arendt em seu polêmico ensaio sobre Eichmann, o encarregado nazista de gerir a logística das deportações em massa de judeus para os campos de concentração nos quais seriam exterminados. Essa capacidade do Estado de igualar o exercício da extrema violência ao simples cumprimento de uma tarefa burocrática é analisada por Arendt em seu ensaio sobre a “banalidade do mal”, e parece ser a ela que Adorno se refere em seu comentário sobre a projeção do sistema de ferrovias que conduzirá aos campos de extermínio. Por outro lado, há ainda a questão das “pessoas tecnológicas”, como são chamadas pelo filósofo frankfurtiano. Em *Educação Pós-Auschwitz*, Adorno ressalta como, na relação atual com a técnica, “existe algo de exagerado, irracional, patogênico”, algo encoberto por aquilo que o autor frankfurtiano chamou de “véu tecnológico” (ADORNO, 2019, p.6).

A reflexão sobre a técnica e sua relação com o humano também foi tratada pelo filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976), que faz notar que, no mundo moderno, a tecnologia não é mais um instrumento ou meio – como Adorno propõe que deveria ser, ao considerar que ela parece ter deixado de ser uma extensão do braço humano para se autonomizar – vindo a conformar uma espécie de “armação” que termina por moldar o homem à sua medida e de acordo com a sua necessidade. A técnica, aqui, acaba por se tornar uma instância autônoma, que faz do próprio homem um meio ou instrumento. Em *Superação da Metafísica* (1954), texto no qual Heidegger chega a ser profético ao abordar os problemas relacionados à engenharia genética, quase podemos lembrar, na passagem abaixo, dos seres humanos utilizados como baterias com a aparência de plantas no mundo dominado por máquinas do famoso filme *Matrix*. Conforme nos diz Heidegger:

Uma vez que o ser humano é a mais importante matéria-prima de todas, pode-se antecipar que, com base nas pesquisas químicas atuais, algum dia serão instauradas fábricas para a produção artificial de material humano. As pesquisas do químico Kuhn, que foi distinguido neste ano com o prêmio Goethe da cidade de Frankfurt, já anunciam a possibilidade de dirigir a produção de seres vivos machos e fêmeas planificadamente de acordo com as necessidades (HEIDEGGER, 1985, p. 91).

Para Adorno, entretanto, a questão mais preocupante é a da transformação do homem em máquina, ou o deslizamento de sua vida e sociabilidade para a frieza da máquina. A coisificação e frieza tecnológica, aliás, leva Adorno a dar certo destaque à frieza propriamente dita como uma das características do homem moderno que possibilitaram a ocorrência de Auschwitz e que podem trazer a sua recorrência.

A incapacidade para a identificação foi sem dúvida a condição psicológica mais importante para tornar possível algo como Auschwitz em meio a pessoas mais ou menos civilizadas ou inofensivas (ADORNO, 2019, p. 6).

A indiferença diante do outro corresponde, conforme ressalta Adorno, a esta condição conforme a qual as pessoas mostram-se “profundamente indiferentes em relação ao que acontece com todas as outras, excetuando o punhado daquelas com as quais mantém vínculos estreitos e possivelmente por intermédio de alguns interesses concretos” (ADORNO, 2019, p.7). No plano mais geral, essa “frieza” inerente ao homem moderno é referida pelo autor frankfurtiano como uma real “incapacidade de amar”. O tema, certamente fulcral, também não é propriamente novo, mas constitui certamente uma reflexão imprescindível, que pode ser nivelada aos estudos de Wilhelm Reich (1897-1957), outro autor que uniu psicanálise e marxismo em uma atenta reflexão sobre as carências amorosas (e sexuais) do homem moderno²². O próprio Adorno cita em *Educação Pós-Auschwitz* a percepção de Charles Fourier (1772-1837) de que o verdadeiro calor humano ainda estava por ser constituído²³.

Neste momento em que analisa a indiferença humana – ou a “frieza”, conforme suas palavras na penúltima sessão do texto – Adorno está se referindo aos seres humanos como um todo, e não apenas aos fascistas (ativos ou passivos), ou aos homens comuns que em algum momento histórico específico contribuíram, por ação ou omissão, para a instalação de fascismos ou da barbárie em outras modalidades. Como dizíamos em momento anterior, a leitura de *Educação Pós-Auschwitz* precisa estar atenta a estas flutuações entre as análises

22 Entre outras obras, podemos lembrar a própria análise de Reich sobre o regime hitlerista, em *Psicologia de Massas do Fascismo* (1933).

23 Fourier, crítico da sociedade europeia de sua época (o século XIX), considerava que os seres humanos viviam ainda em uma fase da experiência humana mais atrasada – a Civilização – e que deveríamos superá-la para alcançar um mundo mais avançado em todos os sentidos, que ele chamava de “Harmonia”. A redução do amor à família nuclear e ao casamento monogâmico, ou nem mesmo isso, era considerado por ele um dos aspectos deteriorados da “civilização” – entre outros como a hiperespecialização nos âmbitos do trabalho e da formação escolar/universitária (a “ausência de variação”) ou, ainda, a imposição obrigatória de um trabalho não-desejado e, sobretudo, a desigualdade imposta às mulheres.

que tomam alternativamente para seu objeto os líderes fascistas, os militantes ou simpatizantes fascistas, os praticantes ativos de barbáries, os apoiantes ocasionais, as pessoas comuns que deixam por indiferença ou alienação que as barbáries aconteçam, e a humanidade inteira, que apresenta certas características que possibilitam o fascismo ou a recorrência de barbáries. A “frieza”, por exemplo, é apresentada por Adorno como um traço característico da humanidade moderna, ou mesmo da humanidade até hoje, o que reforça a necessidade de uma Educação que descondicione esta frieza, em especial na primeira infância.

PROBLEMAS MENOS ABORDADOS NO TEXTO DE ADORNO, MAS IGUALMENTE RELEVANTES

Até que ponto, concentradas ou diluídas, não estão presentes a mentalidade e algumas das condições que possibilitaram Auschwitz, ou outras barbáries, em nossas próprias vidas cotidianas, nas relações de trabalho, no *bullying* aparentemente lúdico através do qual são excluídos ou diminuídos os indivíduos escolhidos para depreciação ou deboche, nos preconceitos de todos os tipos que atravessam indelevelmente a vida privada? Adorno desenvolve menos este tema, mas ele está implícito em *Educação Pós-Auschwitz*.

Quantos de nós já não estivemos presentes em ambientes – nos trabalhos, escolas, vizinhanças, nos círculos de conhecidos, ou mesmo nos meios familiares – nos quais se formam grupos ou associações de indivíduos que hostilizam ou massacram cotidianamente aqueles sujeitos que deles não quiseram fazer parte ou que foram escolhidos como inimigos ou objetos de rejeição do grupo? O fascismo – tanto na sua experiência política mais ampla, a qual no limite encontra a experiência histórica dos estados totalitários, como na sua expressão mais corriqueira e cotidiana – precisa visceralmente do “inimigo” como foco para direcionamento da energia e ações destrutivas. Se há os grandes tiranos – os ditadores que comandam nações inteiras durante certos períodos, levando-as à catástrofe, à prática de barbáries, a guerras e massacres de setores inteiros de sua própria população – a vida cotidiana também nos oferece os ‘pequenos tiranos’, que se tornam líderes de pequenos grupelhos prontos a praticar a agressão, a exclusão e a banalidade do mal em uma escala mais reduzida. São pessoas que têm sua esfera de ação destrutiva reduzida a um lugar mais restrito, talvez apenas por falta de oportunidade, ou por vezes por ausência de talentos que os permitam galgar um nível maior de alcance. Entrementes, um certo número de vidas individuais pode ser efetivamente prejudicada por estes pequenos tiranos, da mesma forma que a vida coletiva pode ser brutalmente afetada pelos grandes tiranos.

Analisar estes pequenos tiranos, e seu poder local de destruição ou de incitação à exclusão, é também uma tarefa importante para evitar a recorrência concreta ou simbólica de Auschwitz – ou seja, de barbáries de todos os tipos e das condições que as favorecem, inclusive as barbáries diluídas que apresentam menos visibilidade. Também é importante a análise dos indivíduos que, nestes microambientes, prestam-se facilmente a massas de manobra ou a cooperam passiva ou subalternamente com atuações destrutivas, motivados pelo medo, pela subalternidade consentida, pela incapacidade de autodeterminação, pela alienação, pela acomodação, pelo oportunismo, ou pelo “querer ficar bem com o grupo”, mesmo que às custas de seus princípios pessoais e daquilo que acreditam. Para alguns destes gru-

pos, forma-se um mecanismo de identificação e contraidentificação no qual o inimigo e o opositor ocupa uma posição imprescindível, mas interpermutável. Facilmente o grupelho encontrará um novo opositor se o primeiro opositor ou “inimigo” abandonar o ambiente por alguma razão – um funcionário que se aposenta, o aluno que se forma, o vizinho que se muda, ou, então, o inimigo que o grupo ou o pequeno tirano consegue demitir ou expulsar do convívio, e que já no instante seguinte começará a fazer falta à dinâmica do grupelho.

O inimigo, nos microfascismos cotidianos, é interpermutável, como também ocorre nos fascismos de extensão coletiva. Para estes últimos, não importa tanto se são os negros, homossexuais, judeus ou comunistas – ou mesmo se são os eleitores de um determinado partido, como ocorreu no Brasil recente – o principal é que haja um inimigo. De igual maneira, assim como ocorre com os grandes movimentos fascistas, os grupelhos cotidianos selecionam os indivíduos que serão hostilizados, admoestados, ou simplesmente ignorados e excluídos de um modo agressivo. A hostilidade ao opositor é um elemento constituinte tanto da coesão destes tipos de grupelhos, como da estratégia encaminhada pelo pequeno tirano que lidera o grupo, e que precisa do inimigo para mobilizar o grupo em torno de si e continuar assegurando a sua liderança. Acredito que esta microantropologia do “comportamento Auschwitz” poderia vir a ser especialmente oportuna, e o texto de Adorno certamente oportuniza esta linha de análise, embora o autor frankfurtiano não a tenha senão mencionado de passagem o problema em *Educação Pós-Auschwitz*.

Aqui se abrem, como se vê, análises as mais diversas, bem como o enfrentamento de objetos múltiplos – dos processos que ocorrem nos grandes regimes totalitários àqueles que subjazem nas sociedades aparentemente democráticas; da vida pública – onde imperam os grandes tiranos – aos ambientes privados onde reinam os pequenos tiranos. O fascismo, ao lado de barbáries correlacionáveis, manifesta-se em empoderamentos públicos, mas também atua insidiosamente, de forma latente. Ele está nas práticas, mas também pode ser surpreendido entranhado nos discursos, na própria estrutura da língua, nos modos de perceber o outro e de enxergar o mundo. Está na ciência, mas também na anedota diária. Está na uniformização da diferença, na proibição da criatividade, na imposição de um único modo de pensar, no condicionamento do indivíduo em grupos fechados e não-comunicantes, na naturalização das hierarquias de todos os tipos, na agressão digital, nas *fake news* – nos “robôs digitais”, programas de computador associados às redes sociais que surpreendentemente conseguem manipular seres humanos vivos e dos quais se deveria esperar um potencial mínimo de consciência!

No momento em que um programa de computador, uma “máquina digital”, tem sucesso em manipular seres humanos – em identificar as suas obsessões, idiosincrasias e tendências não conscientes e, a partir daí, através de um insistente envio de mensagens direcionadas, redefinir o seu pensamento social ou político insuflando ódio e hostilidades – percebemos que tudo se inverteu: a máquina domina o ser humano, e transforma-o, manipulável, em uma nova máquina, que no caso do fascismo é imediatamente utilizada para a eficácia do ódio social, da exclusão, da discriminação, do preconceito. O fascismo latente, enfim, está no conservadorismo mais retrógrado e na modernização mais fria; vive no gesto desprezioso que discrimina ou na piadinha cruel que pretende destroçar o “outro”; mostra-se descaradamente naquele momento em que arremedamos, em modo de deboche, um

homem manco, cortando-lhe a perna uma segunda vez. Revela sua covardia violenta nos linchamentos – estes momentos em que o indivíduo de boa índole “esquece-se de si mesmo” e se oferece como instrumento para o massacre – mas também se oculta comedidamente no silêncio que um grupo dedica a determinado indivíduo porque se deixou convencer de que ele é estranho. Em uma palavra, o fascismo pode estar escondido onde não esperamos encontrá-lo. Ou ao menos, se quisermos evitar os riscos de anacronismos que nos espreitam, em todos ou muitos destes exemplos se escondem elementos relacionados às condições que possibilitam a recorrência do fascismo, ou ao menos de novas barbáries²⁴.

Diante da diversidade de formas conforme as quais o fascismo se instala ou se insinua tão facilmente entre pessoas comuns, não é por acaso que autores posteriores continuaram a investir decisivamente em uma atenção ao estudo do ‘fascismo latente’, a exemplo de Michel Foucault, em seu prefácio “Para uma Vida Não Fascista” (1977), que introduz a versão estadunidense do livro *Anti-Édipo*, de Guattari e Deleuze (1976). Assim, também Michel Foucault, em seu prefácio, pretende uma forma de enfrentamento contra o fascismo: “não somente não somente o fascismo histórico de Hitler e Mussolini – que soube tão bem mobilizar e utilizar o desejo das massas – mas **o fascismo que está em todos nós, que ronda nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz gostar do poder**, desejar essa coisa mesma que nos domina e explora”. Deste modo, trata-se de indagar, corajosamente: “como fazer para não se tornar fascista – mesmo (e sobretudo) quando se acredita ser um militante revolucionário? Como livrar do fascismo nosso discurso e nossos atos, nossos corações e nossos prazeres? Como desentranhar o fascismo que se incrustou em nosso comportamento?” (FOUCAULT, 1977, p.XII)²⁵.

A pergunta final, e mais delicada, é aquela que indaga se o fascismo não pode se infiltrar sorrateiramente nas próprias categorias de análise que usamos para abordar o fascismo. Por exemplo: ao criarmos um grande sistema de formulários com perguntas restritas e por vezes estereotipadas com vistas a serem respondidos por seres humanos bem diferentes uns dos outros – apesar de algumas semelhanças que podem conectar uns aos outros em categorias tipológicas estabelecidas pela análise – não estaríamos forçando as pessoas a entrar em compartimentos, isolando-as de suas riquezas individuais, criando novas formas de discriminação? Isso poderia ser evitado? Como evitar o estranho risco da utilização de categorias fascistas, ou relativamente infiltradas pelo fascismo, em uma análise do fascismo como

24 É claro que, se quisermos nos render ao rigor historiográfico, o fascismo propriamente dito não é recorrente. Podemos pensar que o que se mostra recorrente são algumas das condições que podem favorecer a recorrência de barbáries como o fascismo. Por isso, Adorno prefere – ao invés de falar na possibilidade de retorno do fascismo – expressar-se nos termos da possibilidade de recorrência ou repetição de Auschwitz. Referindo-se a um evento histórico obviamente único, como Auschwitz, mas tomando-o como exemplar das barbáries de certo tipo, fica claro o uso poético-filosófico que está dando a estas expressões. Foi também com um uso deste tipo que empregamos nesta última seção expressões como “fascismo” ou “microfascismos”.

25 Na mesma dupla face enfrentada pelos frankfurtianos, também Foucault visa “o banimento de todas as formas de fascismo, desde aquelas, colossais, que nos envolvem e nos esmagam, até as formas miúdas que fazem a amarga tirania de nossas vidas cotidianas” (FOUCAULT, 1977, p. XIV). De todo modo, escrevendo dez anos depois sobre o período da história intelectual europeia situado entre 1945 e 1965, Foucault já irá confrontar a dominância acadêmica da conexão que embasa a reflexão de Adorno, a articulação entre o materialismo histórico e a psicanálise freudiana, por ele referida como “Marx e Freud iluminados pela mesma incandescência” (FOUCAULT, 1977, p. XI).

objeto de estudo? Ao analisarmos o fascismo, contra que riscos precisaríamos nos prevenir para não instrumentalizar o próprio fascismo? Ao mesmo tempo, ainda que com procedimentos parcialmente inadequados enquanto não encontramos outros mais aprimorados, como não analisar o fascismo – este fenômeno cuja compreensão é essencial e urgente para almejar uma vida plena? Como não tentar criar categorias para compreender as condições que o tornaram possível, e que poderiam estar por trás das possibilidades de recorrências da barbárie? Esta grande série de indagações, entretanto, constitui uma linha de reflexões que mereceria um conjunto de comentários à parte.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. “Educação após Auschwitz” In: *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995, p. 119-154 [original: 1965].

ADORNO, T. W. “Educação após Auschwitz”. <https://rizomas.net/arquivos/Adorno-Educacao-apos-Auschwitz.pdf.p.1-8>. acesso em 2019 [original: 1965].

ADORNO, T. W. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009 [original: 1966].

ADORNO, T. W. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

ADORNO, T. W. “Introdução à Personalidade Autoritária” In; *A Personalidade Autoritária* (1950). Disponível em: <http://adorno.planetaclix.pt/tadorno24.htm>. Acesso em fevereiro de 2019.

ADORNO, T. W. *Freudian theory and the pattern of fascist propaganda. Psychoanalysis and the Social Sciences*, nº3, p.408-433, 1951.

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1985 [original: 1947].

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1999 [original: 1976].

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 [original: 1963].

BARROS, José D'Assunção. *Igualdade e Diferença – construções históricas e imaginárias em torno da desigualdade humana*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

BENJAMIN, Walter. “Teses sobre o conceito o História” in *Walter Benjamin: obras escolhidas – magia e técnica; arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2008, p.222-231 [original: 1940].

DELEUZE e GUATTARRI. *O Anti-Édipo*. Rio de Janeiro: Imago, 1976 [original: 1976].

FOUCAULT, Michel. “Preface” In: DELEUZE, Gilles e GUATTARRI, Felix. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*, New York, Viking Press, 1977, p.XI-XIV. <http://letraefilosofia.com.br/wp-content/uploads/2015/03/foucault-prefacio-a-vida-nao-facista.pdf>. Acesso em fevereiro de 2019.

FOUCAULT, Michel. “O Anti-Édipo: uma Introdução à vida não fascista”. *Cadernos de Subjetividade*. Vol.1, nº1, p.197-200 [original: 1977]

FOURIER, Charles. “Le nouveau monde industriel et societaire” in *Oeuvres Completes*. Paris: Antropos, 1966-1968 [original: 1829].

- FOURIER, Ch. *Le nouveau monde industriel et sociétaire*. Paris: Flammarion, 1973.
- FREUD, Sigmund. *Mal Estar da Civilização* (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 21). Rio de Janeiro: Imago, 1996 [Original: 1929].
- FREUD, Sigmund. *Psicologia das Massas e análise do Eu*. Porto Alegre: L&PM, 2013 [Original: 1921].
- HEIDEGGER, M. «La question de la technique» In: *Éssais et conférences*. p.9-48. Paris: Gallimard, 1958.
- HEIDEGGER, M. «Dépassement de la métaphysique». In: *Éssais et conférences*. p. 80-115. Paris: Gallimard, 1958 [original: 1954].
- HEIDEGGER, Martin. “Überwindung der Metaphysik” In: *Vorträge und Aufsätze*. Pfullingen: Neske, 1985, p.67-96.
- KORSCH. *Marxismo e Filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008 [original: 1923].
- LOWENTHAL, Leo e GUTERMAN, Norbert. *Prophets of Deceit*. Nova York: Harper Brothers, 1949-a.
- LOWENTHAL, Leo e GUTERMAN, Norbert. Portrait of the American Agitator. *Public Opinion Quarterly*, p.417-ss, 1949-b.
- LUKÁCS, Gyorgy. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [original: 1923].
- LUKÁCS, Gyorgy. *Teoria do Romance*. São Paulo: Duas Cidades, 2000 [original: 1914-1915].
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *As Aventuras da Dialética*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [original: 1955].
- REICH, Wilhelm. *Psicologia de Massas do Fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1972 [original: 1933].
- WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt*. São Paulo: Difel, 2002 [original: 1986].

